

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Priscila Maria Weber

“AQUELA BELICOSA RAYNHA COM VALOR COSTUMAZ”:
AS AMBIGUIDADES DE GINGA NA OBRA “HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS
ANGOLANAS” DE OLIVEIRA DE CADORNEGA E SEUS USOS NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Porto Alegre

2014

Priscila Maria Weber

“AQUELA BELICOSA RAYNHA COM VALOR COSTUMAZ”:
AS AMBIGUIDADES DE GINGA NA OBRA “HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS
ANGOLANAS” DE OLIVEIRA DE CADORNEGA E SEUS USOS NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Marçal de Menezes Paredes

Porto Alegre

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W373a Weber, Priscila Maria

“Aquele belicosa raynha com valor costumaz”: as ambiguidades de *Ginga* na obra “História Geral das Guerras Angolanas” de Oliveira de Cadornega e seus usos na historiografia brasileira / Priscila Maria Weber. – Porto Alegre, 2013.

117 f.

Diss. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Guerras angolanas. 2. Antônio de Oliveira de Cadornega. 3. História. 4. Historiografia brasileira. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

CDD 967.3

Priscila Maria Weber

**“AQUELA BELICOSA RAYNHA COM VALOR COSTUMAZ”:
AS AMBIGUIDADES DE GINGA NA OBRA “HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS
ANGOLANAS” DE OLIVEIRA DE CADORNEGA E SEUS USOS NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS (orientador)

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

Prof. Dr. José Rivair Macedo - UFRGS

Porto Alegre

2014

Para Pâmela, Eliane e Elandi Weber.
As primeiras *Ginga* que eu observei lutando.

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos são para aqueles que de alguma forma me ensinaram a olhar o mundo, ou que me acolheram em processos de rumar e mudar olhares. A esses atentos olhos eu dedico algumas palavras, que agora também querem olhar, ou acarinhar.

Ao azul profundo e brilhante do olhar de minha mãe, Eliane. Aos olhos verdes sorridentes da minha irmã, Pâmela. Aos olhos azuis silenciosos do meu avô, Léo. Aos corajosos olhos verdes da minha avó, Elandi. De todos esses olhares coloridos vieram ensinamentos de que eu poderia enxergar sempre mais longe, mas que também não deveria desperdiçar a beleza de uma flor nascida ao alcance das minhas mãos.

Ao professor Dr. Marçal de Menezes Paredes, meu orientador e amigo, agradeço por compartilhar olhares, e por emprestar alguns de seus óculos para que eu pudesse olhar o mundo. Tenho certeza que esse trabalho não seria possível sem essas refinadas lentes que eu tanto admiro e que sabem, quando necessário, instigar ou acalmar.

Aos olhares alegres dos tios, que roubaram meus doces de Páscoa quando eu tinha cinco anos (ainda não esqueci...), Luciano e Armando, e para as tias Patrícia e Ana que endireitaram o “olhar” desses dois. Ao tio Danilo e Mari pelos olhares confiantes, otimistas em relação ao meu ingresso na pós-graduação.

Aos olhos de minério da biza “Volandina” (*In memoriam*), e aos olhos de nuvem da biza “Nainha” (*In memoriam*). Sinto saudades dos doces açucarados, quero uma moeda para ir à venda! Às amigas Tanara Iser, Melina Perussato, Débora Vogt e Bethiele Salvi. Obrigada por compartilharem olhares comigo durante a graduação, e durante a vida. Ao Café Collingwoodiano Diego Dal Bosco Almeida, José Augusto Ribas Miranda e Rafael Petry Trapp. Obrigada pelos olhares companheiros durante esses dois anos. Sou feliz na companhia de vocês!

Agradeço imensamente ao professor Dr. José Rivair Macedo pelos olhares sempre generosos e incentivadores: eles foram fundamentais para o ingresso na

pós-graduação. Ao olhar igualmente amigo dos professores Dr. Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior e Dr. Silvio Marcus de Souza Correa, que participaram dos meus primeiros olhares enquanto pesquisadora.

Às considerações do professor Dr. Luciano Aronne de Abreu, sempre atentas e preocupadas com o aluno, seja em bancas ou em disciplinas ministradas. Esses olhares, assim como os da querida professora Dr^a. Núncia Santoro de Constantino estão sempre dispostos a acolher e amadurecer as ideias de jovens e inexperientes pesquisadores.

À Joana Schossler pelo olhar acolhedor quando das minhas primeiras andanças por Porto Alegre. Ao olhar urbano da Danielle Viegas, que com a dinâmica das cidades foi abrindo vias e formando uma amizade. Ao olhar energizante da Débora Soares Karpowicz. À fundamental escuta presente no olhar do Rodrigo Rosa. Queridos, muito obrigada!

Agradeço a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida, entidade que faz um trabalho fundamental para o jovem de baixa renda que precisa residir em Porto Alegre. Infelizmente a CEUACA, como a casa é conhecida, está em precário estado, sendo mantida pelos próprios estudantes, sem qualquer olhar governamental.

Ao Programa de Pós-graduação em História da PUCRS pelo acolhimento institucional, e aos ágeis olhares de seus funcionários, especialmente o da Carla Carvalho, que em um piscar resolve qualquer pendência. Aos solícitos olhares dos funcionários da Biblioteca Irmão José Otão, e ao CNPq pela concessão de bolsa de estudo, que possibilitou minha dedicação exclusiva aos olhares que serão lidos a seguir.

Por fim, à cumplicidade da clave de fá que está no olhar do José Baronio... Vamos, toque mais um pouquinho. Mesmo quando eu estiver longe, toque.

Durante essa caminhada, foram muitos os olhares trocados, os descobertos e descortinados. Dos meus olhares, estes não conseguem mais ficar parados, estão a todo o momento transitando e já não são mais somente meu: há um pouquinho do olhar de cada um de vocês. Muito obrigada!

*" A biblioteca que me habita é fruto de um negociado armistício.
Guardo relação direta com os livros. Gosto das palavras em
fluxo migratório. Sou uma espécie de leitor que não separa o
livro do mundo e o mundo dos livros, a parte de fora e a parte
de dentro. Os dois lados me interessam, se tivesse de apostar
na dualidade, na qual decididamente não acredito. O livro e o
mundo são como transfinitos. Não sabem e não podem limitar
sua capacidade de expansão. Vivo entre essas duas vertentes.
Bebo haustros de silêncio. E golfadas de rumores."*

Marco Lucchesi - Ficções de um gabinete ocidental.

RESUMO

Esse trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar as descrições relacionadas à rainha africana *Ginga* na obra “História Geral das Guerras Angolanas”, escrita em Luanda no ano de 1681, pelo militar português António de Oliveira de Cadornega. Para tanto, contextualizamos a escrita da obra observando o modo como o autor embarca rumo à África, sua estabilização com os cargos e títulos angariados nos quarenta anos de estada em Angola, que resultaram nos motes para a escritura da mesma. Após essa etapa, foi possível observar as ambiguidades presentes no texto de Oliveira de Cadornega referentes à personagem *Ginga*, como as adjetivações que caracterizam a rainha, por vezes indeterminadas semanticamente, ou ainda a utilização de dialogias entre as línguas kimbundo e portuguesa. O orquestrar desses elementos textuais conferem um sentido a referida obra, corroborando os objetivos do autor, ou o permanecer na África. A última etapa analítica deste trabalho consiste em um debate historiográfico, que prima por observar o emprego da HGGA enquanto fonte documental. Com isso, problematizamos o uso das adjetivações que caracterizam a rainha *Ginga* e são advindas da obra de Cadornega em estudos que compõem a historiografia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: História Geral das Guerras Angolanas; António Cadornega; rainha *Ginga*; historiografia brasileira.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the descriptions related to african queen Ginga in the book "História Geral da Guerras Angolanas", written in Luanda in the year 1681 by the portuguese soldier António de Oliveira de Cadornega. To do so, we contextualize the writing of the work noting how the author embarks towards Africa, his stabilization with raised titles and positions in the forty years he stayed in Angola, which resulted the notes that generated the work. After this step, were observed ambiguities in the text of Oliveira de Cadornega regarding the Ginga character, like adjectives that characterize the queen, sometimes semantically indeterminate, or the use of dialogues between Kimbundo and Portuguese languages. Orchestrating these elements give meaning to such work, support the author's goals or his stay in Africa. The last chapter of this analytical work is a historiographical debate, which observes the work HGGA as a documentary source. Thus, we question the use of the adjectives that characterize the Queen Ginga from the work of Cadornega in studies of Brazilian historiography.

KEYWORDS: História Geral das Guerras Angolanas; António Cadornega; Queen Ginga; Brazilian Historiography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01

Angola e Congo no século XVII.....43

Mapa 02

Expansão da Colônia portuguesa em Angola de 1575 a 1880.....44

LISTA DE ABREVIATURAS

HGGA – História Geral das Guerras Angolanas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Portugal

WIC – West-Indische Compagnie ou Companhia das Índias Ocidentais

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I	
1. Um (con)texto para Oliveira de Cadornega	
1.1. Portugal da Inquisição e restauração.....	27
1.2. A África dos conflitos entre lusos e flamengos.....	39
1.3. O texto/autor no (con)texto.....	46
Capítulo II	
2. O sentido da obra HGGA e as ambiguidades de <i>Ginga</i>	
2.1. Uma rainha altiva, ardilosa, imortal e estadista.....	55
2.2. Ora inimiga, ora aliada: <i>Ginga</i> indeterminada semanticamente.....	61
2.3. Dialogias entre as línguas kimbundo e portuguesa.....	69
Capítulo III	
3. <i>Nzinga</i>, <i>Njinga</i> e <i>Jinga</i>: uma rainha africana na historiografia brasileira	
3.1. <i>Nzinga Mbandi</i> : uma ilegítima e belicosa mulher.....	78
3.2. <i>Njinga</i> : resistência e repúdio a Portugal.....	87
3.3. <i>Jinga</i> : diplomata e hábil política.....	95
Considerações finais.....	101
Bibliografia	
Fontes Documentais	
Obras.....	106
Documentos Avulsos.....	108
Referências Bibliográficas	109

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa analisa descrições referentes à rainha *Ginga* na obra “História Geral das Guerras Angolanas”, escrita aproximadamente entre os anos de 1670 e 1681, pelo militar português António de Oliveira de Cadornega. Organizada em Lisboa no ano de 1940 pela Divisão de Publicações da Agência Geral das Colónias, e em 1972 pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, essas edições são consideradas uma importante fonte documental para o estudo das temáticas relacionadas à história africana.¹ Por considerar essas informações, neste trabalho também observaremos o modo como textos pertinentes à historiografia brasileira utilizam a obra HGGA no que tange as caracterizações atreladas à rainha.

Ao longo dessa pesquisa, encontramos curiosas informações a respeito da utilização, edições ou cópias da obra de Oliveira de Cadornega. Ao chegar em Lisboa no ano de 1683, foi aprovada pelo Santo Ofício, visto que ao findar do primeiro tomo, no autógrafo do autor, encontra-se o seguinte parecer: “*Qualquer livreiro pode encadernar este tomo sem escrúpulo. Lisboa, 13 de Dezembro de 1683. Fr. Chistovão de Foyos. Calificador do Santo Officio.*”² Com essa mensagem encontrada em manuscritos localizados na biblioteca de Évora, inferimos que possivelmente a obra foi reproduzida em um número que foge à quantificação.

Ou seja, há em Évora uma cópia dos tomos de número I e II que apresentam alguns problemas, são eles: tinta de qualidade inferior utilizada, deteriorando alguns capítulos, a exclusão de iluminuras e do ano de 1681, logo dos dados fornecidos em parte do terceiro tomo. Sabe-se ainda que no tomo de número III, nas páginas 264 e

¹ A edição utilizada nesse trabalho é a de 1972, uma reprodução fac-similada da edição de 1940. CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1972.

² CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. XV.

Os Qualificadores deveriam ser clérigos, egressos de universidades e com reconhecidas qualidades intelectuais, haja vista que sua função era justamente vistoriar os livros que iriam para a Igreja. Assim, entendemos que a função do Qualificador era aprovar e censurar livros, com o intuito de proteger a população de influências capazes de exaurir alguma perturbação ao catolicismo. “*Eram, por assim dizer, representantes incontestes dos Inquisidores em terras distantes dos tribunais [...]*”. Para informações mais aprofundadas, sugerimos: BONFIM SOUZA, Grayce. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese de doutorado apresentada ao PPG História Social – UFBA, 2009, p. 82.

265, há uma lista escrita com letra que se difere da corrente nos outros tomos.³ Essas características não são encontradas nas obras junto aos catálogos da Biblioteca Nacional de Paris e da Academia de Ciências de Lisboa. A Biblioteca de Paris possui a obra completa ornada com ilustrações a guache,⁴ e a Academia de Ciências possui dois volumes com ilustrações que se assemelham aos tomos localizados em Paris, sendo que o volume de número II encontra-se no Museu Britânico.⁵

Há discussões que consideram os tomos da biblioteca de Évora ilegítimos. Longe de nos posicionarmos quanto à originalidade ou cópia desses manuscritos, apresentamos essas informações apenas para que o leitor compreenda o processo que culmina nas edições de 1940 e 1972. Assim, a publicação datada de 1877 e intitulada “História do Congo”, com autoria do Visconde de Paiva Manso,⁶ confere legitimidade os tomos parisienses.⁷ Nessa obra o autor transcreve excertos da HGGA e compara o autógrafo de Oliveira de Cadornega com a assinatura presente em duas cartas remetidas no ano de 1661 a D. Afonso VI, solicitando a fundação de uma Misericórdia em Luanda.⁸

³ Essas informações são observadas por DELGADO, José Matias. In. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. XVI.

⁴ Sobre as iluminuras em guache, talvez Oliveira de Cadornega, ou ainda algum copista as tenham inserido, visto que essa técnica a base de água é de fácil execução, tonando-se popular em Europa desde o século XVI. A consulta dos termos técnicos, tais como “iluminuras” e “guache”, bem como a utilização e difusão destes, foram realizadas através de catálogos da British Library, não havendo nenhum objetivo em aprofundá-los, mas sim observar a possibilidade de aplicação dos mesmos no contexto supracitado. BROWN, Michelle. *Glossary of Manuscript Terms*. Adaptado de Understanding Illuminated Manuscripts: A Guide to Technical Terms. 1994. Disponível em: <http://prodigi.bl.uk/illcat/GlossI.asp> Acesso: 12.11.2012

⁵ Segundo catálogo de manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa, o volume encontra-se no Museu Britânico com a seguinte numeração: código 15183. In.: ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. Catálogo de Manuscritos - Série Vermelha, Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1978, p. 31.

⁶ GARRIDO, Luiz. *O Visconde de Paiva Manso*. Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877, p. 17.

Embora as laudatórias descrições, é possível extrair dessa obra dados interessantes sobre o autor, tais como sua formação como advogado e o não exercício da função, bem como sua ligação com a “Academia Real das Ciências”.

⁷ PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão de. *História do Congo*. Typographia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1877, p. 272.

⁸ BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952, v. 7, p. 138-139.

“No documento, Cadornega diz que Luanda ficava distante cerca de 40 léguas e que Massangano tinha um grande número de pobres enfermos, além de viúvas necessitadas que não estavam sendo atendidas pela Misericórdia de Luanda. Na carta, ele reitera a lealdade dos habitantes de Massangano à Coroa portuguesa e seu exclusivo interesse em prover caridade àqueles indivíduos.”

Em 25 de julho de 1883 a Sociedade de Geografia de Lisboa solicitou algumas cópias de documentos inéditos portugueses existentes na Biblioteca Nacional de Paris. A resposta é que há na biblioteca um “*magnífico exemplar de Cadornega com título também de Guerras Angolanas, como o manuscrito da biblioteca de Évora, sendo muito mais perfeito e ornado de iluminuras, o que faz crêr que este seria o traslado definitivo e apurado da obra*”.⁹ Talvez por confiar no caráter fidedigno dos manuscritos localizados em Paris, ou ainda por convencer-se da argumentação proposta por Paiva Manso, nas edições de 1940 e 1972 da HGGA, as anotações realizadas por José Matias Delgado são embasadas em cópia do manuscrito parisiense, cuja transcrição advém de 1929 e foi realizada pelo padre Maria Antunes.

Com cerca de 1800 páginas distribuídas em três tomos, sinteticamente podemos inferir que os conteúdos da obra abrangem detalhamentos sobre alianças e demais atividades políticas em Angola, bem como exaustivas descrições de batalhas. No tomo de número I e II há arrolado fatos advindos dos principais governos, desde Paulo Dias de Novaes, passando por Pedro Cesar de Menezes e Salvador Correia de Sá e Benevides.¹⁰ O terceiro volume dedica-se em expor hábitos, crenças e ritos dos povos de Angola.¹¹ Juntamente com laudatórias menções aos “sucessos” bélicos portugueses e a capacidade do oficialato em administrar aquela colônia lusa, as caracterizações a respeito da rainha *Ginga* permeiam a HGGA.

Outros escritores também inferiram a respeito da rainha africana. Observamos que em outras obras, a insígnia que distingue a rainha africana sofre modificações dependendo do autor que a emprega. Em textos do século XVII, como em Gaeta ou

In.: OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Misericórdias africanas no século XVII: a Misericórdia de Massangano*. In.: África: passado e presente: II Encontro de estudos africanos da UFF. Niterói: Editora UFF, 2010, p. 61.

⁹ Localização na Biblioteca Nacional de Paris: Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais, par Alfred Morel-Fatio. Imprimerie nationale, Paris: 1892. XVIII^e siècle - Papier. 3 volumes, 261, 241 et 191 feuillets. Peintures. 370 x 240 mm. Manuscrit en portugais. Bibliothèque nationale de France. Département des manuscrits.

¹⁰ Pedro César de Menezes é enfocado de forma demorada na obra HGGA, pois segundo Cadornega o governador teria participado da “*odisseia dos portugueses contra a usurpação holandesa*”. Já Salvador Correia de Sá e Benevides é descrito como agente principal da “*reconquista de Angola*”, pondo fim à estada holandesa. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I e II.

¹¹ Por ora, cabe mencionar apenas descrições sucintas a respeito dos conteúdos dos tomos, visto que prolixas informações em nada contribuiriam para com o expor dos pressupostos primeiros desse trabalho.

Cavazzi, a rainha aparece como *Jinga*.¹² No século posterior, em Castilhon¹³ ou Sade¹⁴ é *Zingha*. Em Bocage é Ginga, e no século XIX talvez Hegel¹⁵ utilize ainda outra grafia, pois acessa uma tradução alemã de “Descrição Histórica...” para compor suas arguições.¹⁶ No século XX, John Thornton caracteriza a rainha como Njinga, em Glasgow, Miller e Heintze é tida como *Nzinga* e em Parreira é *Jinga*.¹⁷ Todas essas mudanças de grafias obedecem a escolhas de seus autores, e mereceriam um estudo exaustivo.

Contudo, nesse momento iremos distinguir as diferentes grafias utilizadas neste trabalho, informando sobre as nossas opções. Primamos por identificar a rainha como *Ginga*. Isso acontece porque referimos à rainha oriunda da obra de Oliveira de Cadornega, ressaltando a utilização do vocábulo na HGGA. *Ginga* ou *Gingo* é um termo aportuguesado, e foi utilizado em diferentes ocasiões no texto do soldado-escritor, visando distinguir os herdeiros ou sucessores dos sobas africanos. Por vezes, as descrições alcunham a rainha como “Ginga Dona Anna de Souza”. Aqui a descrevemos apenas como *Ginga* por duas razões: a primeira delas deriva do prenome Anna, que advindo de um batismo, acarretaria outras análises e

¹² GAETA, Antonio da. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristo della regina Singa e del suo regno di Matamba*. Nápoles, Francisco de Maria Gioia, 1669.

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965.

¹³ A primeira edição data de 1770. Acessamos a seguinte edição: CASTILHON, J. L. *Zingha, reine d'Angola*. Histoire Africane. Bourges: Edition de l'Association Gaymede, 1933.

¹⁴ A primeira edição data de 1795. Acessamos a seguinte edição: MARQUÊS DE SADE. *La philosophie dans le boudoir. La bibliothèque électronique du Québec. Collection Libertinage. s/ano. Disponível em: La philosophie dans le boudoir Acesso em: 30. 08. 2013.*

¹⁵ Não temos como observar a grafia originalmente utilizada por Hegel, pois tivemos acesso apenas a uma edição traduzida. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: 70, 1995.

¹⁶ Segundo Alencastro há edições da obra “Descrição Histórica ...” de Antônio Cavazzi espalhadas pela Europa. Como exemplo o autor cita uma edição francesa datada de 1680, e uma alemã de 1694. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 454.

¹⁷ THORNTON, John. *Legitimacy and political power: queen Njinga, 1624-1663*. Journal of African History, 32, 1991.

GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of African History, 16, n 2, 1975.

HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a História de Angola no século XVII*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Weisbaden, 1985

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

ensejaria que entrássemos em outros (con)textos, que não o da obra “História Geral das Guerras Angolanas”, mas o da conversão de *Ginga*.

Apesar dos fatos relacionados às atividades que Oliveira de Cadornega exerceu serem concomitantes temporalmente com o batismo da rainha, as fontes e leituras adequadas seriam outras, não fazendo parte dos objetivos dessa pesquisa. O segundo mote baliza um paralelo com as interpretações veiculadas junto às análises do capítulo três deste trabalho, ou seja, as obras historiográficas que estudam a África utilizam as adjetivações de Oliveira de Cadornega e leem o termo *Ginga* de diferentes formas, fazendo suas escolhas e convencionando transformações junto à utilização deste vocábulo.

Por respeitamos a escolha de cada autor analisado, observamos que Selma Pantoja grafa *Nzinga*, e apesar de não qualificar os motivos da sua eleição, cremos que por ter residido em Maputo nesse período, sendo inclusive pesquisadora da Comissão de Elaboração de Textos Didáticos pelo Ministério de Educação da República Popular de Moçambique,¹⁸ possivelmente Pantoja estava atenta às mudanças advindas das descolonizações, especialmente aquelas condizentes com parâmetros educacionais. Com a independência de Angola em 1975, a busca por promover as línguas locais faria o Instituto de Línguas Nacionais de Angola providenciar reformas ortográficas para o kimbundo e outras línguas maternas.¹⁹ Essas normas também estão em autores como Glasgow, Miller e Heintze. Para tal elucubração basta observarmos as grafias que suas obras trazem.

A professora Marina de Mello e Souza grafa *Njinga*. Desconhecemos o porquê da opção da autora. Observamos que a mesma utiliza com recorrência as obras de John Thornton, que grafa a rainha nos mesmos moldes. Por fim, Alberto da Costa e Silva menciona em prefácio da obra “A manilha e o libambo – a África e a escravidão de 1500 a 1700”, sua opção em assinalar a rainha como *Jinga*, pois essa é a forma que desde menino está habituado a escrever, primando por utilizar os termos advindos de um Kimbundo que para o autor é grafado em um português que diverge, por exemplo, do utilizado por Cadornega ou ainda Bocage.

¹⁸ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

¹⁹ SANTOS. Mariana Lagarto dos. A escola de ideologia colonial. Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa. In. TORRALBA, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 49-57.

Para além de *Ginga*, empregamos neste trabalho outros vocábulos correspondentes com as distinções que desejávamos efetuar em relação às realidades aqui contextualizadas. Optamos por expressá-los no kimbundo corrente em Angola, pois a aproximação com um kimbundo do século XVII é um esforço que em nada auxiliaria nossa pesquisa, visto que pretendemos reconstruir a história e não cristalizá-la. Apesar de contextualizarmos a obra de Oliveira de Cadornega nos seiscentos, estamos preocupados em facilitar a vida do leitor, seja ele brasileiro ou africano. Assim, essa opção linguística não quer dizer que compramos qualquer ideologia política.

As distintas grafias e autores supracitados permitem que percebamos que há muito a rainha africana desperta atenção da literatura e historiografia. Não temos como, neste espaço, atentarmos para as particularidades de alguns desses trabalhos de outra forma que não sinteticamente. No entanto, essas considerações são válidas, pois informam sobre diferentes rainhas em diferentes contextos, e talvez possam se caracterizar como um ponto de partida para posteriores aprofundamentos em relação à temática.

Dito isso, citemos trabalhos como aqueles que louvam a conversão definitiva da rainha africana. São eles “La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristo della regina Singa e del suo regno di Matamba”, com autoria do Frei Antonio da Gaeta e datado de 1669, e a obra “Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola”, do padre Antonio Cavazzi, datada de 1687. O sucesso da conversão de *Jinga* contrastava com a decadência das missões jesuíticas em fins do século XVII. Contudo, pouco importava se a Igreja Santa Ana de Matamba fora abandonada, pois na Europa a rainha tornara-se um paradigma da barbárie africana, e os capuchinhos foram aqueles que a trouxeram de volta para o Reino de Deus.²⁰

A personalidade de *Jinga* é manifestada com relevo nas descrições de Gaeta e Cavazzi, que mereciam análise do seu estilo literário por alguém especializado.²¹ Gaeta explora a personagem inferindo que “*das mulheres Jagas eu não falo, porque*

²⁰ GAETA, Antonio da. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristo della regina Singa e del suo regno di Matamba*. Nápoles, Francisco de Maria Gioia, 1669.

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965.

²¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 279.

são piores que os homens, de fato, mais desonestas e lascivas do que eles, todas imersas no infame vício da carne”.²² O padre Cavazzi inicialmente nega caracterizar as perversões de *Jinga*: “não quero aqui sujar estas folhas com a trágica narração das torrentes de sangue derramado por *Jinga* [...] que professou a seita mais bárbara dentre quantas pode imaginar a própria impiedade personificada”. Contudo em páginas seguintes começa as inúmeras descrições a respeito do caráter da rainha, como “os vários vícios são por sua natureza coligados entre si como elos duma corrente, é muito raro que a crueldade não seja acompanhada de sensualidade”.²³

Difundida em italiano, traduzida e adaptada por outros escritores, os capuchinhos caracterizaram uma rainha comedora de gente “no sentido próprio e figurado”, povoando a imaginação de escritores europeus, como se observa no trabalho datado do século XVIII, do francês Castilhon, que explora no romance “Zingha, reine d’Angola”, uma heroína canibal que não poupava amantes ou inimigos. Aquela que travestia de mulher seus concubinos e os obrigava a dançarem e chamarem-na de rei.²⁴ Já o Marquês de Sade, como Cavazzi, também acreditava na correlação entre crueldade e sensualidade. Na peça de teatro “La philosophie dans le boudoir”, de 1795, ele exemplifica a crueldade irracional e a crueldade erótica. Essa última, na qual a rainha africana participava, manifesta-se apenas nos seres mais delicados.²⁵

Com um poema de protesto para com a Academia dos Renascidos, situada em Lisboa, Bocage redige em 1792 um soneto de insulto ao presidente da agremiação Domingos Caldas Barbosa, cuja mãe era uma mulata vinda de Angola.²⁶ Um pouco mais tarde, em 1822-23, nas aulas sobre a “Razão na história” de Hegel, também se manifesta o ideário do “arbítrio natural”. Para o filósofo o “horroroso” reino de *Jinga*

²² GAETA, Antonio da. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristo della regina Singa e del suo regno di Matamba*. Nápoles, Francisco de Maria Gioia, 1669, p. 119-120.

²³ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 1965, v, II, p. 72.

²⁴ Idem 13.

²⁵ Idem 14.

²⁶ Preside o neto da rainha *Jinga*/ À corja vil, adúladora, insana/ Lembrou-se no Brasil bruxa insolente/ De armar ao pobre mundo estranha peta/ Procura um mono, que infernal careta/ Lhe faz de longe e lhe arregaça o dente/[...] In.: BOCAGE, Manoel Maria do. *Poesias. Pref. e notas Guerreiro Murta*. Lisboa, 1996, p. 102-3.

expressava que os negros não eram suscetíveis a nenhum desenvolvimento humano, visto que não conheciam os domínios da moralidade.²⁷

Em trabalhos do século XX, salientamos o empenho dos autores em observar o modo como a rainha ascendeu a liderança. John Thornton afirma que talvez as regras de sucessão não fossem tão claras. Segundo o autor, *Njinga* chegou à liderança através de um conflito maior, onde cada grupo usava as tradições como fundamentação para o que acreditavam que lhes era de direito.²⁸ É provável também, que durante o reinado de Ngola Mbandi o princípio de hereditariedade nas sucessões já tivesse se consagrado e que a família real se constituía pela linha patrilínea, em contrariedade com a regra que conduzia o restante da sociedade.

Outra possibilidade é que os escravos reais tivessem adquirido noções de poder, passando a ter voz na escolha do soberano – no caso, escolhendo *Njinga* como representante.²⁹ Contudo, John Thornton argumenta que na região do Congo a liderança em mãos femininas era inadmissível, e nas regiões periféricas nunca uma mulher tinha obtido o controle formal de um reino.³⁰ Logo, Thornton informa que *Njinga* opera com peculiaridade, independente da forma como ascende a líder.

O antropólogo francês Claude Meillassoux, na obra “Mulheres, celeiros e capitais”, argumenta que a rainha precisava de uma instrução que compreendesse a heterogeneidade dos povos que iria governar (jagas e imbundos) e a descendência mista seria a forma ideal de conciliar os laços maternos e paternos, ou, os reinos.³¹ Entretanto, a liderança não foi imediatamente para as suas mãos. Ela precisou travar uma disputa com seu irmão, após a morte do pai de ambos, que perduraria

²⁷ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: 70, 1995, p. 267-9.

Para informações auxiliares sobre as vontades livres ou autodeterminação em Hegel, sugere-se ver o seguinte artigo: GALLEGO, Carla. *O conceito de vontade na introdução da filosofia do direito de Hegel*. Revista Dissertatio de filosofia-UFPEL, inverno/verão de 2008, p. 89-104.

Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/27-28/27-28-5.pdf> Acesso: 12.03.2012

²⁸ THORNTON, John. *Legitimacy and political power: queen Njinga, 1624-1663*. Journal of African History, 32, 1991, p. 25-40.

²⁹ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier: 2004, p. 201-216.

³⁰ THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power*. Journal of African History, 47, 2006, p. 437-60.

³¹ MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976, p. 48.

por seis anos.³² Essa disputa, provavelmente, ocorreu em função da liderança nas mãos de uma mulher ser considerada algo peculiar na África dos seiscentos, como ressalta Roy Glasgow. Em trabalhos como o de Glasgow, a marca central é uma Nzinga opositora, que resiste ao colonialismo português, uma líder independente que estava a negociar escravaria de modo autônomo ao tráfico luso.³³

Na década de 1970, o historiador Joseph Miller realiza uma pesquisa de campo em Malanje, onde observa as tradições orais e propõe uma nova metodologia de trabalho para a história de Angola. Miller argumenta que *Nzinga* travara sucessivas batalhas para legitimar-se no poder, salientando as alianças efetuadas pela rainha ao longo de sua carreira política. Em “Nzinga of Matamba in a new perspective”, Miller considera que a rainha comandou um golpe de estado. Essa hipótese é elaborada em virtude de *Nzinga* não ser sucessora natural do rei falecido, não só porque era mulher, mas também devido o título de Ngola estar aberto à competitividade entre as linhagens.³⁴ Na escolha do sucessor, o favoritismo não estaria com *Nzinga*, e o principal argumento que ampara a tese do autor deriva da rainha africana ser filha de uma escrava e não possuir matrilinearidade.³⁵

Com outro ângulo Adriano Parreira contesta a ilegitimidade da rainha em “Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga”. Para Parreira, ela detinha uma posição social que permitiria o acesso ao posto de soberana. Considerada como sagrada, era tida como intocável, e até mesmo o rival *Ngola a Ari*, que com ela guerreara por longo período, se comportava como um súdito.³⁶ O autor ainda critica os estudos que não estabelecem relações entre as ideologias políticas dos imbundo e as ações de *Jinga*. Assim, ao associar a ascensão da rainha à liderança com suas empreitadas bélicas, sobretudo quando relacionadas em

³² “Le roi Du Ndongo mourut em 1623 sur une ile du Cuanza dans des circonstances mystérieuses. Il semble qu’il aintéte emoisonné par as soeur Anna Nzinga qui lui succéda sur Le trone et declara immédiatement à Luanda que letraité em 1622 devait être execute sous peine de guerre”. In.: VANSINA, Jan. *Les anciens royaumes de la savane: les etats dès Savanes méridionales de l’Afrique centrale des origines à l’occupation colonile*. République du Congo, Université Lovaniun, 1965, p. 104.

³³ GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 35-43.

³⁴ Nzinga teria envenenado seu irmão e afogado o sobrinho no rio Kwanza para retirá-los do seu caminho nas disputas sucessórias entre as linhagens. MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of Afrincan History, 16, n 2, 1975, p. 202-206.

³⁵ MILLER, Joseph. *Op. Cit.*, 1975, p. 208.

³⁶ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 178 e 183.

oposição aos portugueses, os trabalhos não ponderam que os imbundos eram povos essencialmente voltados para agricultura, camponeses sem motivação para tornarem-se guerreiros, que não seriam representados por uma rainha bélica.³⁷

As observações de Beatrix Heintze retratam que ser filha de escrava não a incapacitaria a liderança, pois todos os reis o eram entre os Congos. Além disso, nada comprova que *Nzinga* fosse filha carnal do mesmo pai de Ngola Mbandi, pois a irmandade entre eles poderia ser de títulos, sendo cabeças de linhagens com igualdade na disputa pela liderança.³⁸ Para Heintze, um soberano ao assumir a autoridade dos reinos, deveria desfazer-se ritualmente de suas linhagens na tentativa de organizar uma estrutura própria de poder, aglomerando quantos apoiadores pudesse: estrangeiros, escravos, pessoas sem vínculos familiares, todos eram bem vindos para engrossar a representação daquele reino. Heintz ainda constata que pairava um sentimento anti-português na região disseminado pela *Nzinga Mbandi*, fazendo com que os grupos mistos de imbundos e jagas resistissem à penetração dos portugueses, fato que auxiliou a rainha no sucesso das articulações para corroborar sua liderança.³⁹

Após acessarmos essa multiplicidade de informações, observamos que a *Ginga* de Oliveira de Cadornega ainda foi pouco abordada. Com isso, consideramos a obra HGGGA não como indícios de palavras rígidas, literais, cristalizadas, mas com o movimento destas, as maneiras inovadoras que foram utilizadas, resultantes ou não de experiências novas, originando problemas e possibilidades discursivas. Isso quer dizer que uma obra é capaz de complementar a realidade empírica através, justamente, de suas interpretações e imaginações. Uma obra é crítica e transformadora, desconstruindo e reconstruindo, trazendo ao mundo variações, modificações significativas, algo que anteriormente não existia.

A concepção puramente documental da historiografia é uma ficção heurística, de modo que nenhuma descrição é pura: no momento em que foi concebida, ela serviu para corroborar algum propósito. Por outro lado, a falta de um *corpus* documental, é o mesmo que subsumir o arcabouço advindo de linguagens

³⁷ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 181.

³⁸ HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a História de Angola no século XVII*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Weisbaden, 1985, p. 38-39.

³⁹ HEINTZE, Beatrix. *Op. Cit.*, 1985, p. 210.

proporcionado pelo documento, ou seja, idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis como vocabulários, regras, precondições, implicações e estilos, itens complexos e chaves para o historiador dessejar o contexto pretendido como estudo.⁴⁰

Desse modo, organizamos nossa pesquisa da seguinte forma: no capítulo de número um procuramos delimitar um contexto para o sujeito/autor⁴¹ Oliveira de Cadornega, visto que objetivamos compreender a forma como ele embarca para África, bem como o porquê almejava permanecer em Luanda após estada de quarenta anos sem regressar a Portugal. Esses fatores foram cruciais para entendermos os motes que ensejaram a escrita da obra HGGA.

A contextualização de escritura do texto proporcionou que observássemos que há um sentido na obra do militar, e que este é arquitetado através de adjetivações referentes à personagem principal, que produzem uma realidade textual quando combinadas como outras caracterizações. Outras expressões que aparecem na obra enquanto indeterminações semânticas, ora qualificando a rainha como inimiga, ora como aliada, ou ainda as dialogias entre as línguas kimbundo e portuguesa, são analisadas no capítulo dois, pois auxiliaram a corroborar o sentido que o autor angariou a obra.

As etapas analíticas anteriores oportunizaram, em nosso último capítulo, que observássemos o uso da obra HGGA enquanto fonte documental, e o modo como importantes trabalhos concernentes à historiografia brasileira, sobretudo no estudo de história africana e/ou afro-brasileira empregaram as adjetivações relacionadas à personagem principal, que nessas obras aparecerá como *Nzinga*, *Njinga* ou *Jinga*. As diferentes grafias utilizadas serão mantidas com o intuito de ressaltar o trânsito atinente ao emprego da insígnia que distingue à rainha, bem como das adjetivações que a caracterizam.

Apesar de haver outras produções que enfocam a rainha africana, realizamos nossas observações com as seguintes obras, pois apenas elas trazem latentes as adjetivações que ora importam: “Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão”, de Selma Pantoja, “Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de

⁴⁰ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 35.

⁴¹ Para informações mais aprofundadas em relação ao sujeito, autor, narrador e personagem em um texto sugere-se ver: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2006, p. 34.

rei Congo” de Marina de Mello e Souza e “A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700” de Alberto da Costa e Silva. Em suma, não podemos utilizar outros trabalhos igualmente pertinentes para o estudo de história africana junto à historiografia brasileira se os mesmos não apresentam o recorte aqui proposto, ou a utilização das caracterizações orquestradas por Oliveira de Cadornega para assinalar sua *Ginga*.

Assim, neste trabalho interessou-nos observar múltiplas rainha *Ginga*, movimentando-se em diferentes obras, pois “*é próprio do olhar histórico chamar atenção para as historicidades dos significados, para fazer aparecer as diferentes maneiras como a experiência, em distintos momentos, foi apreendida*”.⁴² Analisar essas historicidades através da condição de transitoriedade de significados é uma condição fundamental da própria história como disciplina, sendo um antídoto para a imobilidade teórico-conceitual.⁴³

⁴² PAREDES, Marçal de Menezes (org). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Oikos, 2012, p. 149.

⁴³ LACAPRA, Dominck. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 241, apud PAREDES, Marçal de Menezes (org). *Op. Cit.*, 2012, 149.

Capítulo I

1. UM (CON)TEXTO PARA OLIVEIRA DE CADORNEGA

A compra e venda de cargos como ofícios, hábitos, honras e mercês era uma prática corrente em Portugal tanto com a Casa da Áustria quanto com a Casa dos Bragança no século XVII. Essa política possibilitava que cristãos-novos tentassem se desvencilhar dos jugos inquisitoriais. No capítulo primeiro desse trabalho, observaremos que António de Oliveira de Cadornega embarca rumo à África para suprir os déficits de mão de obra na colônia de Angola, através de um ofício obtido junto aos Braganças e de uma carta dirigida ao então governador, Pedro César de Menezes.

Na segunda parte desse capítulo, observaremos que o soldado-escritor estabiliza-se em África, chegando a obter o cargo de Juiz Ordinário de Massangano. Participa do mercadejo de escravos e desposa de uma cristã-nova, filha de Fernão Rodrigues, que além de ser um dos primeiros povoadores de Angola, possui influência no comércio. Essas relações são salientadas para que desmistifiquemos o convívio entre africanos, lusos e flamengos, ou seja, se conflitos ocorriam, também havia alianças que driblavam a administração lusa tanto em Lisboa como em Luanda, configurando uma dinâmica interna independente das gerências régias.

As etapas desenvolvidas na primeira e segunda parte deste capítulo foram cruciais para que percebêssemos um sujeito/autor Cadornega interagindo com o contexto que estava inserido e ajudava a delinear. Assim, a escrita da obra HGGA com dedicatória ao então príncipe regente Dom Pedro II de Portugal, bem como o forjar de um sentimento de fidelidade aos Bragança, influem significativamente na valoração proposta à obra pelo autor: é como se a escrita do texto e a exposição de sucessos bélicos portugueses que defendiam os interesses de manutenção territorial e comércio de peças, fossem capazes de absolvê-lo de qualquer jugo inquisitorial.

1.1 Portugal da Inquisição e da Restauração

A Casa⁴⁴ da Áustria administrara Portugal durante três épocas, correspondentes a três Filipes. As atividades desenvolvidas por Filipe II em Portugal, III em Espanha,⁴⁵ como a recopilação e refundição da legislação pátria com as “*Ordenações Filipinas*”,⁴⁶ as melhorias em itens básicos na navegação, especialmente no Tejo, considerado artéria fundamental para comunicação entre Madri e Lisboa, além do crescimento nas rendas do tesouro através de uma administração tida por aqueles que o apoiavam como mais elaborada, eram mote para aclamação.⁴⁷

Contudo, o que ora importa-nos foi o envolvimento da coroa Ibérica na venda de cargos e ofícios.⁴⁸ Essas informações são importantes porque possibilitam compreender o modo como Oliveira de Cadornega embarca para a colônia portuguesa de Angola, que nesse período recebia de forma crescente ameaças de apoderamento holandês. A análise da expedição de ofícios igualmente possibilita

⁴⁴ Inferiremos apenas de forma sintética em relação ao termo “Casa”. Ou seja, era utilizado para distinguir um indivíduo ou família em relação ao seu pertencimento dinástico. Segundo Pedro Cardim, a acepção em relação a esse termo é reforçada em um manuscrito anônimo de meados do século XVII, intitulado “*Tratado em que se declara que couza seja Plebeu, Escudeyro, Caualeyro, Fidalgo e chefe de huma Caza ou família*”. Nesse documento, pode ler-se que a fidalguia provinha de linhagem, acrescentando-se que também eram fidalgos “*aquelles que el Rei cria e filha por fidalgos*”. In. CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 13-57, jul. 2002, p. 14.

⁴⁵ No caso dos Filipes, a casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal, por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581. Para informações mais detalhadas sugerimos a leitura de BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 144.

⁴⁶ Os textos das Ordenações enumeravam competências tidas como naturais ou essências da realeza e proclamavam a origem real de toda jurisdição. In.: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 62.

A primeira edição data de 1604. A que ora temos acesso é a seguinte: Ordenações Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1885.

⁴⁷ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 301-306.

⁴⁸ A política de expansão ultramarina, além de alargar o espaço político e econômico, desencadeava processos de falta de controle nas atividades burocratas e administrativas, além de uma contração forçada nas finanças públicas, que era sanada através das inúmeras isenções adquiridas pela compra de privilégios, ofícios, cargos ou hábitos religiosos. Esse pagamento era nominado como tença, uma forma de cobrança periférica que ajudava a romper as hierarquias sociais. Com todo esse alargamento, também cresce o número daqueles que viviam com as rendas das tenças, ou parafraseando Antonio Domínguez Ortiz, desse “estado em gestação”. In.: DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, *Ventas y exenciones de lugares durante el reinado de Felipe IV*, Anuario de Historia del Derecho Español, XXXIV, 1964, p. 34.

que compreendamos o anseio do militar em não regressar a Portugal após a restauração portuguesa, articulando a escrita da obra HGGA com o objetivo de não abdicar dos cargos e ofícios angariados.

Através de literaturas da restauração obtivemos algum panorama sobre as concessões desses ofícios a mando dos Filipes. Escritores como António Pais Viegas, Vicente de Guzmam Soarez, João Pinto Ribeiro e António Carvalho de Parada, com o objetivo de auxiliar na consolidação da casa dos Bragança,⁴⁹ denunciavam negativamente a venalidade dos ofícios e honras, argumentando que essa prática ampliava a capacidade do rei que estivera em exercício.⁵⁰ Entretanto, vale lembrar, que durante todo o século XVII, era “*uma temática que tendia a emergir no discurso político associado a conjunturas de afirmação de mudanças ou nos jogos de luta pela conquista de legitimidade*”.⁵¹

A compra e venda de cargos é uma manobra política de fácil execução e pouco alardeada fora dos limites régios. Em Portugal foi amplamente utilizada pela Casa da Áustria e pela Casa dos Bragança, ou seja, antes e após a restauração, e também, por particulares que ambicionavam barganhar alguns réis com a venda de mercês.⁵² Conforme Antonio Domínguez Ortiz, em relação às ordens castelhanas, esse tipo de expediente era tratado de forma simplificada, visto que não precisava da autorização

⁴⁹ Sobre a fundação da Casa dinástica dos Bragança o texto de Mafalda Soares da Cunha considera que “o processo de senhoriação de Bragança por parte da casa ducal inscreve-se numa lógica de afirmação de poder que apresenta algumas semelhanças com outras grandes casas senhoriais portuguesas. Como ocorre com a maior parte das terras outorgadas nos séculos XV e XVI pela Coroa, a tomada de posse foi acompanhada pela imposição por parte dos novos titulares de marcas das suas casas e linhagens sobre o território. A forma podia variar, mas concretizava-se, na maioria das vezes, através da obtenção de privilégios específicos para as terras ou no enobrecimento das vilas e lugares por obras municipais e patrocínio a instituições locais”. In.: CUNHA, Mafalda Soares. *Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV -XVII*. Revista Monumentos 32: Lisboa, dez 2011.

Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=0ca6cf3d-2b89-41ea-b312-3ffade038703 Acesso em: 16.08.2012

⁵⁰ VIEGAS, António Pais. *Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, e o modo que teve para eximirse da obediência del Rey de Castella, e tomar a voz do sereníssimo Dom João IV, e XVIII entre os reys verdadeyros deste reyno*. Lisboa, 1641, p. 22.

SOAREZ, Vicente de Guzmam. *Lvsitania Restavrada dirigida a sev Restavrador El Rey Dom João o Quarto Nosso Senhor*, Lisboa, 1641, canto 1º, estrofes 11 e 12.

RIBEIRO, João Pinto. *Usvrpação, retenção, restavração de Portugal*, Lisboa, na Off. de Louenço de Anveres, 1642, p. 55.

PARADA, António Carvalho de. *Ivstificação dos portvgueses sobre a aççam de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella*. Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1643, vol. II, p. 263.

⁵¹ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 745.

⁵² MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 307-323.

de Roma.⁵³ A necessidade de preencher os déficits de mão de obra nas colônias, possibilitou em 1638 e 1639 que muitos titulares alcançassem o direito de nomear esse tipo de mercê e distribuí-las a pessoas de ascendência judaica, que pagavam para tal, dinamizando os setores mais abastados da sociedade que pretendiam ascender socialmente ou viver longe das agruras da inquisição,⁵⁴ como o caso de António de Oliveira de Cadornega.⁵⁵

“Y lo próprio puede decirse de outra facultad mas claramente indiciaria de venalidade, como era aquella que confería al titular de um puesto la possibilidade de transmitirlo a outra persona, tanto en el ámbito familiar como fuera del mismo. De hecho, esa facultad, permitió que durante la enorme almoneda que tuvo lugar em último tercio del siglo XVII de cargo de gobierno político, hacienda y justiça [...], muchos individuos pudieran comprar em um mismo día vários corregimientos com facultade de “transferirlos”, o lo que es lo mismo, de revenderlos.”⁵⁶

Tratada com descrição e cautela, as venalidades ocasionaram um número diminuto de códices com os despachos reais que inventariavam esse propósito. Apesar de algumas mercês estarem disponíveis para acesso junto aos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, não possuímos a informação se há menção a António de Oliveira de Cadornega nos quarenta livros que abrangem doações, ofícios e mercês, de 1621 a 1640, ou ainda nos quatro livros que arrolam os privilégios, também datados da mesma época e correspondentes a movimentação desses ofícios junto aos Filipes.⁵⁷ Nesse sentido, vale observar a contribuição de Olival sobre a dinâmica dos registros dessas vendas.

⁵³ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. In: *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000, p. 1159.

⁵⁴ Sinteticamente, inferimos que a inquisição era um instrumento que servia ao grupo senhorial em crise, para espoliar a burguesia mercantil e financeira, significativamente identificada com os cristãos-novos. O intuito era contrabalançar a bancarrota de uma política guerreira e também manter as funções diretivas do estado na economia e na Igreja, evitando a ascensão dessa burguesia. In.: SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. 3. ed. Porto: Inova, 1969, p. 47-73.

⁵⁵ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 748.

⁵⁶ CASTILLO. Francisco de Andújar. Venalidade de ofícios y honores. Metodologia de Investigacion. p 187. In. STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini. (orgs.) *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.

⁵⁷ Contudo, mesmo que indiretamente, acredita-se na importância de melhor compreender a dinâmica social manifestada no uso e na concessão de mercês no período.

*“A mera alusão a donativos era um dos meios utilizados pela Coroa para escamotear essas transações onerosas; noutros àquele somava-se um montante maior ou menor a título de empréstimo; às vezes, as atribuições não eram feitas só por dinheiro, podiam também envolver uma parcela de serviços. Nesta ordem de ideias, economia da mercê e venalidade eram amiúde e indissociáveis no contexto das práticas portuguesas”.*⁵⁸

Assim, ao longo dos séculos XVII e XVIII forjaram-se na sociedade lusa estratégias que satisfizessem a procura por parte de quem não conseguia ofícios pelas vias tidas como normais. Quem não reunia características para alcançar a mercê de um hábito, recorria à compra, pois havia indivíduos dispostos a venderem os afazeres que angariaram, ou o direito de uma insígnia, acompanhada ou não de tença. Em Portugal, a coroa Ibérica também poderia obter contrapartidas financeiras pela renúncia de um ofício, mesmo que fosse de ordens militares. Pela renúncia de um hábito, não há registros documentais que comprovem esse fato.⁵⁹ Todas essas abdições, segundo recomendações expostas junto as *Ordenações Filipinas*, tinham de ser bem justificadas, pois se procurava garantir a qualidade do desempenho do ofício, sempre evitando transações entre particulares, ou seja, que esses títulos fossem parar nas mãos de cristãos-novos.⁶⁰

Embora o rigor e formalidade descrita junto à documentação das ordens dos Filipes, estas não são condizentes com o afrouxamento nas concessões conforme as finanças da coroa, ou como já explicitamos, da necessidade de mão de obra em alguma colônia. Elucidamos esses eventos, com a tributação do sal por Filipe II em 1601, devido à pobreza do tesouro. No mesmo ano, o rei recebe a proposta para revogação das leis que impediam os cristãos-novos de comerciar, bem como comprar e vender propriedades através do pagamento de cento e sessenta mil

⁵⁸ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003, p. 746.

SARAIVA, António José. “Inquisição”. In. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984-2000, v. II, p. 747. No século XVII as expressões *cristãos-novos*, *gente de nação* e *homens de negócio*, eram sinônimas. Conforme António José Saraiva, na correspondência do Padre António Vieira, em que apresenta propostas a Dom João IV para a criação da Companhia do Comércio do Brasil, e igualmente pelos decretos apresentados para criação dessa Companhia, observa-se essas expressões aplicadas a indivíduos que eram agrupados conforme sua atividade monetária, tornando-se facilmente isoláveis e discrimináveis.

Encontramos a carta endereçada pelo Padre António Vieira a Dom João IV na seguinte referência: AZEVEDO, J. Lúcio. *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas. 1608-1697*. Coimbra: Imprensa Univ. Coimbra, 1925, tomo I, p. 25-89.

⁵⁹ OLIVAL, Fernanda. *Op. Cit.*, 2003, p. 750.

⁶⁰ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1885, liv. I, título XCVI.

cruzados. Em anos seguintes o dobro foi oferecido pela absolvição geral dos judeus. Assim, era autorizado aos cristãos-novos movimentar livremente seus bens, podendo transitar com suas famílias por todos os reinos e senhorios de Portugal.⁶¹

A igreja a par dessa movimentação trabalha para conseguir a revogação das leis de 1601, que ocorre em 1605, com o veto de saída e confisco de bens das famílias de descendência judaica. Em 1610, não havendo mais o que pilhar, as leis protetoras são terminantemente revogadas e apenas em 1627 os judeus conseguem novamente comprar o indulto por um milhão e meio de cruzados, gozando de uma relativa segurança, mas sempre com a sombra dos jugos da inquisição.⁶² Apesar de ser vetado aos cristãos-novos o exercício de profissões como médico, boticário, piloto, entre outras, além de entrada em ordens militares e religiosas,⁶³ desempenhavam livremente essas profissões. Regozijo de alguns, pois no início da inquisição eram condenados apenas aqueles pertencentes a instâncias mais humildes da sociedade. Esse panorama, conforme Pires de Lima informa, sofreu mudanças, visto que no século XVII não faltavam doutores, cônegos, frades e freiras a serem incriminados.⁶⁴

A compra do ofício de soldado por António de Oliveira de Cadornega foi obtida no ano de 1639, junto ao ainda Duque de Bragança, Dom João II.⁶⁵ Embora o predomínio administrativo no reino português estivesse em posse da casa da Áustria, os alvares ao período próximo que avivavam a restauração eram constantes. Além disso, como exemplificamos no decorrer deste capítulo, a compra dos ofícios e mercês driblava tanto as Ordenações Filipinas quanto os atentos olhos inquisitoriais. A “*Carta de favor*” passada em Almada e dirigida a Pedro César de Meneses, com a qual foi possível Cadornega acompanhar esse governador e embarcar para Angola como soldado, proporcionava a possibilidade de adquirir, sob o caro preço de abdicar da família e dos estudos, tão desejos pelo pai de Oliveira de

⁶¹ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 303.

⁶² MARTINS, Oliveira. *Op. Cit.*, 2007, p. 304.

⁶³ COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa, Caminho, 1987, p. 88.

⁶⁴ LIMA, J. A. Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Civilização, 1940, p. 46.

⁶⁵ Dom João II foi proclamado rei de Portugal como Dom João IV.

Cadornega, uma relativa estabilização, pois o ofício de soldado corresponderia a um cargo administrativo.⁶⁶

“Com estas fatias de pão daquela sempre esclarecida Casa de Bragança foi eu sustentado e mais meus irmãos; e porque eu não ficasse de fora de seus favores vindo de Lisboa com hum irmão meu por nome Manoel Correa de Cadornega que hoje vive, e he morador de Villa da Vitória de Masangano tendo assentado praça de Soldado nos Almazens daquela Corte contra vontade de nosso Pay que queria seguissemos os estudos vendonos sem nenhum amparo estando o nosso Exellentissimo Senhor, na Era de 639 da banda dalem onde tinha vindo a instancia do rei Rey Dom Phelippe o quarto sendo Governador de Portugal a Infanta Dona Margarida Duqueza de Mantua, Tia do dito Rey, a respeito de dizerem vinha huma poderosa Armada do Christianismo Rey de França contra Portugal, viesse a preparar ou mandar preparar as Fortalezas e gente de guerra como Contestable que era daquelles Reinos; outros ajuizarão fora outro o fim de que Deos o livrou para nelle começar a renascer a Monarquia Luzitana”.⁶⁷ (grifos nossos)

“Lhe pedimos nos quizesse favorecer com huma carta de favor para o governador Pedro Cezar de Meneses com que vínhamos embarcados para Angola a servir nas guerras da Conquista destes reinos e nos fez mercê de nola mandar passar, dizendo a Manoel Caldeira de Castro Moço da Guardaroupa levasse recado ao Secretario Antonio Paes Veigas para a fazer, favor singular de Suas Reaes mãos que os Serenissimos Duques de Bragança sempre souberão dar muito e pedir pouco; a qual Carta teve sempre em tanta estima, o governador que sendo aprisionado do Flamengo onde lhe tomarão quando possuia teve industria para a haver das mãos inimigas, e a levou consigo quando foi destes Reinos para Portugal fazendo lhe tanta veneração como o poderá fazer a mais devota Relíquia”.⁶⁸ (grifos nossos)

⁶⁶ Utilizamos para averiguar essa informação outro texto de Oliveira de Cadornega, que não a obra “História Geral das Guerras Angolanas”. Desta vez a obra “Descrição de Vila Viçosa”, dedicada ao Conde de Ericeira, traz informações complementares sobre a aquisição de cargos pelo autor. CADORNEGA, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, p. 09.

⁶⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 6.

⁶⁸ CADORNEGA, António de Oliveira. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 7.

Essas descrições sucintas servem para atentarmos à instabilidade e complexidade da relação política entre cristãos-novos e a coroa Ibérica. Se por um lado a mesma impunha requisitos políticos, sociais e de mérito para o exercício de um ofício, com exigências como a naturalidade obrigatória dos beneficiados, ou ainda laudos que comprovassem aptidão a função, geralmente outorgados pela instituição que concedia o cargo, com a finalidade de evitar transferências entre particulares,⁶⁹ exigindo que as mesmas fossem feitas na mão do rei, por outro lado o rendimento desses ofícios representava cerca de 20% dos recursos dos Braganças, quando em 1626 a casa da Áustria ainda estava no poder.⁷⁰

Assim, a força motriz para a negociação da disponibilização do ofício de soldado para Cadornega atuar na África deu-se em virtude de um cristão-novo, assim como muitos, necessitar oportunidade de sobrevivência apartada dos encaixos da inquisição e, por parte não apenas dos Bragança que lucraram com a transação, mas da casa da Áustria que permitia o afrouxamento de alguns ofícios quando necessitava de mão de obra em alguma colônia. No caso, com os avanços flamengos a situação em Angola se fazia emergencial.

Os primeiros sinais de alertas recebidos pela coroa Ibérica em relação a ameaça holandesa em tomar Luanda datam de 1636, quando o Conselho de Estado de Portugal preocupa-se com uma carta recebida da princesa Margarida de Parma sobre o socorro urgente que deveria ser enviado a Angola.⁷¹ Este mesmo conselho apresentava seu parecer sobre essa situação limite no mesmo ano, autorizando o embarque de soldados e munição.⁷² Contudo, os auxílios enviados, poucos e

⁶⁹ CUNHA, Mafalda Soares da, “O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII”. In STUMPF, R.; CHATURVEDULA, N. (org.) *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, CHAM, 2012, p. 21.

⁷⁰ CUNHA, Mafalda Soares da. *Op. Cit*, 2012, p. 26.

⁷¹ Excerto da correspondência da Princesa de Parma intercedida pelo então Conselho de Estado de Portugal. Documento citado no texto acima referenciado: “*Se recibieron del gouernador de aquel reino y Cámara de Loanda las cartas que enuiaua a V. Magestad, representado la Cámara la necesidad en que aquella placa esta de V. Magestad la mandar socorrer por los auisos que se tienen en ella de que el inimigo la quiere intentar... y como alli hai mucha falta de gente, artillería, poluora y municiones, pidiendo el y la Cámara que V. Magestad le mande acudir con la breuedad que se requiere*”. In: Archivo General de Simancas, Secretarías Provinciales. Leg. 1469. Fols. 311 y 622.

⁷² LÓPEZ, José Luis Cortés. *Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del reino del Congo (1580-1640)*. In. *Studia histórica. Historia moderna*, IX (1991), p. 234.

tardios, não puderam impedir a ocupação de Luanda pelos holandeses em 1641, dois anos após a chegada de Oliveira de Cadornega.⁷³

A não relação na obra HGGa da concessão do ofício seguida do embarque de Cadornega com as ameaças holandesas, possibilita que observemos a capacidade que os textos detêm de verbalizar problemas que por alguma motivação renovam-se semanticamente com o correr do tempo. A temporalidade, desta forma, implicaria continuidade e retenção. Esses pensamentos “desconstrutivos” apoiam-se em uma compreensão de historicidade e temporalidade retida no deslocamento como processo de repetição complexa e variável.⁷⁴ Isso quer dizer que há uma tentativa de seleção na obra de Oliveira de Cadornega, visto que as informações tidas como úteis para a compreensão de como ele embarca para a África estão diretamente relacionadas com os conteúdos que o autor confere à obra.

Ou seja, o forjar de uma boa relação com os Bragança e o subsumir de um dos motes para a concessão do ofício, constituem um apelo para que o soldado permaneça na África. Expressando uma performatividade das palavras que antepassa e ultrapassa o ano de 1639, concretizada com uma exposição que ruma para além de descrições literais da tradição de compra e venda de ofícios, cargos, honras ou mercês.⁷⁵

A fidelidade da família de Oliveira de Cadornega pelos Braganças é justificada através das menções as gerações que foram agraciadas com cargos, secundarizando o fato de estes serem uma negociata que visava ganhos. Assim, os feitos bélicos de Portugal e a ascensão do soldado em Angola que ora possui, para parafrasear o padre Antonio Vieira, um “*grossíssimo cabedal*”,⁷⁶ são expostos na

⁷³ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 174.

Charles Boxer, em “Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)”, menciona que os esforços enviados pelos portugueses garantiram apenas uma temporária segurança, sendo em seguida desbaratados. In.: BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973, p. 255.

⁷⁴ LACAPRA, Dominick. *História em trânsito. Experiência, identidade, teoria crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 51.

⁷⁵ POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p. 53.

⁷⁶ VIEIRA, Padre Antônio - *Obras escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. VI, p. 174.

“Por todos os reinos e províncias da Europa está espalhado grade número de mercadores portugueses, homens de grossíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio do mundo”. [...] “E porque são duas as causas que desnaturalizaram deste reino os homens

obra como que para elucidar a dedicação do soldado aos Braganças, que mesmo recém estabilizando-se na administração de Portugal, tiveram contadas “*a seus reais pés esta história das guerras angolanas*”.⁷⁷

Para além disso, as mortes e degredos de seus familiares também são subsumidos, visto que seu pai morrera pobre, pois perdeu tudo na ocasião de um saque pelos flamengos na costa de Angola, quando de sua viagem de regresso a Portugal, após uma longa estada de trabalhos como oficial maior da fazenda real em Buenos Aires.⁷⁸ Sobre seu irmão, Manuel de Cadornega, sabe-se que embarcara juntamente com António de Cadornega para Angola, assentando praça de soldado e vivido, pelo menos até 1680, em Vila da Vitória de Massangano. Das irmãs não se tem maiores detalhes, apenas que uma delas foi julgada e condenada ao degredo da comarca em que vivia, ou seja, Vila Viçosa, e que a outra faleceu.⁷⁹ A mãe, Antónia Simões Correia, foi cruelmente torturada e morta, conforme se pode observar em processo disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde ela menciona possivelmente como um ato de proteção, que tem “*filhos que morreram meninos*”.

*“Ella declara, Antónia Simões Correia, ser cristã nova, não sabe em quanta parte. Que é viúva de António de Cadornega, cristão-velho, de quem teve filhos que morreram meninos, e Violante de Azevedo, solteira, de mais de 25 anos; e Francisca de Azevedo que faleceu a quatro anos, sendo solteira. Que sabe ler e escrever”.*⁸⁰

de negócio – ou as culpas de que estão sendo acusados na Inquisição ou o receio do estilo com que as cousas da fé se tratam em Portugal”

⁷⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. I.

⁷⁸ DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra *História Geral das Guerras Angolanas*. In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011, p. 109.

⁷⁹ Processo disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nº 9.939, folha 38, imagem 75, de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2301963> Acesso em: 06.10.2012

⁸⁰ DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra *História Geral das Guerras Angolanas*. In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011, p. 79.

Segundo quantificação de António Borges Coelho, em Évora, local onde Antónia e Violante foram presas, há cerca de 8.644 processos arrolados entre os anos de 1533 e 1668. Destes réus, 7.269 são acusados de judaísmo, compondo um índice percentual de 84%. A percentagem aumenta para 89% caso considerarmos as acusações de heresia.⁸¹ Conjeturamos o quão desinteressante seria para um cristão-novo estabelecido em outras terras regressar a Portugal, visto que esses dados fomentam a argumentação de ainda haver no terceiro quartel do século XVII, perseguições advindas dos autos de fé, com execuções aos cristãos-novos e pilhagens de seus bens, como podemos observar com a execução da mãe de Cadornega, que data de 1662.

As agrestes perdas familiares advindas da inquisição e o temor em abdicar das posições adquiridas em África, são relatados por meio da exposição dos anos que vivera apenas com os rendimentos proporcionados pelos Bragança, que concederam um cargo de escrivão a seu pai, modo como ele e seus irmãos sobreviveram.⁸² Tudo indica que o pai de Cadornega tenha permanecido nesse cargo até a sua morte e, após, a vulnerabilidade das relações com a atual casa dinástica leva sua mãe a execução. O *corpus* documental que ora dispomos para essa averiguação, para além do processo inquisitorial de Antónia Simões Correia, constitui-se na própria obra de Oliveira de Cadornega. Ambos não abarcam com maiores detalhes os bens em posse de sua família a época da execução de Antónia Cadornega. Contudo, como observamos, há sinais nesses documentos de decadência, se não em Angola e por parte de Cadornega, em Portugal, com sua família aos poucos, sendo desmantelada.

Em virtude desses fatos, o regressar a Portugal se fazia desinteressante. A escrita da obra “História Geral das Guerras Angolanas” inicia-se em torno de 1670, concomitante com o findar das guerras pós-restauração, que condiziam com a estabilização da nova casa dinástica. Segundo Oliveira Martins, a guerra que principiou em 1641, terminava apenas em 1668, e dividia-se em quatro períodos. O primeiro que vai até 1641 inclui a vitória de Montijo e demonstra aos portugueses a inutilidade de operações ofensivas. O segundo são dez anos perpassados pelo

⁸¹ COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa, Caminho, 1987, p. 72.

⁸² CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 6.

dispersar de guerrilhas sem importância. No terceiro, em 1660, os espanhóis tentam uma ofensiva mais profícua, mas são detidos nas linhas de Elvas. Por fim, a paz é marcada com a recuperação do Alentejo através das batalhas do Canal e Montes Claros.⁸³

A governança após esse período inaugura uma longa estabilidade política, que se concluiria apenas com as Invasões Francesas em começos do século XIX. Três reinados extensos abonaram essa continuidade: Dom Pedro II (1667 a 1706, como regente e como rei), o governo de Dom João V (1706-50) e Dom José (1750-77). O período relativamente curto do governo de Dona Maria I (1777-92) foi seguido por outro demorado governo, o de seu filho Dom João VI como regente e como rei (1792 a 1826). *“A essa continuidade régia correspondeu também uma continuidade secretarial: os cargos mais importantes na governação conservaram-se nas mesmas mãos durante longo período de tempo.”*⁸⁴

A estabilidade política possui vantagens, mas igualmente inconvenientes: se permitiu o conservantismo e a rotina, favoreceu também reformas. *“Uma e outra dependiam muito do caráter do soberano, da personalidade do ministro e, acima de tudo, das circunstâncias da época”.*⁸⁵ Em 1671 é publicado um novo regimento para as mercês e ofícios, visto que as vendas continuavam a ser por demais frequentes. O texto, segundo Olival, insiste especialmente nos aspectos que condiziam com a remuneração dos serviços prestados, que deveriam ser requeridas pelo próprio servente ou por parentes. As únicas exceções consistiam em pais poderem usufruir das tenças dos filhos mortos em empreitadas bélicas.⁸⁶

⁸³ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007, p. 311.

⁸⁴ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 361.

⁸⁵ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *Op. Cit.*, 1998, p. 361.

⁸⁶ OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. *Revista Análise Social*, v. XXXVIII (168), 2003, p. 753.

Regimento de 19 de janeiro de 1671. Forma de expediente dos requerimentos de mercês em satisfação ao serviço. Coleção cronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1657-1674, Lisboa, p. 186-189, 1856.

Disponível em: Fontes Históricas de Direito Português. <http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/consulta.php>
Acesso em: 23.09.13

Em 1671, um regimento regulando os requerimentos de mercês em satisfação de serviço foi publicado, instruindo os procedimentos que deveriam ser realizados no processo de petição dos rendimentos dos cargos. Essas medidas intuía evitar as fraudes nas certidões que comprovassem a execução dos serviços. In. CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 13-57, jul. 2002.

Todos esses cuidados eram tomados para que as remunerações dispostas pela coroa não fossem parar em mãos de estrangeiros, e também porque esses cargos necessitavam sofrer alterações, visto que a maior parte das concessões que estavam gerenciando os serviços administrativos, não só em Portugal, mas principalmente nas colônias, tinham sido ofícios agenciados ainda junto aos Filipes. Devido os cargos que alcançara, talvez Oliveira de Cadornega acessava documentações administrativas com facilidade, observando esse movimento de substituição do oficialato e engendrando com a escrita da obra HGGA um modo de articular sua permanência em Luanda, pois o regresso caracterizaria o desfazer de cargos angariados e o desprotegeria dos jugos inquisitoriais.

1.2 A África dos conflitos entre lusos e flamengos

A função que António de Oliveira de Cadornega desempenhara enquanto militar no território tratado pelos portugueses como Angola, nos idos do século XVII, não parece ter sido de grande monta. O historiador Charles Boxer afirma que o soldado “*tomou parte activa, mas não papel saliente nas lutas contra os invasores holandeses e a rainha Jinga*”.⁸⁷ O cristão-novo que chegara com o ofício de soldado em 1639, com o passar de dez anos estava casado e promovido a capitão reformado. Contudo, nada consta que tenha participado de guerras, como por exemplo, as que houberam posteriormente no sertão.⁸⁸

Viveu em Massangano durante aproximadamente trinta anos, e por volta de 1669 fixou-se em Luanda, onde foi vereador. Na obra “*Descrição de Vila Viçosa*”, escrita em 1683, também por Cadornega, quando em dedicatória ao Conde de Ericeira, Dom Luís de Meneses, o autor descreve sua titulação apresentando-se como juiz ordinário.⁸⁹ Isso quer dizer que desempenhara funções de natureza civil, circunstância que o propiciava acessar a documentação administrativa nos locais em que atuava.

As atividades até então inventariadas sobre o contexto em que Oliveira de Cadornega estava inserido, especificamente os títulos angariados durante os quarenta anos em África, permitem que argumentemos para a consolidação de uma carreira junto à administração portuguesa. Em Angola, talvez o cristão-novo não tenha passado despercebido quanto a sua “*origem*”, contudo, esse item que o impossibilitava de permanecer em Portugal, embarcando com apenas quinze anos para África, não se configurava como empecilho para ascensão em Angola, devido

⁸⁷ BOXER, Charles. “Cadornega”. In. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984-2000, v. I, p. 427.

⁸⁸ Os sucessivos confrontos armados para captura de escravos no interior do território angolano são geralmente chamados de “*guerras pelo sertão*”. In. SANTOS, Catarina Madeira; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar. *Fazer a guerra nos trópicos, aprendizagens e apropriações: estado da Índia e Angola – século XVI e XVII*. Curitiba: Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, 2011-2012, p. 57-66.

⁸⁹ CADORNEGA, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, p. 21.

os muitos cristãos-novos inseridos tanto no mercadejo, inclusive de escravos, quanto em cargos administrativos.⁹⁰

O tráfico de peças, além de um negócio rentável, introduzia muitos estrangeiros nas colônias, no que tange a economia e a vida social local.⁹¹ Essa atividade proporcionou a Oliveira de Cadornega ascender socialmente e angariar diversos cargos militares e administrativos. Conforme Mathieu Demaret, o escritor participou ativamente do comércio de escravos durante os quase trinta anos que vivera em Massangano, sendo que nos primeiros oito anos de sua estada em África houve a ocupação holandesa. Com isso, o principal porto angolano, situado em Luanda, estava sob administração liderada pelos flamengos.⁹²

Com esses dados, talvez se pressuponha alguma dificuldade dos cristãos-novos portugueses sobreviverem em meio à perda administrativa por parte da metrópole lusa. Vale lembrar, que no início do século XVII, o principal destino dos judeus emigrados de Portugal era Amsterdã e Hamburgo.⁹³ As rotas de fuga acompanhavam o crescimento mercantil que, em contraponto com a diluição dos judeus na Península Ibérica, nos domínios coloniais e comerciais, estes aumentavam consideravelmente, inserindo-se nessas organizações comerciais pelo degredo ou concessão de ofícios, além dos arranjos familiares, como os matrimônios de judias com cristãos-novos.⁹⁴ Observamos que Oliveira de Cadornega serviu-se de ambas as estratégias, pois desposou da filha de Fernão Rodrigues, também cristão-novo e um dos primeiros povoadores de Angola, várias vezes nomeado capitão de navegação do Kwanza, onde possuía uma ilha que levava seu nome.⁹⁵

⁹⁰ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 195.

⁹¹ CARVALHO, Flávia Maria. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental, In. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV - Nº 07, Julho/2011, p. 15.

⁹² DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011, p. 110.

⁹³ MENDES dos REMÉDIOS. *Os judeus portugueses em Amsterdão*, Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 25.

⁹⁴ VAINFAS, Ronaldo. Tipologia do desengano: cristãos-novos portugueses entre Amsterdão e o Brasil holandês. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 7, 2007, pp. 9-29.

⁹⁵ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, 1982, p. III.

Assim, apesar da ocupação de Luanda pelos holandeses em 1641,⁹⁶ a presença flamenga na região não pode ser observada somente do ponto de vista da concorrência entre duas potências europeias. Foi principalmente com esse evento que a cooperação entre os portugueses e a *West-Indische Compagnie* se maximizou.⁹⁷ Essa colaboração comercial não era apadrinhada pela administração lisboeta que não poupava esforços para promover medidas administrativas que vedassem o comércio dos portugueses com os Países Baixos.⁹⁸

Enquanto Portugal lamentava a quebra dos rendimentos comerciais advindos de Luanda, principalmente no que condizia com os déficits nas aquisições relacionadas a escravaria, os comerciantes lusos não inibiam-se em contrariar as sanções regulamentarias e estabelecer mercadejo com os flamengos, mesmo que estivessem à revelia das leis, como foi o caso documentado por Adriano Parreira, onde a venda direta de escravos no presídio de Benguela era feita à WIC.⁹⁹ Os interesses entre ambos (portugueses e holandeses) se faziam mútuos, ou seja, partilhavam o interesse de alimentar o tráfico de escravos.¹⁰⁰

*“À medida que o tempo foi passando, e Judeus e Mouros tiveram de abandonar a Península Ibérica, a intolerância aumentou. Acabara a era de coexistência pacífica, e um conflito bem mais acerbo opunha os partidários de Cristo aos partidários de Maforma. Estes últimos, para mais, revelam-se os guardiões do comércio internacional asiático, sendo portanto os inimigos naturais dos portugueses. Diga-se de passagem que esse tal facto nunca impediu a existência contínua de comércio pacífico entre mercadores islâmicos e judeus com mercadores portugueses, particularmente na África, onde ninguém punha em causa a supremacia marítima de Portugal”.*¹⁰¹

⁹⁶ “A expansão holandesa pelos sete mares durante a primeira metade do século XVII foi, à sua maneira, tão notável como a expansão marítima portuguesa e espanhola ocorrida cem anos antes [...]” In. BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 123.

⁹⁷ West-Indische Compagnie ou Companhia das Índias Ocidentais aparecerá com a sigla “WIC”.

⁹⁸ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 187.

A historiadora Flávia Carvalho menciona que existia um regulamento que controlava a preação, venda e transporte dos africanos escravizados. CARVALHO, Flávia Maria. *Op. Cit.*, Julho/2011, p. 14.

⁹⁹ PARREIRA, Adriano. *Op. Cit.*, 1989, p. 189.

¹⁰⁰ HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 53.

¹⁰¹ OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998, p. 353.

Como Parreira específica, no período de administração holandesa em Luanda os combates entre portugueses, africanos e seus adversários não deixaram de ocorrer. Nessas guerras os portugueses contavam com aliados advindos da região do rio Bengo e Lukala, e com ajuda de missionários católicos bem relacionados com os sobas do interior angolano.¹⁰² Apesar da geografia dessa união, a comunicação de Matamba com os holandeses era contínua, em virtude de a rainha *Ginga* coordenar a área que condizia com parte do rio Kwanza. Essa via fluvial, navegável desde Masangano, constituía o único modo além-terra de comunicação com o interior da costa. Assim, isolados do sertão de onde vinham os escravos, a WIC negociava a compra dos mesmos ora com os portugueses, ora com *Ginga*, revendendo-os em um amplo comércio estabelecido na Europa e Américas, sem necessitar investir maciçamente em artilharia pesada.¹⁰³

Escritores como Charles Boxer e Ralph Delgado trazem informações que até 1º de dezembro de 1640, portugueses e espanhóis eram aliados contra os holandeses, após a restauração, nos 23 anos seguintes, os lusos tiveram de lutar contra hispanos e flamengos pelas posições na África.¹⁰⁴ Apesar das arguições expostas em escritos significativos que conglomeram as relações entre essas três regiões nos Seiscentos, e de considerarmos os confrontos bélicos que ocorreram, as relações principalmente entre lusos e flamengos estavam longe de serem homogeneamente hostis, visto que os últimos admitiam seus limites. Para mais uma vez citar Adriano Parreira, os holandeses sabiam que os portugueses envolvidos no comércio,

¹⁰² Especialmente os missionários capuchinhos que participavam da Propaganda Fide.

“A Sagrada Congregação da Propaganda Fide foi fundada pelo Papa Gregório XV em 1622, no contexto das navegações marítimas europeias. Teve como objetivos oficiais a expansão do cristianismo e a garantia do estabelecimento da fé cristã, a partir do combate à permanência de práticas heréticas. Embora os fundamentos de evangelização tenham sofrido grandes alterações ao longo dos séculos, a Propaganda Fide persistiu com essa nomenclatura até o ano de 1988, quando o Papa João Paulo II passou a denominá-la “Congregação para Evangelização dos Povos”.
Informações disponíveis em: <http://www.fides.org/ita/index.html>.

Informações mais detalhadas sobre a ordenação dos Capuchinhos podem ser encontradas no seguinte trabalho: GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado).

¹⁰³ PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Ginga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 196.

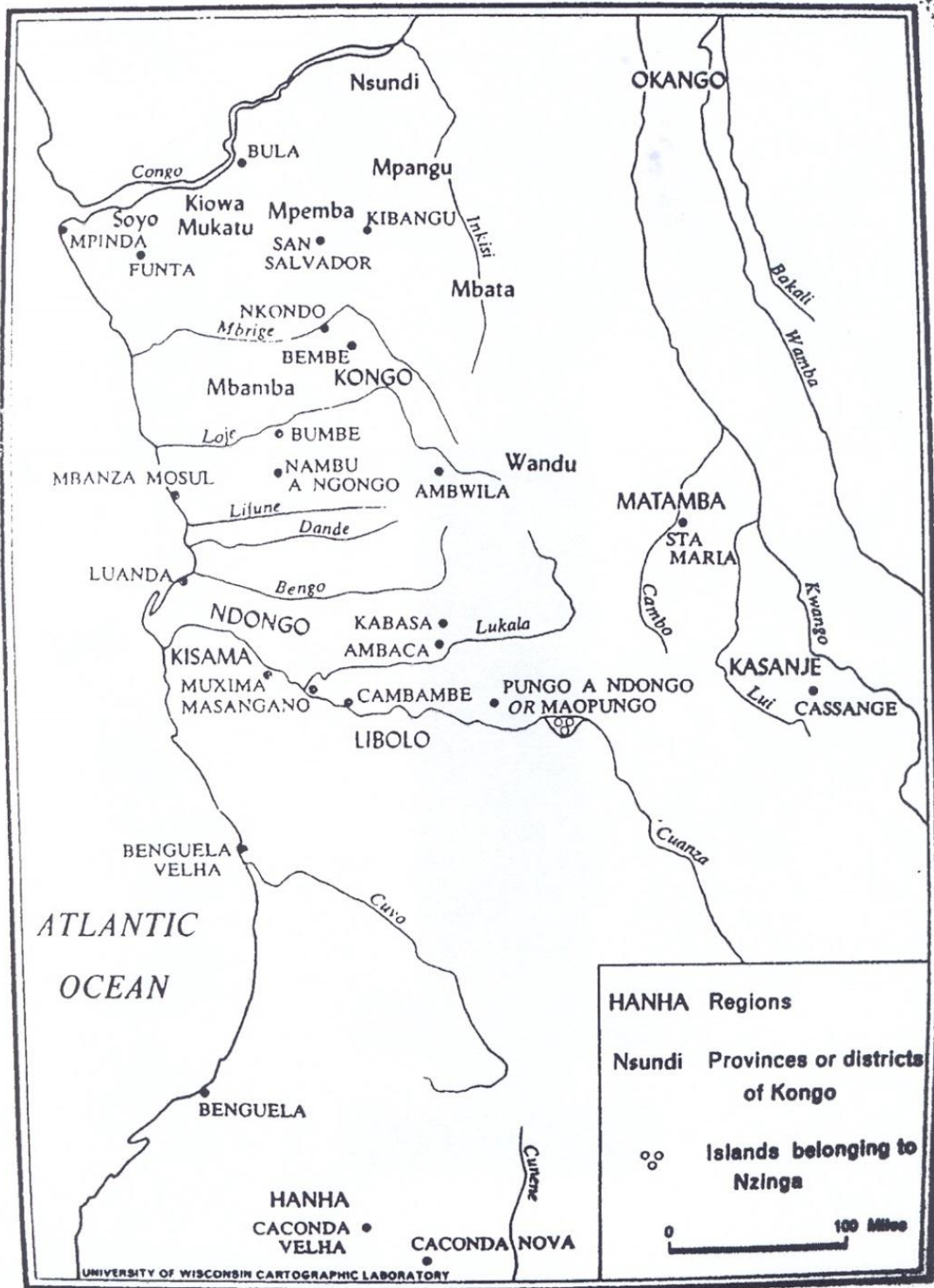
¹⁰⁴ BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 124.

especialmente os isolados da costa angolana e do tráfico, ou seja, remanescentes no interior, eram importantes intermediários nas tratativas com os africanos.¹⁰⁵

Nas páginas seguintes, é possível visibilizar através de mapas, os territórios aqui tratados, como os principais rios, vilas e reinos. A expansão da Colônia portuguesa em Angola de 1575 a 1880 com a rota de entrada dos portugueses, possibilita que observemos os caminhos de condução dos escravos preados no interior de Angola, sugerindo o modo como eram distribuídos, e principalmente das paradas estratégicas para negociação, como em Massangano, local em que Cadornega viveu por quase trinta anos (Ver mapas 01 e 02).¹⁰⁶

¹⁰⁵ BIRGMINGAN, David. *The portuguese conquest of Angola*. London: Oxford Univ. Press., 1965, p. 34.

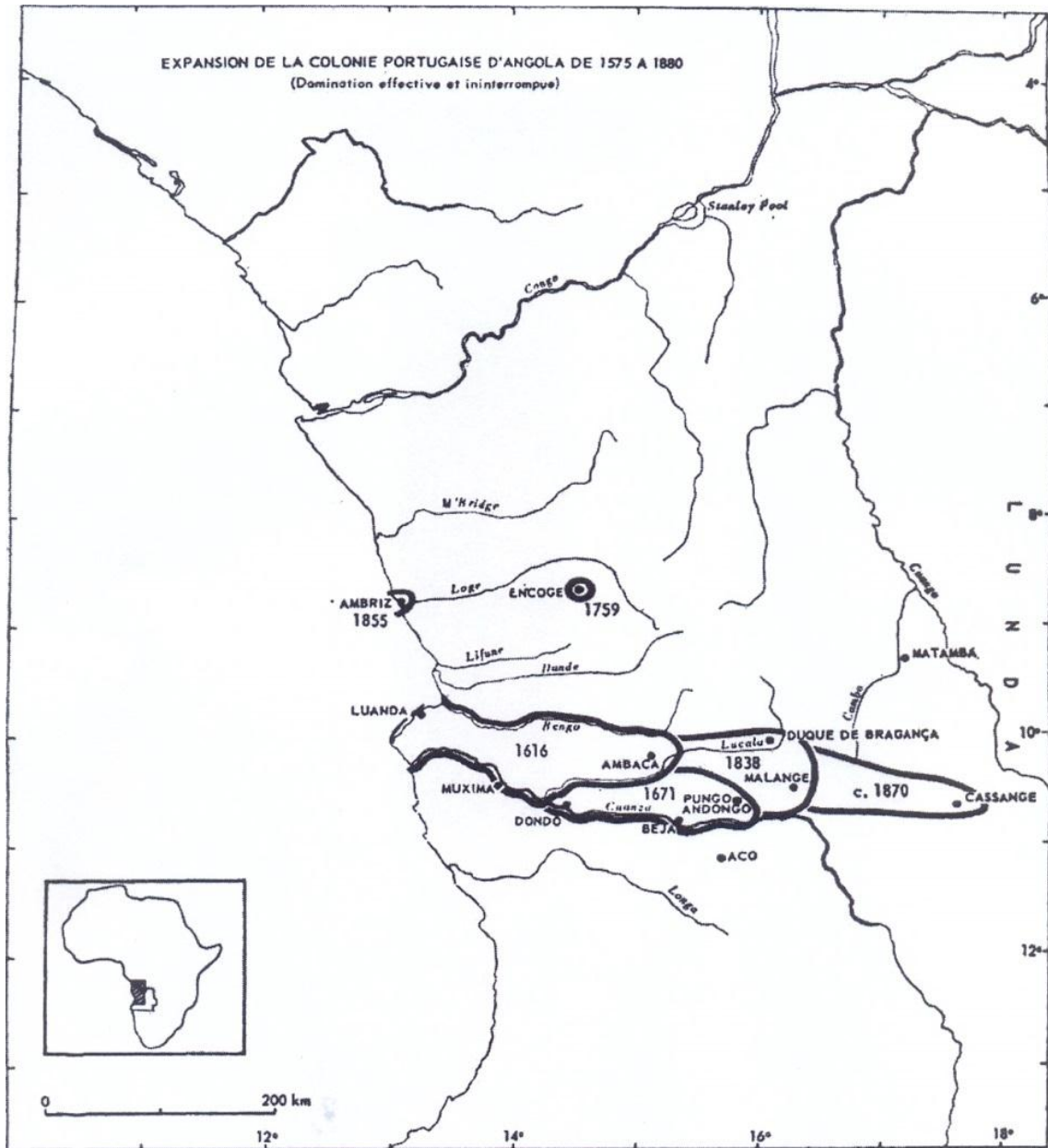
¹⁰⁶ Apesar dos mapas advirem de textos com outros objetivos de trabalho, acreditamos que ainda assim a visualização dos mesmos se faz válida, pois auxiliam a elucidar os conteúdos aqui especificados.



Mapa 01: Angola e Congo no século XVII.

Mapa para visualização dos territórios citados e os principais rios.

GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 16. In. VANSINA. Jan. *Kingdoms of the Savana*. Madison, Milwaukee and London: The University of Wisconsin Press, 1966.



Mapa 02: Expansão da Colônia portuguesa em Angola de 1575 a 1880.

Mapa para visualização da rota de entrada dos portugueses em Angola.

RANGLES. W.G.L. *De la traite à la colonisation: les Portugais en Angola*. In. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 1969, v. 24, n. 2, p. 298.

1.3 O texto/autor no (con)texto

“Quando não seja em todo será em parte, conforme minha Lembrança”.¹⁰⁷

As constantes modificações advindas das experiências sociais, entre elas as fixações de normas e condutas em uma dada sociedade, bem como o processo de abstração de conceitos que se originam para tentar expressá-las e influir sobre elas, são observações que podem compor os contextos políticos e a constante relação desses com os textos que o exprimem.¹⁰⁸ Por conseguinte, é possível discernir o que é passível de ser pensado, logo, racionalizado e traçado no papel. Entre as múltiplas doutrinas, instituições e experiências, ele desvenda uma coerência que, apesar de não explícita, constitui um princípio de organização.¹⁰⁹

Essa ordem ou razão é um subsolo que escapa até mesmo aqueles que a utilizam como alicerce de suas ideias e intercâmbios. Há uma dada ordem, mas sob uma fórmula que não se sabe, a partir de um modelo que se difere em relação à consciência. Essa ordem ainda assume a figura de alteridade, ou a heterogeneidade do implícito.¹¹⁰ Não há, com isso, nenhum motivo para crer que a sociedade dispõe de uma única linguagem para comunicar-se, ao contrário, há várias linguagens advindas de contextos múltiplos, com usos diversos e sofrendo distintas modificações.¹¹¹

Os vocabulários são constantemente utilizados em contextos não originais. As fontes documentais são legítimas por serem capazes de expressar continuidade, arrojando resultados conferentes às experiências do autor, distintos a cada

¹⁰⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 9.

O autor grafa a palavra “lembrança” com a inicial em maiúscula.

¹⁰⁸ POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p. 25.

¹⁰⁹ CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 132.

¹¹⁰ CERTEAU, Michel. *Op. Cit.*, 2011, p. 133. Nessa ocasião o autor tece comentário sobre a obra “*As palavras e as coisas*” de Michel Foucault. Por considerarmos a reflexão de extrema pertinência, cremos que se faz adequada para os referidos embasamentos.

¹¹¹ POCOCK, John Greville Agard. *Op. Cit.*, 2009, p.29.

documento.¹¹² Os escritos de Oliveira de Cadornega trazem mais que batalhas e sucessos de Portugal: posicionam um autor que interage em uma época específica, que conglobera experiências que transcendem a linearidade temporal. As ambições do autor corroborarão com a escrita da obra “História Geral das Guerras Angolanas”, que é recepcionada inicialmente no século XVII por uma Bragança que ele não mais conhecia ou possuía relações, como observamos com o desbaratar de sua família pelos autos da inquisição.

É como se a escrita da HGGa composta por exaustivas descrições que pautam os sucessos de Portugal, fosse capaz de promover a absolvição do autor de qualquer jugo inquisitorial. Embora a participação de Cadornega em empreitadas bélicas seja diminuta, ele estava trabalhando efetivamente na administração, e inclusive participando do mercadejo de escravaria, o que era fundamental para alimentar a mão de obra nas demais colônias lusas.¹¹³

A ascensão ao oficialato, até chegar ao título de juiz ordinário de Massangano, ocorre porque Cadornega sabia articular tanto com a administração lusa, quanto com os mercadores flamengos: ambos estavam interessados em inflamar o mercadejo de escravos. A ligação com os flamengos, onde muitos comerciantes eram marranos, poderia apregoar sua ancestralidade cristã-nova, por isso não foi explicitada em nenhuma parte da HGGa.¹¹⁴ Apesar de qualificar a descendência de sua família, essa denúncia, no entanto, é útil para a construção do vínculo com os Bragança, forjando um sentimento de fidelidade, pois desde a geração de seu avô, havia prestações de serviços a essa Casa dinástica. Com isso, inferimos que o dedicar da obra HGGa a casa dos Bragança é também uma troca estabelecida dentro de uma possibilidade de linguagem, calcada em uma determinada *ordem*¹¹⁵

¹¹² POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009, p.33.

¹¹³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 31 a 33.

¹¹⁴ ROTH, Cecil A *History of The Marranos*. Meridian Books, Inc., and The Jewish Publication Society of America, October 1959. First printing September 1959.

¹¹⁵ “Os pensamentos, entre as múltiplas instituições, experiências e doutrinas, desvenda-se de forma não explícita, mas que constitui um princípio organizador de uma cultura. Há, portanto, uma espécie de ordem. Contudo, ela sempre escapa, porque a linguagem, tradutora primeira do pensamento, fala a revelia das vozes que a enunciam”. In. CERTEAU, Michel *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 132.

que exprime noções *mercantilistas*.¹¹⁶ Vale a pena acompanhar o excerto extraído da obra HGGA, em que o autor dedica obra a Dom Pedro II de Portugal:

*”Estas são as obrigações que me acompanham, para tomar confiança da fazer a dedicatória desta historia das guerras Angolanas ao Principe Nosso Senhor Dom Pedro Governador Regente dos Reinos de Portugal e de suas conquistas, que muitos annos nos viva e o guarde Deos”.*¹¹⁷

Quaisquer que tenham sido seus desdobramentos econômicos, o mercantilismo interrogado a nível de *episteme*, aparece como esforço para refletir sobre o que era moeda e o que era troca. A moeda, ou no presente caso a obra HGGA, possui a capacidade de apresentar-se a partir de si mesma, com seus elementos próprios, criadores de um sistema de signos que estabelece identificações que sopesam valorações intrínsecas ao objeto que intenciona ser “trocado”. Instaurando uma articulação refletida, o mercantilismo faz da “*moeda*” o instrumento de identificação de riquezas.

As riquezas se desenvolvem como objeto das necessidades e dos desejos; *“dividem-se e substituem umas às outras pelo jogo das espécies monetizadas que as significam; e as relações reciprocas entre moeda e a riqueza se estabelecem sob a forma de circulação e das trocas”.*¹¹⁸ Isso quer dizer que a moeda recebe seu valor pela função de signo. *“As riquezas são riquezas porque as estimamos, assim como nossas ideias são o que são porque as representamos”.*¹¹⁹ Se a moeda de Oliveira de Cadornega é a obra HGGA, com descrições que exaustivamente tendem a laudar as atividades militares portuguesas, a troca é o permanecer em Angola e continuar guarnecendo o território, detendo-o de todos os perigos.

O súdito que se diz o português mais antigo de Angola, que esteve *“fielmente auxiliando na administração da colônia, conquista lusa, que brada contra as tentativas de apoderamento de africanos ou flamengos”*,¹²⁰ caracteriza as empreitadas militares portuguesas com alarido, quando os resultados são favoráveis

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 238 a 248.

¹¹⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 8.

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 1981, p. 240.

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 1981, p.214.

¹²⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 10.

aos lusos, conforme se observa no decorrer dos tomos da obra HGGA. Não faltam estrondos, raios e ofensivas maciças dos exércitos inimigos, que sempre possuíam maior número de contingentes, mas eram desbaratados com a “*vozeria lusa que atroava a terra*”.

Aqui succedee huma cousa maravilhosa, e foi que com o muito disparar faltou pólvora e cartuxos; com a pressa que acudia a Infantaria a prover os frascos e patronas, hum soldado não teve muita com a Corda, com que saltou fogo dela em hum Barril, e dele no outro, dando hum grande clarão e grandíssimo estrondo, morrendo ali logo dous homens abrazados, e quatro ao depois, que a estavão repartindo, e outros muitos queimados do grande fogo que deo; atiou fogo em um grande palhagal que por ali havia, este sucesso foi causa de atemorizar aqueles inimigos de calidade que afrouxarão em os acometimentos, o que permittio Deos succedesse assim, se não corre muito risco nossa gente em ser ali toda degolada do inimigo, e se tratou de apagar aquelle incêndio por se não abrazar a nossa gente que não havia por onde alargar sendo já noite, e toda mettida em tão arriscado aperto, não havendo sitio onde arranchar: estando o Capitão mor perplexo em que o faria, advertio hum capitão que a gente da retaguarda vinha ainda distante em paragem onde havia mais alguma largueza; que mandasse fazer a retaguarda e que eles fossem marchando com a cara ao inimigo dandolhe suas surriadas até se poderem melhor incorporar, assim o mandou o Capitão mor executar, onde se aquartelarão como poderão e aquele inimigo cessou com suas investidas.¹²¹

“Começou-se a batalha e acometimentos às nove horas da manhã, tremolando-se as bandeiras, retumbando as Caixas, e outros instrumentos bellicos, de parte a parte com grande vozeria, que atroava a terra, sendo nosso Exercito acometido por todas as partes com grande valor daqueles inimigos: mas vibrando rayos de fogo em todo contorno, assim as Armas Portuguezas como dos muitos Empacaceiros, do que logo forão experimentando a sua custa o seu poderio, cahindo mortos dos inimigos muita quantidade; disparando eles muitas cargas, acaudilhados pelos Flamengos”¹²²

¹²¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *Op. Cit.*, 1972, tomo II, p. 116.

As citações servem apenas como uma espécie de amostragem. Pelo avultado número de páginas que compõem a obra HGGA essas poderiam ser mais expressivas, contudo, nos tornaríamos textualmente maçantes. Optamos por expor poucos excertos, mas que são capazes de apresentar os argumentos supracitados.

¹²² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 406.

O não regressar a Portugal, talvez mote primeiro da obra, serve-se dessas descrições para justificar-se. Para Michel Foucault, em *“Microfísica do Poder”* o *“estado administrativo”*, nascido nos séculos XV a XVII passa a delimitar suas fronteiras priorizando a territorialidade, que é caracterizada pela população que nela povoa.¹²³ Assim, a estratégia utilizada por Cadornega evoca um sentimento pátrio, pois *“he o autor o mais antigo que nelles hay”*.¹²⁴ Ou seja, o soldado informa que vivia a quarenta anos na África, sendo o português mais antigo, e a fidelidade aos Bragança, diferentemente de sua família, estava em continuar os trabalhos no além-mar, território que necessitava prosseguir em mãos lusas.

Em Portugal, segundo Sérgio Campos Matos, *“o termo pátria surge no século XV numas coplas populares dedicadas ao condestável Nuno Álvares, comandante militar nas guerras com Castela (1383-85)”*, e adquire larga difusão nos séculos seguintes, por exemplo, com *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, especialmente após a restauração em 1640.¹²⁵ Sabe-se que no século XVII, a soberania, isto é, o *imperium* deixou de ser patrimônio da majestade e passou para a posse de um sujeito moral e autônomo chamado por uns Estado, e por outros nação.¹²⁶ Se por um lado é possível compreender esse movimento, *pari passu* a monarquia ainda permanecia. Cadornega que dedica a obra ao príncipe Dom Pedro, por uma via ciceroneia a Casa real para a leitura de seu texto, e por outra, evoca Camões para elucidar as intempéries vividas por Paulo Dias de Novais quando da “descoberta” de Angola.

¹²³ FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Garaal, 1996, p. 293. Apud CATROGA, Fernando. *A geografia dos afetos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2013, p. 17.

¹²⁴ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.* 1972, tomo I, p. 10.

¹²⁵ ALBUQUERQUE, Martin de. *A consciência nacional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa: [s.n.], 1974. MATOS, Sérgio Campos. *Linguagem do patriotismo em Portugal: da crise do Antigo Regime à Primeira República*. In. CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Haplpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 36.

¹²⁶ CATROGA, Fernando. *Pátria, nação e nacionalismo*. In. TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 26.

*“Vós portugueses poucos quantos fortes,
 Que o franco poder vosso não pezais,
 Vós que as custas de vossas várias mortes:
 Assi do Ceo deitadas são as sortes,
 Que vós por muito pouco que sejais,
 Muito façais na Santa Christandade
 Que tanto, ó Christo exaltas a humildades.”¹²⁷*

O patriotismo pode ser qualificado como a “poética da política” ou como a “ideologia do sentimento”.¹²⁸ *“Ora, já nos poemas homéricos o termo patris (e seus derivados) remete para a “terra dos pais”, expressão que dizia respeito tanto ao enraizamento como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia.”¹²⁹* Para Fernando Catroga, ainda há uma aura recoberta por uma raiz paternal, pressupondo uma ancestralidade que se prolonga e reproduz táticas rituais unificadoras. *“Compreende-se, pois, se literalmente, a pátria insinua a presença memorial do pai – a terra dos pais -, a linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a diz, metaforiza-a com um corpo moral, mítica e misticamente feminizado”.*¹³⁰

O apelo matricial almeja garantir a propriedade do território. Um dos meios mais utilizados para representar a *polis* como ordem é representá-la como mãe, sugerindo a existência de uma proximidade íntima, identitária e afetiva, entre o habitante e sua terra uterina.¹³¹ Edgar Morin ressalta que há no sentimento pátrio um forte componente psicoafetivo que pode ser definido como “*matripatriótica*”; ou seja, materno-feminina, ou a mãe-pátria, que os seus filhos devem amar e proteger, sentimento primordial de pertença que irrompe antes das nações politicamente organizadas.¹³²

¹²⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 41, cita Camões da seguinte forma: “Os Lusíadas de Camoens canto sétimo outava terceira”.

¹²⁸ CATROGA. Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p. 10.

¹²⁹ HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 53.

¹³⁰ CATROGA. Fernando. *Ensaio republicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p.11.

¹³¹ CATROGA. Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In. TORGAL, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 10.

¹³² CATROGA. Fernando. *Op. Cit.*, 2011, p. 21.

O sentimento de pertença a Portugal é forjado durante todos os tomos de forma conflitiva. O soldado que se intitula português e que defende os interesses da coroa, atesta que o mais relevante é a sua permanência em Angola, lutando pelo território que tanto interessava à coroa lusa. A textura de ligação na obra HGGA entre a *matris* aparece de forma dicotômica, pois o território que é louvado é o português, terra natal de Oliveira de Cadornega, mas o que deveria ser defendido é o angolano. Sucintamente, a mátria é o território angolano e não Portugal.

Com os elementos supracitados abalancamos um entrelaçar na obra HGGA, formando uma malha contextual que expressa relações difíceis de serem observadas. Se as palavras-chave, as repetições e os vícios de linguagem denunciam ao tempo que enriquecem um texto, o contexto não cansa de deixar suas marcas através destes elementos, exigindo cada vez mais daquele que intenta esmiúça-lo.¹³³ As relações de troca entre Cadornega com a casa real dos Bragança, configuram um significado de “*moeda*” a obra, conectado à construção de um sentimento de pátria, expressa o mais íntimo que conseguimos reconstruir do autor no texto.

A escrita desse capítulo, para além de respostas, transmite uma série de reticências que carecerem de aprofundamento, como as condizentes com as relações contextualizadas mercantis, bem como as teorias que refletem sobre a concepção de pátria. Para todas essas lacunas a justificativa é a ânsia em interpretar, que espelha o labirinto que é imergir em uma obra. Se ligeiras são essas conceituações, elas se fazem necessárias para o contrário ocorrer: o observar do contexto que Oliveira de Cadornega estava inserido e delineava.

¹³³ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11.

Capítulo II

2. O SENTIDO DA OBRA HGGA E AS AMBIGUIDADES DE *GINGA*

No capítulo anterior, a análise do contexto vivenciado por Oliveira de Cadornega possibilitou que observássemos os motes que ensejaram a escrita da obra HGGA. Isto é, a importância da compra e venda de cargos como hábitos, ofícios e mercês para o preenchimento dos quadros relativos à mão de obra administrativa nas colônias lusas, além de propiciar o embarque de cristãos-novos rumo à África, afastando-os das agruras da inquisição, oportunizava a ascensão dos mesmos entre o oficialato. Em Angola, os dribles para com a administração lusa engendram elementos textuais que visibilizam algumas pegadas discursivas, como o forjar de um sentimento de fidelidade aos Braganças através do dedicar da obra a Dom Pedro II e das sucessivas descrições dos serviços prestados pela sua família aquela Casa dinástica.

Feito este investimento, estamos em condições de analisar mais amiúde o interior do texto da HGGA. Nesse capítulo de número dois, iniciamos observando que ao longo da obra, Oliveira de Cadornega se utiliza de adjetivações como *altiva*, *ardilosa*, *imortal* e *estadista*, para delinear uma masculinização de *Ginga* ao compará-la com outras rainhas ou seres mitológicos, como Cleópatra, Pentesileia e Semíramis. Essas adjetivações conferem um sentido ao texto, pois produzem uma realidade textual quando mescladas com outras caracterizações, criando uma rainha inimiga de Portugal que auxilia a justificar os insucessos advindos dos demorados conflitos bélicos.

Seguimos observando as adjetivações presentes na obra de Oliveira de Cadornega, considerando alguns termos-chave, são eles: “valor”, “valoroza(o)”, “valeroza(o)”, “pezar” e “pezarosa(o)”. Essas expressões aparecem na obra através de indeterminações semânticas, visto que ora qualificam a rainha como inimiga, ora como aliada. Essa fissura é apreendida no texto por considerarmos a complexidade das relações entre africanos e europeus, principalmente o fazer e desfazer de alianças por parte da rainha *Ginga*, que independente do modo como é expressa,

corroborar o sentido exposto em etapa anterior, ou o subtrair dos déficits administrativos e a ineficácia em adentrar ao interior de Angola.

Na última etapa deste capítulo, propomos que houve entre a língua portuguesa e kimbundo dialogias que podem ser visibilizadas por meio de vocábulos que compõem a obra do soldado-escritor. Esses vocábulos trazem uma espécie de kimbundo aportuguesado, e são fundamentais para que o sentido da obra HGGA, ou a transfiguração de uma realidade que propunha a reconfiguração dos cargos nas colônias africanas seja eficazmente explicitado na obra. Logo, as realidades almejadas pelo autor informam em alguma medida sobre as suas experiências intersticiais, ambicionando através da linguagem que o sentido da HGGA seja consolidado.

2.1 Uma rainha ativa, ardilosa, imortal e estadista

A rainha *Ginga*, personagem principal da obra “História Geral das Guerras Angolanas”, é descrita de forma recorrente nas quase duas mil páginas que compõem o texto de Oliveira de Cadornega. Como características introdutórias, o autor expõe a resistência ao domínio colonial português por quarenta anos, de 1623 a 1663. Sobre o nascimento da mesma, o autor grafa que teria ocorrido no Ndongo, em período concomitante com a chegada dos portugueses em Angola. Filha de Jinga Mbandi Ngola Kiluanji, rei do Ndongo, a parte Imbundo de sua progênie advinha de sua mãe por herança seu tataravô.¹³⁴ Esses dados que condizem com sua falta de matrilinearidade foram aproveitados pelo escritor para traçar a altivez e o traquejo político da rainha.¹³⁵

*Fallecido o Rey de Angola Ambandi logo se oppoz a Irmãa mais velha que tinha e tomou o nome de Ginga, imitando no nome aquelles poderosos do que fallamos que tinham aquelle nome, ao governado do Reino de Angola que era o que tanto dezejava a qual logo seguio a sua voz o Reino todo, obedecendo-a por Senhora, e evendo que o filho do Irmão Ihe podia servir de impedimento ao perpetuarse no Reino de Angola que era todo o seu dezejo, austociozamente se amigou, **ou abarregou com o Jaga Caza tutor do Principe seu Sobrinho e estando de dentro com elle houve o pobre innocente Principe a mão e o mandou afogar em o rio Coanza, como huma couza e outra contarão seus mesmos parentes, ficando com esta maldade e tirania livre de cuidado, que o Sobrinho filho de seu irmão legitimo herdeiro daquelle Reino Ihe podia vir a dar, e porque desta nova Raynha, se bem cruel a seu Sangue.***¹³⁶ (grifos nossos)

¹³⁴ Segundo Birmingham, é por volta do século XVI que parecem ter surgido as formas de parentesco Ngola. Sugerimos ver: BIRMINGHAM, David. *Central Africa from Cameroun to the Zambezy*, In. *The Cambridge History of Africa*. Cambridge University Press, 1977, v. III, p. 538.

¹³⁵ A matrilinearidade comandava as sucessões de chefia com a descendência a cargo das linhagens femininas. Os reinos africanos dessa região (Centro Ocidental Litorânea) utilizavam para sucessão do trono quem estivesse apto por descendência, ou seja, por linhagens, onde a linha de filiação deveria considerar a descendência pelas mulheres como ancestral comum ou matrilinearidade. Para informações mais precisas: THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power*. *Journal of African History*, 47 (2006), p. 437–60.

¹³⁶ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 54.

A *Ginga* é aquela que está no discurso de Oliveira de Cadornega enquanto uma ação metaforizada, enquanto um ato perlocucionário que impacta para persuadir.¹³⁷ Queremos com isso dizer, que não bastava qualificar a rainha com adjetivações como *altiva, ardilosa, imortal e estadista*. Sua magnitude tinha de ser esboçada de uma forma compreensível a quem lê, ou como informa a dedicatória da obra, a D. Pedro II de Portugal, que assume o trono dois anos após o término da escrita da HGGa, ou ainda na data em que supostamente a mesma teria chegado em Lisboa, no ano de 1683. Expressões que elucidassem os feitos de *Ginga* foram cunhadas para aproximá-las de outras rainhas e seres mitológicos, conforme podemos observar a seguir:

*“Se há nesta história tratar della em muitas partes, pela continuada guerra que nos fez no discurso de tanto tempo que reinou que forão muitos annos, que parecia imortal, que se poderá fazer grande escritura, a qual se podia comparar ou ainda preferir a Semiramis, a Pantasileja, a Cleopatra, e a outras Raynhas de que as historias nos dão noticia, governando a seus Vassallos a nossa opposição com valor e animo varonil”.*¹³⁸ (grifos nossos)

A Pantasileja descrita pelo autor é a Penthesileia ou rainha das amazonas na mitologia grega, que mata acidentalmente sua irmã Hipólita com uma lança. Apesar do desastre e ressentida, a rainha segue em batalha, pois esse era seu dever.¹³⁹ Já Semíramis, dos tantos mitos que a envolvem, parece que Cadornega opta ou conhece apenas aquele que a descreve como uma rainha que abandonou a morte no deserto, visto que *Ginga* é comparada com a mesma logo após o autor cunhar a

¹³⁷ “Dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de pessoas. E isso pode ser feitos com propósito, ou objetivo de produzir efeitos.” In. AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 89.

¹³⁸ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, Capítulo IV, p. 54.

¹³⁹ Vale a pena ler as considerações de Dayrell a respeito do mito de Penthesileia, “rainha das Amazonas”, ou daquelas que guerreavam para escravizar sexualmente os derrotados. DAYRELL, JOÃO. *A Mãe Natureza e o pater potestas: breves considerações sobre Penthesileia, de Heinrich Von Kleist*. In. *Em tese – PPG Estudos literários UFMG*. V. 18, n. 3, 2012, p. 01-22.

Localizamos a tragédia traduzida para o português, onde se acessa a obra integralmente: KLEIST, Heinrich Von. *Pentesileia*. Trad. Jean Robert Weissaupt e Roberto Machado.

Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/pentesileia_kleist.pdf>. Acesso em: 09. 07. 2013.

adjetivação de imortalidade.¹⁴⁰ Cleópatra, não por acaso, antecipa as descrições referentes ao ânimo varonil da rainha, ou seja, não bastaria informar da sua disposição em liderar, era preciso impactar a sua obstinação e capacidade, tal como as atreladas a figura de Cleópatra.¹⁴¹ Nas citações abaixo, Cadornega continua a caracterizar a rainha como amazona, ou rainha das amazonas, tal como proferiu com Pentesileia. A “varonilidade” da rainha também segue nas descrições.

*“[...] Havendo pello Caminho tido muitas occaziones de guerras e recontros, dispostos e ordenados por **aquella valeroza Amazona**, que não socegava em buscar todos os meynos de arruinar e desbaratar o poder Portuguez, e mais sabendo que a nossa fadiga era toda em busca, e fazer-lhe o mesmo que nos desejava fazer: com o que foi chegando o Capitão mor com seu exercito á vista do seu Quilombo, onde começou a ver huma terrível batalha[...].”¹⁴² (grifos nossos)*

¹⁴⁰ Encontramos referências sobre Semíramis em excertos bíblicos no qual apontam características semelhantes às elencadas por Oliveira de Cadornega: BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982, Gênesis 10:8-12 e Gênesis 11:4.

¹⁴¹ No romance de Shakespeare intitulado “Cleópatra e Antônio”, encontramos descrições que caracterizam a personagem como varonil. Não temos como mensurar a circulação da referida obra, tampouco o acesso de Oliveira de Cadornega a mesma. Contudo, esse pode ser um indício do senso corrente relacionado à personagem.

SHAKESPEARE, William. *Antônio e Cleópatra*. Porto : Lello, 1948, Cleópatra cena II e Antônio cena X.

CLEÓPATRA — “Desapareça Roma e que apodreçam todas as línguas que de nós falarem. Tenho função nesta campanha, e como cabeça de meu reino hei de mostrar-me soldado de valor. Não me retruques; não ficarei atrás.”

CLEÓPATRA — “Dá-me o manto; coloca-me a coroa. Anseios imortais em mim se agitam. Nunca jamais há de molhar-me os lábios o líquido de nossa vinha egípcia. Vamos, Iras; depressa! Só parece que ouço Antônio chamar-me; levantar-se vejo-o e elogiar meu ato valoroso. Ouço como ele zomba da ventura de César, que aos mortais os deuses cedem para depois justificar sua cólera. Caro esposo, eis-me aqui! Minha coragem irá provar que faço jus ao título. Sou ar e fogo; os outros elementos cedo à vida inferior. Já concluíste? Então vem e recebe de meus lábios o calor derradeiro. Adeus, querida Charmian; Iras querida, um longo adeus. Tenho, acaso, nos lábios a serpente? Como! Caíste! Se te separaste da natureza assim tão gentilmente, é que o golpe da morte é como aperto de namorado, que machuca um pouco mas sempre é desejado. Estás tranqüila? Se assim te foste, é porque ao mundo contas que digno ele não é de despedida.”

ANTÔNIO — “Oh! três vezes mais nobre do que eu mesmo. Meu valente Eros, mostra-me o que eu próprio, não tu, fazer devia. O gesto altivo de Eros e da rainha me fizeram despertar a nobreza.”

Outro exemplo que masculiniza a personagem Cleópatra devido suas articulações políticas são as obras de Plutarco, com as biografias intituladas “Vida de Júlio César” e “Vida de Marco Antônio”. Apesar de escritas no século II, conforme argumentação de Balthazar, possivelmente foram acessadas por Shakespeare. BALTHAZAR, Gregory da Silva. *A(s) Cleópatra(s) de Plutarco: As Múltiplas Faces da Última Monarca do Antigo Egito nas Vidas Paralelas*. Curitiba, UFPR, 2013, p. 17.

¹⁴² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p.150.

“O mesmo traje de guerra exercitava a Rainha Ginga, Dona Anna de Souza, quando guerreava e andava em seus exércitos, entretanto nas batalhas animando os seus **como outra pantasileia Rainha das Amazonas**, pondo-se em eminência á vista dos seus para com isso os animar, e dali dispunha dando ordem ao que havião de fazer e obrar, **como o pudera fazer hum valente e entendido general.**”¹⁴³ (grifos nossos)

A *Ginga* maximizada, sobrepujada ou comparada a outras rainhas e seres mitológicos, subsumi os insucessos bélicos portugueses e os dribles da engrenagem mantida pela coroa lusa. No Ndongo e Matamba do século XVII, mais que batalhas ganhas, como a obra HGGA expõe em suas descrições, houve perdas, além de acordos entre europeus e africanos. Apesar das ordenações régias orientarem essas relações, a sobrevivência engendrava arranjos que se compunham como melhor convinha.¹⁴⁴ Um exemplo que elucida essa afirmação são os prováveis acordos comerciais mantidos pelo próprio Cadornega, visto que era mercador de escravos e, partilhas internas pelas peças e comandos territoriais, poderiam advir de pactos com os sobas africanos.¹⁴⁵

Se Oliveira de Cadornega viveu durante quarenta anos na África, a maior parte desse período, ou trinta anos, foram vividos em Massangano.¹⁴⁶ Situada a 40 léguas de Luanda,¹⁴⁷ essa vila era crucial para escoar os escravos preados, pois servia como um entreposto comercial entre Luanda e o interior. Essas informações embasam a argumentação que atrela ao militar o status de mercador de escravos, e também justifica suas faltas nas guerras pelos sertões angolanos, que faziam-se importantes para suprir a mão de obra escrava. Assim, as batalhas descritas na obra HGGA são narrações absorvidas através de relatos, ou ainda do acesso a documentação administrativa, como o próprio militar informa no correr de seu trabalho.¹⁴⁸ Para mascarar a não atividade bélica de Cadornega, foi criado pelo autor

¹⁴³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo III, p. 352.

¹⁴⁴ Idem 46.

¹⁴⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 76.

¹⁴⁶ Ver mapa 01, página 43 deste trabalho.

¹⁴⁷ Aproximadamente 160 quilômetros.

¹⁴⁸ Averiguamos a documentação presente no arquivo ANTT nas seguintes páginas: CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *Op. Cit.*, 1940, tomo I, p. 13, 16, 25, 27, 35, 43, 100, 124, 165, 171, 173, 295, 384, dentre outras. Um levantamento pormenorizado nos tomos de número II e III merece ser elaborado.

uma rainha que atrapalhava, contaminado com ódio os aliados de Portugal, além de unir-se com os Flamengos.

*[...] Visitando a nossa fortaleza de Muchima, sita na dita Província, socorrendo-a do que necessiava, alcançando por a margem daquelle espaçoso Rio grandes Vitorias até chegar a Villa da Vitoria da Mansagano alojamento e Praça da Armas da Conquista, de onde mandou por seu capitão mor da gente de guerra Luís Ferreira Arco, fazer guerra que sempre nella havia que fazer, por se rebellarem **aquelles Sobas já conquistados a vez da Rainha Ginga sua Senhora, que sempre trabalhava de os contraminar em nosso ódio fazendoos fazer movimentos e alterações,** contra os quaes alcançou o dito Governador por sue Capitão mor e mais caos de guerra, Baltazar de Aragão”.¹⁴⁹ (grifos nossos)*

“A Rainha Ginga Dona Anna de Souza mais acesa que nunca em nosso ódio, assim por antiguidade como agora próximo, a respeito do sucesso daquella sua irmã, que ella tanto queria e amava, por lhe faltar entre nós quem com tantas veras lhe fizesse os avizos de tudo o que entre os Portuguezes se passava: por estas causas mandava ao Flamengo muitas Embaixadas com grandes ofertas e dadas, persuadindoos a que acabassem com o fogo de monturo de Mansagano, que quase arruinado permanecia, de que ella tinha grandíssima pena de saber que estava em ser, fazendo pertidos que viria em pessoa com toda a sua guerra”.¹⁵⁰ (grifos nossos)

*[...] esta foi a christandade com que a Rainha vinha da Cidade de Loanda de se bautizar e se era gentia antes de ser bautizada depois de o ser obrou muito peor até já perto do fim de sua vida, depois de nos fazer cruel guerra, **como se dirá a seu tempo, que sempre trabalhou por tirar o nome da nação portugueza de Angola”.**¹⁵¹ (grifos nossos)*

A culpabilidade atrelada a rainha *Ginga* em desbaratar a nação portuguesa provavelmente foi um argumento construído justamente para ocultar as relações supracitadas e para reforçar o sentido da escrita da obra HGGA, ou seja, o permanecer na África. As relações históricas, ou as diversas experiências apreendidas pelo autor, são o *locus* da produção do sentido, pois são mediadas por

¹⁴⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 57.

¹⁵⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 541.

¹⁵¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 115.

culturas, políticas e instituições, umas e outras exercendo coerções sobre o processo de significação.¹⁵² Logo, a rainha *Ginga* exibida como *varonil, estadista, imortal, hábil política, cruel e valorosa*, produz uma realidade textual em Oliveira de Cadornega.

O “sentido”,¹⁵³ inacabado nos objetos ou nas palavras, é produzido a cada ato verbal, na co-presença de sujeitos que são irrestritos a um texto. Vale esmiuçar que o conceito de sentido ou de produção de sentido é aqui compreendido como algo que pode ser semantizado através da pluralidade que há nas situações de comunicação presentes nos fenômenos históricos.¹⁵⁴ Nessa perspectiva, o que realmente importa é o processo em que ocorre a produção desse sentido, ou o modo como o “objeto” expresso apresenta-se.

Esse objeto, no caso a obra HGGA, não significaria aquilo que literalmente é, ou seja, apenas tomos que arrolam guerras nos Seiscentos, pois não haveria uma relação de imanência entre objeto e significado.¹⁵⁵ A criação de uma personagem principal que circunda todos os tomos que compõe a obra importa na escritura não apenas como uma figura alegórica, mas como definidora de recursos semânticos engendrados discursivamente.

¹⁵² ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000, p. 121.

¹⁵³ O termo sentido é semantizado com os atributos que percebe dos fenômenos sociais: a pluralidade, o dinamismo e a propriedade de se constituir a cada situação de comunicação. Na perspectiva do sentido o que realmente importa é o processo e não a estrutura, contrariando, dessa forma, a lógica Saussuriana, que observa *significados* localizados nas estruturas, isolados e imobilizados pelo analista. ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000, p. 120.

¹⁵⁴ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 26.

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 56.

2.2 Ora inimiga, ora aliada: *Ginga* indeterminada semanticamente

Uma análise textual necessita ir além das observações que reduzem o texto apenas as palavras expostas rigidamente pelo autor: há uma dupla operação, o que foi dito e como foi possível dizê-lo.¹⁵⁶ A estrutura, os termos-chave,¹⁵⁷ ou ainda as migrações dos padrões discursivos em um mesmo texto, suscitam implicações de um contexto anterior para um novo, e são fundamentais para expressar significados diversos atrelados a um mesmo adjetivo.¹⁵⁸ Cadornega move-se em meio a esses padrões de polivalência, recombina-os de acordo com sua habilidade e adjetivando a rainha *Ginga* como portadora de uma personalidade forte e ativa, como muito resistente às tropas portuguesas.

Esses dados estão em trânsito no texto e com funções ambivalentes. Essa condição afeta o significado de compreensão e significação dos processos históricos, exigindo que se pense, continuamente, a noção de textualidade e as relações dos usos de linguagens.¹⁵⁹ Elucidaremos nossas argumentações apresentando alguns excertos da obra de António de Cadornega. Obviamente, não cabe nesse trabalho esgotar as possibilidades de análises referentes a obra “História Geral das Guerras Angolanas”, tampouco concebemos isso como possível. Os trechos adiante são uma espécie de amostragem devido o avultado número de páginas que compõem a obra. Mesmo com isso, a leitura ainda é válida por ser capaz de apresentar os argumentos supracitados.

As alusões a *Ginga*, especialmente quando a caracterizam como “*uma belicosa mulher*”,¹⁶⁰ oscilam expondo a rainha ora de forma elogiosa, ora pejorativa. Observamos, com isso, que “*há um resto necessariamente não formulado de pensamento que a linguagem deixou na sombra, e também inversamente, pois o formulado traz em seu bojo como adormecido um conteúdo que ainda não foi*

¹⁵⁶ PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p.16.

¹⁵⁷ POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.28.

¹⁵⁸ POCOOCK, J. G. A. *Op. Cit.*, 2003, p. 32.

¹⁵⁹ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 241

¹⁶⁰ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 294.

pensado".¹⁶¹ Assim, há sempre um resíduo latente no significante, uma tarefa indefinida para o historiador, visto que esses resíduos estão "soterrados" nas inesgotáveis palavras presentes em uma obra.¹⁶²

As constantes oscilações na política administrativa de Angola, ou seja, quando da chegada de Cadornega, formalmente os Filipes ainda exerciam as funções régias. Em seguida os flamengos se apossam do território dito luso e passam à governança. Findado o período de ocupação holandesa, a restauração envia uma série de novos governadores que refletem a demora da casa dos Bragança em estabilizar-se. Em meio a todos esses episódios, apoiando por vezes os flamengos ou lusos, ou ainda lutando contra ambos, esteve a rainha *Ginga*. Apesar das limitações em reconstruir informações no âmago discursivo, consideramos que a oscilação nas descrições do soldado-escritor ocorria em virtude da rainha apoiar diferentes interesses e exércitos em períodos distintos. Contudo, para além dessa primeira hipótese, que tem validade, inferiremos posteriormente a respeito de outras possibilidades. Seguem excertos que elucidam nossa argumentação.

*"Há muito que havemos passado um silencio sem fazermos menção daquella **Ardiloza como Valeroza Rainha Ginga Donna Ana de Souza** , a qual depois de se apoderar do Reino de Matamba, como dito temos, com a conquista que nele havia feito, se não descuidava em fulminar trayçoens com os Sobas Vassalos Del Rey nosso senhor, fazendoos se rebelar contra a Nação Portuguesa [...]."*¹⁶³(grifos meus)

*"Esta foi a substancia da Embaixada daquella **reduzida Rainha**, e a resposta que pelo governador lhe foi dada. Não lhe pareça ao curioso vai um pouco affectada, **por que esta Rainha Ginga Dona Anna de Souza era muito Estadista, e de muita altiveza**, e de Nação de Angola, que verdadeiramente é de Ambunda, de quem lhe procedia, he o gentio que mais se preza de entendido sobre todos quantos há nestes tão bastos e dilatados Reinos, e Provincias com tantas diversidades de Lingoas. E como ella mandava Embaixadores, elem da Carta de Crença, fallarão e derão sua Embaixada na sua própria língoa Ambunda, que por interprete se explicava ao Governador e mais Circunstantes; e assim trazia a oração e o que havia*

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 18.

¹⁶² SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 21.

¹⁶³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, capítulo III, parte III, p. 293.

*de dizer bem estudado, e he gente esta que estará todo hum dia fallando na sua lingoa em cançar e falam as vezes tão oculto, que o mais experto na sua lingoa, filho da terra, não entende.*¹⁶⁴ (grifos meus)

Na citação seguinte, ao compararmos as expressões utilizadas no tomo I, Capítulo IV, página 54 da obra de Oliveira de Cadornega,¹⁶⁵ já citadas nesse trabalho, observamos que embora os excertos sejam diferentes, possuem a mesma significação enquanto adjetivação empregada, isto é, uma comparação com rainhas e seres mitológicos afamados. No entanto, o uso destas adjetivações diferenciam-se, visto que anteriormente essa comparação convinha para expressar a tamanha impertinência de *Ginga*, e nesse momento textual, os termos se invertem simbolizando uma espécie de redenção da rainha que toma o batismo e proíbe os Jagas de executarem ritos de sacrifícios em funerais, além de manter amizade com os sobas aliados de Portugal. A inversão das adjetivações é reforçada com outra comparação, desta vez ao personagem bíblico Dimas, o bom ladrão que se arrepende dos seus crimes.¹⁶⁶

“Succedeo neste tempo morrer a Rainha Ginga Dona Anna de Souza, que parecia immortal; muitos dos antigos Portuguezes dezejarão chegar a este tempo, e verem o fim desta guerreira Varonil Mulher, pelas continuas oppressoens que havia dado a toda parte a gente Portugueza, e vassalos da coroa de Portugal, mas nem todos tem dita de ver quando dezeirão! [...] e se o bom Ladrão soube na ultima hora a sua vida roubar o Céu ao cabo de ter feito tantos Latrocinios, a esta Rainha se poderá chamar a boa ladroa, pois nos fins dos seus dias se preparou também para ser em o furto outro Dimas. Muito se poderá dizer e escrever do que esta valerosa Mulher e Rainha obrou discurso de tão prolongada vida, mas não há quem dê noticia de tudo se não de algumas couzas que nesta nossa historia vão relatadas assim no primeiro como neste segundo, que não teve pouco desvelo o Autor para as poder alcançar, e descrever aquellas que não passarão em seu tempo, que se entende o que em sua vida obrou, sobrepujou á Semiramis, á Pantasileia, á Cleopatra, á famosa Judith, e

¹⁶⁴ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, parte II, capítulo II, p. 130-131.

¹⁶⁵ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.* 1972, tomo I, Capítulo IV, p. 54.

Para comparação das adjetivações ver páginas 55 e 56 deste trabalho.

¹⁶⁶ Encontramos referências a Dimas como um personagem bíblico. BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982, Lucas 23:39.

*á Artemiza.*¹⁶⁷ (grifos nossos)

Com isso, podemos inferir que o texto de Oliveira de Cadornega é permeado por contradições semânticas. Isso quer dizer que uma mesma linguagem política, uma mesma significação discursiva permite inumeráveis formas de articulações. Seus conteúdos podem ser expostos com inúmeros propósitos, inclusive sendo contraditórios entre si.¹⁶⁸ Deste modo, destacamos que ao glorificar os “feitos” de Portugal, as batalhas vencidas, ou ainda na tentativa de neutralizar as deficiências administrativas e bélicas, como a demora na conquista e na “conversão das almas”, Oliveira de Cadornega se utiliza de um mesmo personagem linguístico, a rainha *Ginga*, que permeia os discursos de exaltação a Portugal de forma contraditória, ora sendo enaltecida, ora desqualificada com uma adjetivação semelhante em ambos os casos, porém, com usos diferenciados. Segue excerto em que concomitante com o louvar da astúcia da rainha, essa é expressa como inimiga.

*[...] Acudindo daquelle quartel a todas as occasioens de guerra que continuamente se offereção com gentio que sempre buscavão modos e maneiras para se descomporem com a gente portugueza, induzidos e mandados por aquella **austucioza Raynha Ginga nossa Capital inimiga**, que nunca cessava de buscar meynos para nossa ruína*.¹⁶⁹ (grifos nossos)

As palavras “valor”, “valeroza”, assim como “pezarozza” aparecem de forma recorrente no texto. Observaremos a utilização desses termos para adjetivar a rainha *Ginga* quanto ao seu “*valor costumaz*”, ou sua tirania e desacato aos portugueses. Em consulta a dicionários que expõe a gramática e ortografia corrente também nos Seiscentos, encontramos grafado os seguintes significados para essas palavras: “Valor”: esforço, ânimo, valentia, coragem, estima. “Valoroza(o)”, “valeroza (o)”: que tem forças, esforçado, animoso. Que tem valia, grande apreço. “Pezar”, “pezarozza(o)”: arrependimento, sentimento de desprazer.¹⁷⁰

¹⁶⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo II, capítulo II, parte III, p. 219.

¹⁶⁸ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 20.

¹⁶⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 61.

¹⁷⁰ BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 6, p. 278, v. 8, p. 328.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontram em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris : A.F. Carneiro Filho, 1859, p. 356, 578.

Os dicionários popularizaram-se com o advento da imprensa ainda no século XVI. Os primeiros dicionários eram glossários bilíngues latino-vernáculos. “A interação dos diversos povos europeus motivou a produção de muitos dicionários bilíngues e até multilíngues para servir à comunicação de

Se a rainha *Ginga* entravava os interesses de Portugal, como uma interpretação literalizada da obra HGGGA poderia supor, porque da utilização de termos elogiosos, mesmo quando se intenta desprezá-la? A resposta para tal elucubração está, mais uma vez, nas indeterminações semânticas utilizadas por Oliveira de Cadornega. Estas possibilitam visibilizar as dinâmicas presentes nas relações entre africanos e europeus. Logo, como anteriormente já arguimos, a oscilação dessas adjetivações exprimem uma alternância nessas relações, que mantinham e desfaziam acordos por vezes de modo escuso à vontade da coroa portuguesa. A *Ginga* de inimiga, em um acordo de compra de peças poderia configurar-se como aliada.¹⁷¹ Observemos nas próximas citações a utilização desses termos e suas semantizações.

*“Ficou este valeroso Rey que lhe chamavão e Rainha **por ser Mulher pezarosa** de se lhe haver mal logrado seu intento que entendeo daquela vez acabasse com nosco, e nos tomassem os seus ás mãos vindos mandados daquela Senhora, que elles amavão e respeitava como a seu Deos”.*¹⁷² (grifos nossos)

*“Chagados que forão ao seu Quilombo, tratou logo, eu distava perto, de entrar nos matos daquela Soba, a Rainha Ginga, pessoalmente acompanhada de seus amigos Flamengos, **em que na sua invasão se defendia quelle Dembo com muito valor**, experimentando o flamengo suas armas de fogo, e o rigor de suas agudas frechas, e arremeços e zagayas, em que alguns pagarão com as vidas; **mas persistindo aquella belicosa Rainha com valor costumaz**, depois de haver perdido em aquelles Matos muito dos seus, e aquella Soba lhe haverem também morto muita gente da sua, assim das Armas Flamengas, como com as muitas que a Rainha tinha em abundancia, veyo a entrar á força de Armas naquelles*

nações de culturas e línguas diferentes. Pouco a pouco, a hegemonia exercida pelo latim foi sendo substituída pela crescente valorização dos vernáculos, especialmente de origem latina”. BIDERMAN, Maria Tereza. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. Alfa, São Paulo, 47(1): 53-69, 2003, p. 54.

Ainda segundo Biderman, no mundo de língua portuguesa, apesar de várias obras lexicográficas de menor alcance nos séculos XVI e XVII, o primeiro dicionário realmente digno do nome é o do Padre Rafael Bluteau. Embora seja um dicionário bilíngue (português-latim), a parte relativa ao português é praticamente uma descrição do léxico daquela época, e também, uma possibilidade de aproximação com a grafia portuguesa de séculos anteriores, como o XVII.

¹⁷¹ As argumentações no capítulo primeiro, referentes aos preamentos de escravos e relações com os holandeses elucidam essa afirmação. Ver páginas 38 a 44 deste trabalho.

¹⁷² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 132.

fortes e espeços Matos [...]”.¹⁷³ (grifos nossos)

O soldado escritor move-se no texto, utilizando os termos “valor”, “valeroza” e “pezaroza” conforme o sentido que pretende agregar a adjetivação. Um aliado da rainha *Ginga*, *Ginga-Amona*, é também referenciado com os mesmos termos que a rainha.¹⁷⁴ Por ocasião do falecimento de Dona Barbara, irmã da rainha *Ginga*, alguns cargos nos Kilombos foram modificados. Os Capitães Makotas¹⁷⁵ elegeram Dom João Guterres Angola Canini, depondo Dom António *Ginga Amona* por governar tiranicamente. Não podendo suportar a rejeição, *Amona* separa-se do kilombo com seu séquito, iniciando um ciclo de assaltos e outros acometimentos quando encontrava Canini pelo caminho. Em outra ocasião, as virtudes de Dom Francisco, parente da rainha *Ginga*, com “*sangue real africano e convertido a Santa fé*”, que busca o auxílio das armas portuguesas por rivalizar com *Ginga-Amona* quanto a disputas de cargos no kilombo da rainha *Ginga*, são adjetivadas com os mesmos termos que informam sobre *Amona*, exaltam Dom Francisco Canini e desqualificam a rainha.

*“Eleito que foi no dito Reinado e Senhorios, vendo *Ginga Amona* se não podia conservar contra tão grosso numero que seguião o povo eleito, se apartou com toda a gente da sua parcialidade e sequito, e com a de que era Senhor antes de ser Rey, para paragem e sitio apartado de onde começou a haver entre uns e outros, Recontros e Assaltos, e como era tão valerozo e guerreiro não podia levar em paciência verso desprovido daquelle mando e Reino que havia tido, e governado como seu por eleição dos Macotas e Capitaens principaes daquelle Quilombo.”¹⁷⁶ (grifos nossos)*

*“Agora vendoo já homem e capaz de reinar, lemandolhes aquella falla e habilitação da Rainha *Ginga* que aquelles Vassallos tanto amavão, e attendendo ser Dom Francisco daquelle Sangue Real, e que também dotado de partes que bem demonstravão a descendencia donde vinha, de grande animo e valor; instruido em pequeno nos costumes da nossa santa fé, havendo sido seu Mestre o Padre Frei João Antonio de Monte*

¹⁷³ CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 294.

¹⁷⁴ O padre António Cavazzi também descreve esse episódio com detalhes. In.: CAVAZZI, João Giovanni António. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965, v. II, p. 90-92.

¹⁷⁵ Makota significa o mais velho, homens velhos, conselheiros dos sovas.

¹⁷⁶ CADORNEGA, António de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo II, p. 255.

*Caculo, Capuchinho e Missionário Apostolico, ainda que a respeito de seus Vassallos não uzava muito os exercicios de Christão.*¹⁷⁷ (grifos nossos)

O vocábulo “valor” move-se mais uma vez, aparecendo como sinônimo de “força” e corroborando em alguma medida a interpretação literal dos dicionários anteriormente citados. Embora consideremos esses caracteres literalizados como modo de sopesar o significado desses termos em uma linguagem corrente, ao serem empregados por Oliveira de Cadornega são peculiarizados. Concebemos, com isto, que a indeterminação semântica de um termo não está diretamente em seu significado, mas na forma como é semantizado no texto e com os usos que o autor dela faz.

*“Com este avizo abalou aquella Rainha Ginga com todo seu poder, e se veyo pôr á vista da nossa gente Portugueza, e mandou aos seus que com **todo o valor investissem e lavassem** ás mãos aquelles poucos Mundelles, que assim chamão aos Brancos; [...] a Rainha Ginga sempre de seu posto alentando a sua gente e mandando que nos entrassem; os nossos Portuguezes com tão continuas investidas, com sol que fervia, estando muitos mortos e quase todos feridos, não dar o sítio lugar a se verem huns aos outros por a formatura ser como dissemos em meia lua, e ferirão com algumas frechas ao Capitão mor.*¹⁷⁸ (grifos nossos)

*“[...] O sacco que houve foi de muito valor, houve homem para quem os seus escravos tomarão muito boa prata, em que entravão castiças deste metal, hum lhe apanharão os seus negros huma frasqueira de prata que a Rainha Ginga havia mandado fazer a Loanda e lhe tinha custado muitas peças de escravos, e tinha muitos marcos de prata de pezo; as armas forão muitas em que encontrarão mui boas espingardas, muita quantide de fazendas e peças de seda inteiras e partidas de toda sorte: os Jagas que forão melhor aquinhoados, como quem tinha melhor conhecimento daquelle Quilombo, andavão vendendo pellos Portuguezes muitos anéis de ouro, alguns de preço, a troco de fazendas, porque elles não uzão destes adornos e Gayatarías.*¹⁷⁹ (grifos nossos)

A *Ginga* que é valorada ou desqualificada subtrai os déficits administrativos, as demoras em ganhar batalhas e adentrar ao interior, as dificuldades de conversão, e

¹⁷⁷ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo II, p. 355.

¹⁷⁸ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 349.

¹⁷⁹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo II, p. 421.

ainda os tantos acordos que por vezes eram realizados com escusa da coroa, tanto durante a União Ibérica, quanto o pós Restauração. A astúcia e altivez da rainha inimiga seriam as causa desses males que afligiam Angola, que nem concebida dessa forma era, como dita o soldado em relação às sucessivas incursões de *Ginga* para desbaratar qualquer possibilidade de união fronteiriça.¹⁸⁰

Para tais averiguações, foi necessário estar atento para as redes simbólicas e materiais pelas quais se articulam e circulam pública e socialmente os enunciados de um texto, bem como para os modos como tensões e contradições históricas penetram nesses meios simbólicos, inscrevendo nos discursos as “pegadas” linguísticas de um contexto de enunciação.¹⁸¹ A plausibilidade na leitura de tais marcas reside no esforço em compreender *como* elas apontam e *o que* apontam, sendo necessário se despir das noções tradicionais referentes aos contextos de produção textual. Em suma, assim como o simbólico penetra no empírico, passando a ser uma construção sua, o contexto histórico penetra no plano discursivo constituindo uma dimensão inerente, que determina a lógica de sua articulação e também pode deslocar-se.¹⁸²

Os quarenta anos de convivência em Angola, possivelmente não impediram que o soldado se esforçasse em manter um linguajar digno da corte portuguesa na adjetivação de uma rainha. Todos os termos que a ela se referem semanticamente, possuem um caráter duplo, de exaltação ou desqualificação, estando sempre atrelados às atividades portuguesas na África. A maximização dessa personagem, que vai ultrapassar oceanos e séculos, está na obra de Oliveira Cadornega diretamente ligada aos acontecimentos que envolvem Portugal. Contudo, *Ginga* só existe na obra de Cadornega enquanto um constructo relacional, dependente da glorificação de Portugal por um militar.

¹⁸⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 115.

¹⁸¹ PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 18.

¹⁸² PALTÍ, Elias José. *Op. Cit.* 2009, p.17.

2.3 Dialogias entre as línguas kimbundo e portuguesa

A obra “História Geral das Guerras Angolanas” foi escrita em português por um militar que estava a quarenta anos vivendo na África sem regressar a metrópole lusa. Observamos na composição dos tomos, alguns vocábulos que igualmente às adjectivações referidas na primeira e segunda parte desse capítulo, podem ser considerados chaves, visto que sem eles não seria possível apreender a temática central da obra, ou as guerras e os governos lusos em Angola. Essas palavras, segundo dicionários¹⁸³ e gramáticas especializadas,¹⁸⁴ eram alienígenas a grafia portuguesa corrente. Possivelmente estão grafadas em um Kimbundo¹⁸⁵ que para ser incluído junto a HGGA foi aportuguesado, colaborando com o sentido pretendido com a escritura da obra.¹⁸⁶

É provável que as línguas africanas tenham se firmado como preponderantes mesmo com um intenso período de colonização, pois comumente mercadores portugueses e aventureiros, muitas vezes degredados, dedicavam-se ao tráfico de escravos, se africanizando.¹⁸⁷ Do contrário, os africanos se europeizarem era mais

¹⁸³ Idem 171.

BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v , 2 supl.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontram em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris : A.F. Carneiro Filho, 1859.

¹⁸⁴ DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. Edição fac-similada do exemplar com data de 1888 da Biblioteca Digital Camões.

ARAUJO, Domingos de. *Grammatica latina: novamente ordenada, e convertida em portuguez pera menos trabalho dos que começaõ aprender...* Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1627.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues. *Curiosas advertencias da boa Grammatica no compendio, e exposiçam do P. Manoel Alvarez, em lingua Portuguesa / composto por Bartholameu Rodriguez Chorro, natural da Villa de Maçaõ*. Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra Impressor da Universidade, 1672.

¹⁸⁵ Dicionários em kimbundo trazem essas palavras grafadas de outro modo, e em gramáticas de língua portuguesa elas não aparecem, possibilitando supor que esses termos não eram correntes em português. Vale lembrar que tanto os dicionários como as gramáticas advém de projetos que intentam salientar os caracteres linguísticos pertinentes ao século XVII.

ASSIS Jr. A. de. *Dicionário kimbundo-português: linguístico, botânico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos e Cia. Ltda., 1967.

MAIA, António da Silva. *Dicionário complementar português-Kimbundo-Kigingo: línguas do centro e norte de Angola*. Cuvujães: Ed. do Autor, 1964.

¹⁸⁶ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 31.

¹⁸⁷ BOXER, C. R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963, p. 13.

difícil, em virtude do mercadejo exigir alguma fluência nas línguas locais para melhor negociação, ou ainda, devido a alta taxa de mortalidade entre os portugueses, gerando a necessidade dos cargos administrativos ficarem sob a responsabilidade de africanos ou afro-portugueses, além da maioria dos escravos que chegavam em Luanda provirem de Matamba, Kissama e Kassange, onde o Kimbundo era a língua mais difundida.¹⁸⁸

As linguagens, mesmo quando modificadas pelos usos em contextos específicos, contém o atributo de continuidade e igualmente de retenção. Quando mencionamos linguagens (languages) queremos referir, sobretudo, a respeito de sublinguagens: *“idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre políticas, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, pré-condições, implicações, tom e estilo”*.¹⁸⁹ No caso específico desta análise, a escrita da obra HGGA articula os contextos que contribuem para modificar suas linguagens, e isso é já um contexto próprio, ou uma maneira de falar que prescreve o que pode ser dito através das coisas, inclusive podendo perdurar mais do que elas.

O historiador alemão Reinhart Koselleck fundamenta a argumentação referente às transformações dos usos de conceitos políticos. Segundo o autor, estas não se inscrevem apenas na linguagem formal e corrente de uma época, mas se articulam com elementos que se encontram fora dela.¹⁹⁰ Koselleck ainda ressalta que as alterações políticas, como processo de criação ou ressignificação de elementos, ocorrem dos mais distintos modos e temporalidades, havendo sempre um hiato entre os fatos sociais e o seu uso na linguagem.¹⁹¹ Com isso, podemos inferir que as palavras podem ser distinguidas por sua polissemia, visto que sua aplicação está para além de uma generalização específica sobre algo.¹⁹²

¹⁸⁸ INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o Português: uma história sociolinguística. In. TORGAL, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 122.

Esse fato talvez ajude a explicar, mesmo que em parte, a permanência das línguas locais ainda na atualidade em Angola.

¹⁸⁹ POCOCK, J. G. A. *Op. Cit.*, 2003, p. 65.

¹⁹⁰ KOSELLECK, R. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 106.

¹⁹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 111.

¹⁹² KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, 2006, p. 98.

Segundo Koselleck, “a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”.¹⁹³ O processo de ressignificação dos vocábulos cria neologismos e podem assumir dinâmicas funções. O sentido da obra de Oliveira de Cadornega objetivava transformar uma realidade política, ou seja, a reconfiguração dos cargos nas colônias africanas que, após o processo de restauração e estabilização da Casa dinástica dos Braganças, estavam passando por mudanças. A função desses vocábulos em um kimbundo aportuguesado desloca a apreensão da linguagem das experiências vividas para propor, igualmente através da linguagem, situações de realidades a serem conquistadas, tão almejadas pelo autor.

Observamos que havia na escrita da obra HGGGA um sentido preocupado em ser suficientemente eficaz. O meio que o autor encontrou para essa empreitada foi o orquestrar dos vocábulos em um kimbundo aportuguesado e o esforço em caracterizar uma rainha *Ginga* odiosa a Portugal. As já esboçadas particularidades contextuais e imbricações que reverberam na escrita do autor, como as incrustadas fissuras textuais que visibilizam através de indeterminações semânticas as ambiguidades de *Ginga*, possibilitam o indagar a respeito dos futuros usos políticos que emblemam a figura da personagem principal da HGGGA. Em outros contextos veremos *Nzinga Mbandi*, *Njinga ou Jinga*, com princípios outros, mas igualmente multiplicando-se.

Ao sopesarmos essas considerações, observamos um ‘entre-lugar’ habitado por Oliveira de Cadornega. Esse local é intersticial, superando categorizações que determinam as subjetividades dentro de ideais dicotômicos. “O *interstício* vem como uma passagem, um movimento presente de transformação ou transposição”, onde algo não é mais o mesmo, mas também não totalmente outro.¹⁹⁴ O soldado-escritor, ao viver em Angola não é mais apenas português, mas também não é completamente africano, estando em um interstício que produz um embate entre as diferenças culturais. “Essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a

¹⁹³ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, 2006, p. 77.

¹⁹⁴ LOSSO, Rhiago. *O sujeito do “Entre-Lugar” na literatura portuguesa: um diálogo entre Bhabha e Lobo Antunes*. II Colóquio da Pós-Graduação em Letras. UNESP – Campus de Assis, 2010, p. 987.

possibilidade de um hibridismo que acolhe a diferença sem uma hierarquia supostamente imposta”.¹⁹⁵

Os vocábulos a baixo são pertinentes para que entendamos que Oliveira de Cadornega objetivava ser eficaz ao articular sua permanência na África, logo, a qualidade de sua escrita precisaria abranger um público específico, ou a casa dinástica dos Bragança, representada com a dedicatória a Dom Pedro II de Portugal.¹⁹⁶ O próprio vocábulo “*Ginga*” aparece aportuguesado na obra HGGA, pois não encontramos em dicionários kimbundo a grafia que aparece em todas as citações de Oliveira de Cadornega.

Obviamente, uma análise demorada dos vocábulos arrolados faz-se necessária, que considere de forma pormenorizada a utilização dos mesmos em cada tomo, considerando os conteúdos da obra. Por ora, realizamos um rápido esboço, marcando a condição semantizada dos mesmos. Quer isso dizer que *“desejamos estudar as linguagens em que as enunciações foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas.”* Assim, intentamos apenas para a identificação dessas palavras no texto da obra HGGA.¹⁹⁷

A

ANGOLAMBOLE - Ngola-mbole; para designar cargo equivalente a capitão de guerra.

ANGA - Kanga; galinha da Guiné.

ARIMAR – Kudima; cultivar os campos, hortas.

B

BACULAMENTO – Do verbo kubakula; tributar.

BANGIS – Mbangui (mbangi); testemunha.

BANZA – Mbanza; povoação grande (de sobas).

BANZAR –Kubanza; calcular ou pensar.

BINDA – Mbinda; cabaça.

BONGES – Mbongue (mbonge); trincheira, dique.

¹⁹⁵ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998, p. 22.

¹⁹⁶ Alguns desses termos são arrolados, com o mesmo ou ainda outro significado pelo anotador da obra, nas páginas 611 a 621. In.: DELGADO, José Matias. In. CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I.

¹⁹⁷ POCOOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.65.

C

CABUNGA – Diminutivo de kibunga, gorro, feito de rafia ou de outro vegetal.

CACUSSO – Kikusso (kikusu); peixe de água doce.

CAMONGUA – Mongua; sal.

CANZAR – Kukanza; apanhar, saquear.

CASIBO –Kisibu; kixibu; período entre maio e setembro, estação fresca e que não chove.

CASIMA –Kassima; poço

COLA PUPA – Cola é o imperativo do verbo kukola, ser forte de, ser rijo de...; pupa é peito, coração. Forte de coração.

D

DITEMO – Ditemo, matemú; enxada.

DUMBE – Ndumbe; casa.

E

EMBACA – Mbaka.

EMBULULO – Mbululo; soldados novos.

EMPACASSEIROS – Mpakas; homens valentes, destemidos.

EMPALANCA –Mpalanka; espécie de antílope.

EMVALA INENE – Mvala; primeira mulher do soba; mvala inene, concubina grande, principal.

ENCASSA – Ncassa; feijão preto.

ENCUTO – Nkutu; espécie de casaco.

ENCOMA – Ngoma; tambor feito com um pedaço de tronco cavado no interior. Em uma das extremidades há fixado uma pele de animal.

F

FUBA – Farinha de milho.

FUMAR – Kufuna; negociar.

G

GANGA – Nganga; advinho, feiticeiro, médico e curandeiro.

GARIAMA – Ngandiana; pobre.

GEGES – Nguengue (ngenge); Cajazeira.

GINGA – GINGO – *Nzinga, njinga, njingu. herdeiros ou sucessores dos sobas.*

GONGES – Ngongue (ngonge) chocalhos utilizados pelos sobas em rituais.

I

INBILA – Mbila; sepultura.

ITA – Kita; guerra.

L

LIBAMBOS – Lubambu, malubambu; corrente de ferro.

LOENHE – Luenhe; alpendre.

LUCUCA – Lukuka; espécie de capa feita de tecido de palha.

M

MAÇANZA – Masanza; instrumento musical.

MACOTAS – Makota; plural de dikota; o mais velho; conselheiro de soba. Homens velhos.

MALUNGAS – Malunga, plural de dilunga, argola, pulseira.

MANI – Muene; senhor, rei.

MARIMBAS – Madimba; instrumento musical.

MASA – Massa; milho.

MATEBA – Diteba; uma espécie de palmeira.

MINDELE – Mundele; brancos.

MUCAMA – Mukama; escrava do serviço interno da casa.

MUCAMBO – Mukambu; cumeeira da casa.

P

PEÇA – Pesa, rapaz; jipesa, rapazes (utilizada para tratamento de escravos, peças).

Q

QUICOCA – Kikoca; estrada.

QUICUMBA – Kikumba; bagagem (munições, comida, roupas).

QUILAMBAS – Kilamba; ilamba; capitães da guerra preta que ganhavam soldo.

QUILOMBO – Kilombu; reino ou exército.

QUIMBUARI – Kimbuadi; bailes.

QUINA – Kina; cova grande.

QUINDONGA – Kindonga; indonga; ilhas no Kwanza, acima de Masangano.

QUITANDA – Kitanda; itanda; mercado, feira.

S

SACALAMENTO – Kusakala; invocar o demônio.

SAMBA – ENZILA – Sambanjila; A segunda mulher do soba.

SANGAR – Kusanga; saltar com alegria, dançar.

T

TABUCAR – Kutabuka; atravessar um rio.

TUCUTAR – Kutukuta; amaciar pele com as mãos.

TUNGAR – Kutunga; construir, morar, viver em.

U

UNDASSE – Kuunda; prestar vassalagem.

V

VUNGAS – Mvunga; cobertor.

X

XAQUETAR – Kuxaketa; invocar o demônio. Ver: sacramento.

XINGA – Nkinga; fio, cordel, corda.

XINGALE – Kuxingila; hipnotizar, magnetizar.

Z

ZENZA – Nzenza; juramento para guardar um segredo.

ZOMBI – Nzumbi; defunto.

ZUNGAIS – Nzunque; capim que o gado come.

Capítulo III

3. *NZINGA, NJINGA E JINGA: UMA RAINHA AFRICANA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA*

Na última etapa analítica desta pesquisa, observamos o emprego das adjetivações que caracterizam a rainha *Ginga*, advindas da obra de Oliveira de Cadornega, em trabalhos que fazem parte da Historiografia Brasileira. As obras que serão aqui analisadas são as seguintes: “Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão” de Selma Pantoja, “Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo” de Marina de Mello e Souza e “A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700” de Alberto da Costa e Silva.

Mesmo considerando que há outras produções, inclusive mais recentes junto à Historiografia Brasileira, são as supracitadas que trazem latente as adjetivações que dedicamos analisar, seja em etapas anteriores ou ainda nesta. Logo, mesmo sopesando outros trabalhos significativos, que igualmente enfocam a rainha africana, não podemos utilizá-los se os mesmos não contribuem para o marco analítico aqui proposto.

Dito isso, inferimos que no trabalho de Pantoja, a rainha *Nzinga* aparece como descendente de escravos por parte de mãe, inapta a ascender a liderança, visto sua falta de matrilinearidade. Outro impedimento, segundo a autora, seria sua condição feminina, sanada com sua capacidade guerreira. Na obra de Mello e Souza, a autora destaca uma *Njinga* opositora a Portugal, que estava tradicionalmente impedida de liderar por ser mulher, obtendo seus feitos devido a suas características bélicas, que possibilitaram inclusive que ela ultrapassasse os oceanos e os séculos. Já Costa e Silva, tece uma rainha *Jinga* que se tornou apta a liderar por ser uma exímia diplomata. Descendente de escravos, sua categoria linhageira inferior a levou aos jagas, que possibilitaram sua inserção em um mundo de disputas e negociações.

As obras de Pantoja, Mello e Souza e Costa e Silva, utilizam o texto de Oliveira Cadornega como dotado de uma autoridade consentida sempre que ele é evocado

como um importante “*documento histórico*”. As adjectivações apreendidas de forma literalizada ignoram o contexto de produção da obra do soldado-escritor, concebendo um *status*, uma fórmula ou paradigma que é atrelada a rainha. Em todas as obras, apesar das particularidades nas construções das rainhas, como por exemplo, as diferentes grafias utilizadas na insígnia que a distingue, aparecendo como *Nzinga*, *Njinga* e *Jinga*, ela é referida como uma líder peculiar, notável e habilidosa política, estrategista de guerra, uma “*belicosa mulher*”.

3.1 *Nzinga Mbandi*: uma ilegítima e belicosa mulher

A professora Selma Pantoja, da Universidade de Brasília, publica pela editora Thesaurus no ano de 2000, a obra “Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão”, oriunda de sua dissertação de mestrado escrita entre os anos de 1984 e 1987, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O texto original é mantido na referida publicação e, ainda no prefácio, a autora adverte que após o período de escrita, diversos campos emergiram na historiografia brasileira, possibilitando novos diálogos em torno da história das mulheres e da questão de gênero: “*novas metodologias podem contribuir com a temática poder/mulher*”. O estudo da escravidão também ganhou diversos caminhos, pois, segundo Pantoja, uma última geração consegue vislumbrar a necessidade de se entender as relações atlânticas.¹⁹⁸

Um dos aspectos iniciais da obra de Pantoja é referente à denominação das estruturas hierárquicas. Ou seja, os termos reis, rainhas, duques, príncipes e princesas, bem como estados e nações são amplamente utilizados por estudiosos da África. Entretanto, o emprego destes, ocorre por meio de um descolamento das fontes documentais que, como adverte Selma Pantoja, possuem problemas: são escritas por europeus imbuídos de superioridades, levados por interesses para os mais longínquos pontos da África. Em contrapartida, “*fora esses escritos, resta um continente, principalmente no caso da África negra, com uma população que se fazia ágrafa*”.¹⁹⁹

O que salientamos, considerando a discussão proposta pela autora, assenta-se no fato das fontes ainda assim serem válidas, mesmo que nomeiem as sociedades africanas de forma arbitrária em função da denegação das estruturas e dinâmicas políticas: esses escritores percebiam jogos hierárquicos, inventariando-os por meio de documentos administrativos ou literários, emaranhados aos interesses pertinentes àquele contexto.

Os caracteres relativos à escravidão africana presentes na obra de Pantoja consideram os mecanismos internos das sociedades, tais como parentesco, aquisição de esposas, adoção de crianças, dentre outros que são capazes de

¹⁹⁸ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 7.

¹⁹⁹ PANTOJA, Selma. *Op. Cit.*, 2000, p. 20.

configurar a marginalização de membros locais por meio da incorporação de estrangeiros como escravizados que supririam os déficits daquele grupo. A dualidade que reside entre escravidão/liberdade segundo a autora, é um modo ocidental para se aproximar e conseguir distinguir uma possível noção de submissão presente nas hierarquias africanas. Assim, os direitos pessoais eram negociáveis, sendo a transferência desses direitos uma prática comum entre os africanos. Uma pessoa ou grupo de pessoas poderiam submeter-se à outra linhagem em troca, por exemplo, de mercadorias ou dinheiro.²⁰⁰

*“A mentalidade ocidental tende a englobar tudo o que se apresenta como submissão neste rótulo de escravidão. Às vezes, tais rótulos se adequam a alguns traços, mas no geral não se encaixam no caso africano. Percorrendo os meandros da dicotomia escravidão/liberdade, no relativo à sociedade africana, uma pessoa pode ser vendida ou comprada e, logo depois, incorporada a uma determinada comunidade, integrando-se de maneira diferente das pessoas nascidas naquela mesma comunidade”.*²⁰¹

A guerra, o sequestro e as razias eram as formas mais comuns de escravização. Com isso, não se invalida outros procedimentos, como o religioso e o judiciário, visto que os escravizados não estavam desempenhando apenas tarefas braçais, pois havia escravos em cargos políticos, advindos de diversas linhagens ou setores das sociedades.²⁰² Ao considerarmos essas peculiaridades, a noção de estruturas de parentesco inseridas em uma sociedade de linhagens oferece muitas ambiguidades e essas repercutirão na concepção relacionada à ascensão dos líderes ao poder, conforme argumenta Selma Pantoja, ao citar obras do africanista Joseph Miller.²⁰³

“Aponta-se a possibilidade de remeter ao contexto de estudos de casos específicos, a saber, onde e quando ocorre o fenômeno da escravidão. E diante das muitas ambiguidades que sugerem os termos definidores da relação de subordinação na realidade africana, muitos autores tem adotado nomes de origem local do escravo. É o caso de Miller e outros que

²⁰⁰ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 29.

²⁰¹ PANTOJA, Selma. *Op. Cit.*, 2000, p. 28.

²⁰² PANTOJA, Selma. *Op. Cit.*, 2000, p. 31.

²⁰³ MILLER, Joseph. Mbangala lineage slavery. In. MIERS. S. E KOPYTOFF. I. (org.) *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison, University of Wisconsin Press, 1977.

*concebem a escravidão em termos de estruturas de parentesco inseridas numa sociedade de linhagem.*²⁰⁴

Apesar de considerar as discussões anteriormente citadas, permitindo uma compreensão que atrela fluidez ao interior das linhagens, tanto com aspectos relacionados à escravização quanto com o modo que se constituíam as relações políticas de parentesco, Pantoja calca-se em descrições de fontes documentais, mais especificadamente as obras de Cavazzi e os documentos organizados por António Brásio, para ponderar que a autoridade se concentrava em torno dos homens, através de sociedades predominantemente linhageiras e matrilineares. Com base em excertos esparsos da “Descrição Histórica...” em que o autor pejorativamente exprime que “*a maior parte dos trabalhos pertence as mulheres e aos escravos*”,²⁰⁵ e os senhores ao morrer os enterravam consigo,²⁰⁶ Pantoja constrói uma realidade que atrela a essas sociedades a última escala hierárquica como pertencente aos escravos e às mulheres.

A compilação documental intitulada “Monumenta Missionária Africana”, apresenta no tomo de número sete, que compreende os anos de 1622 a 1630, dois documentos administrativos categorizados como cartas redigidas pelo então governador Fernão de Souza e endereçadas ao rei de Portugal D. Felipe II. No documento de 1625, *Nzinga Mbandi* é acusada de portar escravos pertencentes à coroa portuguesa e, apesar das solicitações e negociações, ela declara que não os entregará e que continuarão a compor seu exército. Fernão de Souza sugere que a rainha seja castigada, sendo substituída por um vassalo submisso e fiel aos interesses de Portugal. Em carta datada de 1626, o governador continua queixando-se sobre as atitudes de *Nzinga Mbandi* e afirma a ilegitimidade da mesma em liderar em virtude de ser mulher, sugerindo que guerras fossem declaradas ao território por ela administrado, como podemos conferir nos excertos abaixo:

“Dona Ana de Souza, senhora do reyno de Angola, me mandou pedir padres da Companhia, mais cõ medo que deuoção, porque a obrigaua a entregar os escrauos que te fogido deste Reyno, que são muitos, de que tenho dado conta a V. Magestade [...]. Dona Ana, cõ que acabou de declarar sua danada tenção, dizendo que se enganara, e que lhe succedera

²⁰⁴ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 32.

²⁰⁵ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U., 1965, v. II, p. 84.

²⁰⁶ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Op. Cit.*, 1965, V. II, p. 124, 125.

*ao contrario que pretendia, porque não tinha escrauos, ne os poderia entregar [...]. Podesse dar castigo a D. Ana se muito dano, e nomear Rey por V. Magestade, avassalando em cem peças cada ano, cõ obrigação de fazer feiras, e das entradas aos padres da companhia.*²⁰⁷

*“Tenho dado conta a V. Magestade por alguãs vias do perigo em que ficaua esta conquista, e o Reyno de Dongo, por estar yntruza nelle Dona Ana Ginga, por morte d’el Rey seu irmão, e por mouer os souas a que lhe obedecesse, e procurar aos nossos escrauos que fogisse, pera cõ eles se leuantar, e nos fazer guerra. Procurey quietala, até vir horde de V. Magestade dissimulando alguns despejos por conseruar a pax que V. Magestade me encomenda, e por ser grande consideração em qualquer sucesso estar na obediência de V. Magestade. O soua Ayrequiloange, que o governador João Correia de Souza largou e D. Ana pera conuer com ella, mandey vir ao presidio da Embaca, por ser legitimo e verdadeiro sucessor do Reyno, e ella o não poder ser, por não gouernar este Reyno molher”.*²⁰⁸

O discurso do governador dirigido para a coroa portuguesa remete uma *Nzinga Mbandi* que entrava a comercialização de escravos. Havia interesses em afastá-la dos territórios de Ndongo e Matamba pelo fato desses reinos estarem às margens do rio Kwanza, importante no escoamento de “peças” e no acesso a rios menores que possibilitavam a entrada ao interior para captura de escravizados. Com as altas taxas impostas por *Nzinga Mbandi* ou ainda as dificuldades atribuídas às tratativas diplomáticas, uma vez que ela sublevava os sobas submissos à coroa, é compreensível que a liderança da rainha seja rechaçada, inclusive com alegações que a impossibilitam de liderar por ser uma mulher.

Essas ilegitimações não fogem aos interesses daqueles que as consideraram. Por exemplo, o governador Fernão de Souza endereça sua carta para a coroa portuguesa, já o padre Cavazzi escreve a mando da propaganda Fide²⁰⁹ e seus escritos são permeados por preceitos missionários das ordens católicas, em especial

²⁰⁷ BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: A.G.U., 1952, v. 7, p. 361 e 362.

²⁰⁸ BRÁSIO, Antônio. *Op. Cit.*, 1952, v. 7, p. 417.

²⁰⁹ “A Sagrada Congregação da Propaganda Fide foi fundada pelo Papa Gregório XV em 1622, no contexto das navegações marítimas europeias. Objetivava oficialmente a expansão do cristianismo e a garantia do estabelecimento da fé cristã, a partir do combate à permanência de práticas heréticas. Embora os fundamentos de evangelização tenham sofrido grandes alterações ao longo dos séculos, a Propaganda Fide persistiu com essa nomenclatura até o ano de 1988, quando o Papa João Paulo II passou a denominá-la “Congregação para Evangelização dos Povos”. Informações disponíveis em: <http://www.fides.org/ita/index.html> Já coloquei no primeiro retirar. Acesso: 04.03.2011

a capuchinha, no qual integrava.²¹⁰ Apesar da missão autodeclarar-se como não vinculada às monarquias europeias e expressar apenas interesses evangelizadores, as influências e alianças com os portugueses se fazem notáveis, seja pelo estudo da língua nas catequizações, seja por sua oposição aos holandeses nas negociações mercantis com o *mani kongo*, expressando a influência política dos capuchinhos em solo africano.

No entanto, a obra “História Geral das Guerras Angolanas” não qualifica *Nzinga Mbandi* como inapta a ascender à líder pelo fato de ser uma mulher, como faz Cavazzi e Fernão de Souza. O que observamos em algumas passagens do texto de Oliveira de Cadornega, são enaltecimentos referentes a competências diplomáticas ou bélicas da rainha, justificando as sucessivas derrotas portuguesas.²¹¹ Assim, Cadornega considera a fluidez das linhas sucessórias, visto que os kilombos da rainha *Nzinga* são amplamente citados pelo mesmo.

Para Cadornega, os kilombos não se compunham especificamente por laços linhageiros, estes eram considerados secundários. As hierarquias eram pautadas pelas conquistas de guerra que poderiam ser advindas por membros de diversos extratos da sociedade.²¹² Além de fortificações militares, os kilombos serviam como depósitos de escravos a serem comercializados; com isso, tornavam-se prediletos alvos de ataque dos portugueses quando a rainha dificultava o comércio das “peças”.²¹³ Composto por jagas, Cadornega ora nomeia kilombo como uma fortificação militar, ora como o próprio reino da rainha *Nzinga*.²¹⁴

Embasada em adjetivações de forma descritiva, advindas da obra do soldado, Selma Pantoja utiliza o excerto citado a seguir para caracterizar *Nzinga Mbandi*, percorrendo caracterizações que alocarão a rainha como líder política e temida pelos adversários: “estas palavras, demonstram dupla identificação da figura de *Nzinga*. Por

²¹⁰ Designação dada à ordem de missionários católicos italianos em virtude da capa que vestiam portar um capuz pontiagudo. Para informações detalhadas sugerimos: GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 57. (Dissertação de Mestrado).

²¹¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo III, p. 208; tomo I, p. 293.

²¹² PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p. 153.

²¹³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 14.

²¹⁴ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 150; tomo I, p. 349; tomo III, p. 352.

*um lado, a mulher-demônio, com poderes sobrenaturais e, por outro, líder elogiada pela capacidade guerreira e pelas manobras políticas que assustavam os próprios adversários*²¹⁵.

Os distintos processos escravistas, bem como as peculiaridades condizentes com a fluidez das linhas políticas sucessórias e, ainda, a pertinência dos quilombos enquanto mais uma alternativa de ascensão política e conquistas territoriais permeiam a obra de Selma Pantoja. Contudo, a autora centra suas considerações conclusivas em sistemas linhageiros matrilineares, condensando o cerne das diferenciações sociais no Ndongo e Matamba por meio das linhagens que qualificavam os descendentes nas diferentes escalas sociais, como os escravos e mulheres, por exemplo, inaptos a ascenderem à liderança.

A forma como *Nzinga Mbandi* ascendeu a líder será proposta por Pantoja por meio de interpretações que sugerem um rompimento com a estrutura do local. Ou seja, mesmo sendo descendente de escravos e não possuindo matrilinearidade capaz de possibilitar ascensão política, a rainha consegue burlar essa convenção por meio de suas capacidades bélicas e diplomáticas. Vale observar que essa proposição está atrelada a duas fontes utilizadas no decorrer dos textos: a obra do padre Cavazzi e do soldado português António Cadornega. No primeiro autor, Pantoja respalda-se para argumentar sobre a autoridade predominantemente masculina ilegitimando *Nzinga Mbandi* à ascensão. Na obra “História Geral das Guerras Angolanas”, a autora irá descolar as adjetivações com a finalidade de construir uma *Nzinga Mbandi* guerreira, logo, apta para superar as imposições políticas e parentais.

“Incorporando esse tipo de liderança guerreira, Nzinga se deslocou com seu séquito para Matamba. [...] Em nossa análise, um dos aspectos sempre enfatizado pelos textos (fontes) foi a importância dada à autoridade Ngola. Como vimos, esse poder estava limitado pela própria estrutura do estado com base nas comunidades linhageiras. O controle por parte dos mais velhos cerceava o poder central, e este mecanismo explica a legitimação das diferenças sociais. Os escravos, as mulheres e outros dependentes estavam subordinados aos mais velhos, membros legítimos das linhagens. Em qualquer situação, essas categorias de dependentes explicitavam as

²¹⁵ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 100.

diferenças sociais. A existência da escravidão, mesmo em seus níveis mais elementares, pressupõe a estratificação”.²¹⁶

“O caso de Nzinga foi exemplar: por meio do apoio de um grupo de escravos tentou apoderar-se do poder e do título de Ngola. O caminho que possibilitou a ascensão de Nzinga teve início num ato de seu irmão, ao nomeá-la para negociar a paz com as autoridades portuguesas, em Luanda. Na sua trajetória apoderou-se do título de Ngola, tentando legitimar o seu poder” [...] para resolver seu problema da ausência de vínculo de linhagem tentaria tudo: tornou-se poderosa militarmente, recorreu aos ritos mbangalas e, finalmente, converteu-se ao cristianismo”.²¹⁷

“Nzinga, ao se estabelecer em Matamba, defrontou-se com o problema da legitimidade do poder, pela falta de laços com as linhagens locais. Como no Ndongo onde, em determinada altura de suas contendas com os portugueses, a paz era a solução para os conflitos internos – nesse caso, em Matamba, sua estabilidade política passava pela paz com os portugueses”.²¹⁸

Os historiadores John Thornton e Joseph Miller, citados de forma recorrente na obra de Pantoja, discutem o modo como a rainha elevou-se à liderança. John Thornton afirma que as regras de sucessão não eram nítidas, inventariando algumas hipóteses. A primeira delas consiste em um conflito maior, em que cada grupo usava as tradições como fundamentação para o que acreditavam que lhes era de direito, logo, *Nzinga Mbandi* poderia ter sido alocada na posição de líder.²¹⁹ Outra possibilidade consiste em que a hereditariedade patrilinear já tivesse se consagrado nas sucessões pertinentes ao reinado de Ngola Mbandi, em contrariedade com a regra que conduzia o restante da sociedade. A última questão suscitada aponta que os escravos reais adquiriram noções de liderança, passando a ter voz na escolha do soberano – no caso, escolhendo *Nzinga* como representante.²²⁰ Contudo, John Thornton argumenta que na região do Congo a liderança em mãos femininas era

²¹⁶ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000, p.142.

²¹⁷ PANTOJA, Selma. *Op. Cit.*, 2000, p. 141.

²¹⁸ PANTOJA, Selma. *Op. Cit.*, 2000, p. 127.

²¹⁹ THORNTON, John. *Legitimacy and political power: queen Njinga, 1624-1663*. Journal of African History, 1991, p.25-40.

²²⁰ THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier: 2004, p. 201-216.

inadmissível, e nas regiões periféricas nunca uma mulher obteve o controle formal de um reino,²²¹ investindo que *Nzinga* opera com peculiaridade, independentemente da forma como ascendeu.

Em “Nzinga of Matamba in a new perspective”, Joseph Miller considera que a rainha comandou um golpe de estado no Ndongo.²²² Essa hipótese é elaborada em virtude de a rainha não ser sucessora natural do rei falecido, não só porque era mulher, mas também devido ao título de Ngola estar aberto para competitividade das linhagens nas sociedades Mbundos. Na escolha do sucessor, o favoritismo não estaria com *Nzinga*, e o principal argumento que ampara a tese do autor deriva da rainha ser mulher e filha de uma escrava. A ausência de matrilinearidade fez com que *Nzinga* envenenasse seu irmão e afogasse o sobrinho no rio Cuanza para retirá-los do caminho nas disputas sucessórias entre as linhagens.²²³

Algumas fontes e referências bibliográficas, como elucidamos, trazem o feminino como impedimento para liderança. Contudo, a obra “História Geral das Guerras Angolanas”, documento principal utilizado por Selma Pantoja para adjetivar *Nzinga Mbandi*, não expressa à rainha enquanto inapta à ascensão. Isso quer dizer que não encontramos excertos em Oliveira Cadornega que comunguem essa afirmação. O soldado escritor maximiza suas impressões delimitando atividades bélicas, e não rituais ou preceitos que fugissem às convenções católicas, como o fez, por exemplo, Cavazzi de Montecúcolo ao associar *Nzinga Mbandi* a bruxarias, considerando os rituais africanos como demoníacos e condenando-a como inapta a liderar. Ou ainda, o governador Fernão de Souza, que anseia por desapossá-la por questões atreladas a formações de exércitos que poderiam ameaçar os territórios considerados estabilizados por Portugal em Angola.

Há na obra da professora Selma Pantoja uma construção textual que realiza o cruzamento de fontes documentais datadas de um mesmo período, mas que não considera suas particularidades, como por exemplo, os diferentes contextos em que

²²¹ THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power*. Journal of African History, 2006, p. 437–60.

²²² MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of African History, 16, n 2, 1975, p. 202-206.

²²³ O historiador Elikia M'bokolo afirma que a rainha Nzinga foi aceita em Matamba em condições mal elucidadas, mas que tornou o “estado” mais poderoso da região. Ver: M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 426.

os autores envolvidos corroboraram suas hipóteses. Caracterizar a escrita desses autores a partir de elementos semânticos, decifrando gramáticas com seus termos básicos ou chaves e as ocasiões típicas em que esses são empregados, o modo pelo qual se opõem e complementam-se pode constituir-se em um ponto de partida para tal elucubração.²²⁴ Logo, as lentes de um cristão que observa uma mulher na liderança não são as mesmas lentes de um soldado português, cristão-novo, habitando a quarenta anos o reino do Kongo. A *Nzinga* descrita, em ambos os casos, são múltiplas, bem como múltiplas são as formas que ela teria para ascender, e tampouco se faz possível posicionar-se quanto sua ilegitimidade baseando-se descritivamente nas informações contidas nas fontes acessadas.

²²⁴ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 11.

3.2 *Njinga*: Resistência e repúdio a Portugal

A obra “Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei do Congo”, escrita pela professora titular em História da África da Universidade de São Paulo, Marina de Mello e Souza, é originária de sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense no ano de 1999. Procuramos junto ao banco de dados digitalizado da referida universidade o texto original, contudo, obtivemos acesso apenas à publicação revisada e lançada em 2002 pela Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalharemos com o texto publicado, pois ele se faz importante em virtude da circularidade de seu conteúdo nos meios acadêmicos, fato que o tornou referência na historiografia brasileira dentre os trabalhos que enfocam a África.

Em termos sucintos podemos inferir que o trabalho de Mello e Souza objetiva delinear o processo histórico de constituição das festas de coroação de rei Congo, ocorrida no Brasil durante o século XIX. Essas festas eram realizadas em comunidades de homens pretos como forma de inserção dos negros na sociedade colonial, ao mesmo tempo em que afirmavam suas identidades calcadas, segundo a autora, em “*raízes africanas*”. A história do reino do Congo e da conversão das elites conguesas ao catolicismo após a chegada dos portugueses ao Zaire, em finais do século XV, elucidam a forma como as festas de reis negros são delineadas na obra, ou seja, entendidas como um meio de construção de uma identidade católica e negra, pelo prisma da escravidão.²²⁵

Como podemos observar, a temática que compreende a obra é demasiado ampla e não pretendemos realizar uma análise exaustiva sobre ela. Centrar-nos-emos em elementos presentes no capítulo de número III, intitulado “*Povos em contato, comércio, poder e identidade*”, especialmente no subtítulo “*Do Congo a Angola: a expansão do tráfico, resistências e alianças*”, que aborda, para utilizar palavras da autora, a “*resistência contra a dominação portuguesa na África Centro-*

²²⁵ Pretendemos com esse sucinto apanhado nos aproximar do conteúdo expresso pela obra. Obviamente, para alguns itens estarem presentes, outros necessitaram de minimização, como ocorre em qualquer consideração mais homogeneizante. Ainda assim, entendemos que um panorama inicial sobre a obra aclarará ao leitor caracteres posteriormente tratados.

Ocidental e como as redes de tráfico se espalharam pela região, interferindo nas estruturas de poder lá existentes, fundamentais para a implantação do comércio com os europeus".²²⁶ Esses aspectos serão relacionados com a construção das comunidades negras no "Novo Mundo", e é com esse propósito que a rainha Njinga Mbandi aparecerá no texto: não contemplada como objeto principal, mas como item fundamental para visibilização da complexidade das resistências à escravidão fundadas no Brasil, mas calcadas em elementos "africanos". O excerto a seguir elucida em parte essa afirmação, corroborando uma rainha que se fazia peculiar em meio à barganha política dos comerciantes portugueses, atentos aos movimentos das linhagens e no potencial econômico que essas localidades poderiam gerar.

"Aproveitando-se das lutas sucessórias internas dos reinos, os portugueses apoiavam uma ou outra linhagem pretendente ao trono e, contribuindo para que se mantivesse no poder, enraizavam seu próprio domínio na região de Angola. Foi assim que agiram com os ngolas do Ndongo por longo período, sustentando reis nem sempre representativos, enquanto grupos mistos, ambundos-jagas, resistiam à penetração portuguesa no continente, ao controle crescente que exerciam sobre o comércio e às tentativas dos missionários para que mudassem suas tradições, adotando novas crenças e costumes. A frente dessa resistência estava a rainha Njinga".²²⁷

Conforme Mello e Souza, no século XVII, o Ndongo era um importante fornecedor de escravos. O comércio da região era feito basicamente por portugueses que, desde 1580, estiveram unidos à coroa espanhola, permanecendo assim até 1640. Essa união concretizava um monopólio que seria ameaçado pela ocupação holandesa em de 1641 a 1648. A dinâmica comercial explica a importância de Luanda, pois os africanos conduziam as mercadorias, incluindo os escravizados até a costa, para ali efetuarem as trocas. Segundo Mello e Souza, esse movimento fez com que os sobas adquirissem dependência em relação aos comerciantes europeus, que introduziram produtos variados para que os chefes locais pudessem ostentar prestígio, diferenciando-se dos demais chefes ou ainda de seu séquito. Por outro lado, os portugueses também contavam cada vez mais com as redes de comércio locais.

²²⁶ MELLO e SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 20.

²²⁷ MELLO e SOUZA, Marina de. *Op. Cit.*, 2002, p. 104.

A rainha *Njinga* ao receber convidados especiais como enviados diplomáticos e missionários, apresentava-se com adereços de cobre, prata e pérolas, ou seja, usufruía dessas redes de comércio e incorporara alguns elementos advindos dos europeus. No entanto, a autora argumenta que essa europeização ocorria somente na indumentária, pois governava ainda aos moldes kimbundo e jaga, aclamada como uma *“rainha poderosa, representante das forças divinas, responsável pela chuva, que fazia germinar a plantação e trazia fartura”*.²²⁸ Ou ainda, que possuía meios para controlar o mercadejo de escravos, aproveitando-se da relação de dependência entre portugueses e sobas.

“O exército de Njinga inspirava medo, e a pressão que exercia sobre os chefes locais fez com que muitos entrepostos de escravos fossem fechados, ou abertos, conforme o estado de suas relações com os portugueses. Era grande a dependência destes com relação aos sobas e aos comerciantes africanos e mestiços, que traziam as caravanas de escravos até os entrepostos comerciais. Assim, era fundamental que encontrassem uma forma de convívio pacífica com os africanos, para tornar factíveis as trocas comerciais”.²²⁹

Ensejando uma aversão aos lusos por parte de *Njinga*, o autor holandês Olfert Dapper, em *“Description de l’Afrique: contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties”*, de 1686, exprime nas páginas 369 e 370, uma rainha “feroz”, “barbara”, de “coragem masculina” e inimiga dos portugueses, que durante o período em que os flamengos estiveram em Luanda, manteve-se como aliada. Apesar de não alocar citações dessa fonte documental no texto, Mello e Souza afirma que embasou-se nessa obra para considerar que, em 1647, formou-se uma tríplice aliança entre os holandeses, congolese e kimbundos que visava o extermínio dos exércitos lusos. *“Com essas alianças, quando Salvador de Sá foi nomeado governador de Angola por D. João IV, os portugueses estavam isolados em Massangano, acudados pelos holandeses e por Njinga”*.

²²⁸ MELLO e SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 108.

²²⁹ MELLO e SOUZA, Marina de. *Op. Cit.*, 2002, p. 109.

“Cette princesse a vécu plus de foixante ans, e du temps que l'auteur, on one favoit point encorre que elle fui mort, toutes les ordenances du royame le publianta en fon nom. Elle avoit le courage fi Mâle, qu'elle le faifot un divertiffement de la guerre, e favoit feduire avec tant d'adrelle les enclaves des portugais, quils defortoint à troffes troupes. Elle étoit d'une humeur feroce e barare, haiffant mortellement les portugais, à quille ne don noit aucun cartier, e vivan a la maniere des jagas fous des tenps a la campagne. Avant que de s'engager dans une expedition militaire elle facrifioit des vitimes humaines à fon idole pour en favor le fuccès.”²³⁰

O impedimento para ascensão à liderança de *Njinga* no Ndongo e Matamba é exposto através de argumentos construídos por John Thornton, mas em relação à categoria gênero e não linhagem. O autor considera que nunca uma mulher teria governado os kimbundos e jagas, não havendo nenhuma tradição que pudesse explicar tamanha peculiaridade. Esse incômodo, segundo Mello e Souza, foi causado por seu sexo, que a levou assumir comportamentos masculinos, liderando pessoalmente batalhas e vestindo de mulher seus vários concubinos. Apesar da autora não explicitar as fontes documentais que acessa, sabe-se que esta informação está presente tanto em Cavazzi quanto em Oliveira Cadornega. Vale conferir os excertos dessas obras, pois acrescentam sobre os dados apresentados.

“Como os vários vícios são por natureza coligados entre si como elos duma corrente, é muito raro que a crueldade seja acompanhada da sensualidade. Entre todos os amantes que ela teve, nunca houve algum que estivesse seguro do seu amor, pois ela, dissimulando com extrema sagacidade os sentimentos interiores, alternava os seus amores com ódios implacáveis. Deste modo aterrorizava os próprios amantes, exigindo que vestissem trajes femininos e depois sacrificando-os, para que nenhum deles se ufanasse de ter cativado seu coração.”²³¹

²³⁰ Efetuamos uma tradução livre, visto que algumas palavras são de difícil entendimento, pois não mais compõem o uso corrente da língua.

“A princesa viveu mais de sessenta anos, ao mesmo tempo em que o autor (Olfert Dapper), sempre escampando da morte em batalhas e, todas as ordens do reino levavam seu nome. Ela teve uma coragem masculina, se divertindo nas guerras contra os portugueses e defrontando as tropas dos mesmos. Possuía um temperamento feroz e bárbaro, que mortalmente feria os portugueses. Vivía a maneira dos loucos Jagas em acampamentos militares. Antes de se envolver em uma expedição militar ela sacrificava vitimas humanas para o seus deuses, sem culpa ou favorecimentos.”

DAPPER, Olfert (1639-1689), *Description de l'Afrique: contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties, etc.* Publié par l'Institut national des langues et civilisations orientales, Amsterdam: W. Waesberge, Boom et Van Someren, 1686, p. 378-9.

²³¹ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola.* Lisboa: J.I.U., 1965, V. II, p. 72.

“Tinha esta Rainha huma grande Caza que lhe servia de Serralho, sem ser o do Gram Turco, porque este era de homens, e assoutro de Mulheres, no qual tinha suas Concubinas e Mulheres, que assim chamavão aquelles tristes homens, transformados em mulheres até em o seu vestir: era composto de muitos e bizzarros mocetoens com os nomes de Envala hineni, e Samba Amzila; e não saiam dali, se não com grande prevenção; e era pena de morte inviolável aquelle que se achasse comprehendido em adultério, como se elles fossem fêmeas, e ella Varão; e nenhum dos seus lhe chamava Rainha, se não Rey: uzava delles para suas torpesas e desonestidades, dando sinal aquelle que melhor lhe parecia.”²³²

Ressaltamos que a afeição da rainha por chamarem-na de rei está presente em registros escritos por europeus, para leitura de europeus. Essa informação parece-nos importante, visto que há valores e moralidades ocidentais que não se adaptam às dinâmicas sociais africanas. Via de regra, as fontes tendem em maximizar o que lhes causam estranhamento e, esses hábitos, poderiam ter múltiplos efeitos entre os jagas ou kimbudos, desapercibidos pelos observadores.

Após apresentar uma rainha peculiar por ser mulher e com hábitos de concubinato, Mello e Souza sugere que *“Njinga tornou-se um precedente histórico, até então inexistente, e suas sucessoras femininas foram facilmente aceitas.”*²³³ Insurgindo no texto o reconhecimento de seu *“talento político”* e *“capacidade de liderança”* através de seu desempenho enquanto chefiava uma embaixada que seu irmão, ainda quando liderava em 1622, teria enviado a Luanda. *“Njinga também teria causado impacto entre os portugueses ao agir e falar, em português, como chefe política lúcida e articulada,”* promovendo a assinatura de acordos e tratados.²³⁴

As adjetivações citadas no decorrer da obra de Mello e Souza legitimam uma rainha guerreira. Como já inferimos a autora não especifica as fontes utilizadas para tais considerações. Em virtude da similitude e repetições dos termos utilizados, bem como a proximidade das citações que mencionam Roy Glasgow a cada consideração que envolve a rainha *Njinga*, atentamos para a possibilidade das

²³² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 416.

²³³ MELLO e SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 106.

²³⁴ MELLO e SOUZA, Marina de. *Op. Cit.*, 2002, p. 107.

arguições referentes à rainha serem advindas da obra de Glasgow. Este, por sua vez, vai buscar na obra de Oliveira Cadornega, “História Geral das Guerras Angolanas”, subsídios para corroborar suas hipóteses que se centram em uma rainha que erige origens e heranças, como a “*mãe-preta*” do nacionalismo angolano.

“Assim, meu esforços neste livro visam salientar as dimensões históricas e humanas deste movimento e pôr em evidência sua extraordinária líder, cuja personalidade ficou gravada em, virtualmente, toda a atividade que ela empreendeu. Nunca desafiada seriamente como soberana, possuía um traço de obstinação e de crueldade, que preservou sua posição, exterminando adversários e recompensando amigos. Na qualidade de agitadora-propagandista, levantou a massas, dirigindo propaganda política aos escravos e aos “soldados-escravos”, apelando para seu orgulho nacionalista e prometendo-lhe terras.”²³⁵

“Alguns dos líderes africanos cultos do período pós-Nzinga eram obviamente produto desta primitiva ênfase na educação; ênfase que poderia ter feito com que os angolanos se conscientizassem de sua condição colonial, produzindo por conseguinte movimentos de oposição. Apesar desta conexão não poder ser totalmente verificável, sabemos que muitas das vozes iradas do nacionalismo angolano contemporâneo foram emitidas por angolanos que receberam instrução em história, língua e cultura portuguesas. Se, por conseguinte, Nzinga foi o arauto, a mãe-negra da resistência e do nacionalismo angolano, opinião esta, que vem ganhando crescente aceitação entre os estudantes angolanos que vivem no exterior, então os movimentos angolanos de resistência atuais talvez sejam sua descendência e sua herança.”²³⁶

Apesar de Roy Glasgow citar amplamente a obra de António de Oliveira Cadornega e Marina de Mello e Souza considerar essas interpretações, o movimento de Cadornega no texto parece-nos contrário ao propósito exposto por ambos os autores, pois o enaltecimento a Portugal era o objetivo principal na obra “História Geral das Guerras Angolanas” e não o repúdio, como remonta Glasgow e conseqüentemente Mello e Souza.

O soldado escritor Oliveira de Cadornega também constrói discursivamente

²³⁵ GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 11.

²³⁶ GLASGOW, Roy Arthur. *Op. Cit.*, 1982, p. 180.

uma rainha, contudo, esta vai importar para os interesses do autor no contexto em que foi escrita. Descolar suas adjetivações ou mesmo fatos atrelados a elas, e colá-las de forma descritiva em escritos contextualizados trezentos anos após a publicação de Cadornega, é considerar que os processos textuais podem confinar-se dentro de um livro. Para o historiador, reconstruir um contexto embasa-se em restos textualizados do passado, disponíveis através de fontes documentais.²³⁷

Assim, a noção de textualidade se faz explícita nas questões que envolvem os usos de linguagem, as práticas e significações dos diversos modos de atividade humana, problematizando a reconstrução documental e a interação com fragmentos de alguma realidade pretérita.²³⁸ Caso contrário, o documento quando acessado de forma apenas descritiva, ou ainda quando um fato advém de interpretações de interpretações,²³⁹ este situa o texto apenas em noções literais, que implicam referência a uma realidade empírica e pensam transmitir informações sobre ela.

Isso quer dizer que uma obra é capaz de complementar a realidade empírica através, justamente, de suas interpretações e imaginações. Uma obra é crítica e transformadora, desconstruindo e reconstruindo, trazendo ao mundo variações, modificações significativas, algo que anteriormente não existia. A concepção puramente documental da historiografia é uma ficção heurística, de modo que nenhuma descrição é pura: no momento em que foi concebida, ela serviu para corroborar algum propósito. Por outro lado, a falta de um *corpus* documental, é o mesmo que subsumir o arcabouço advindo de linguagens proporcionado pelo documento, ou seja, idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis como vocabulários, regras, precondições, implicações e estilos, itens complexos e chaves para o historiador dessecar o contexto pretendido

²³⁷ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 37.

²³⁸ LACAPRA, Dominick Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 241.

²³⁹ A utilização do termo “*interpretações de interpretações*” é baseada na perspectiva aplicada pelo Professor Dr. Marçal de Meneses Paredes na obra “*Memórias de um ser-tão brasileiro: Tempo, História e Memória em os sertões de Euclides da Cunha*”. O professor Marçal Paredes utiliza o termo “*olhares sobre um olhar*”, com o intuito de argumentar a respeito de autores que interpretaram a obra de Euclides da Cunha. Aqui, essa perspectiva é centrada nos autores que “*interpretaram*” a obra de Oliveira Cadornega ou, ainda, de autores que “*interpretaram*” obras que utilizam Cadornega como fonte documental. Contudo, nossa utilização de “*interpretações de interpretações*” procura alertar para uma não problematização historiográfica, seja de fontes, seja de obras utilizadas como referência bibliográfica. Para averiguações mais completas sugere-se a leitura da obra: PAREDES, Marçal de Menezes. *Memória de um ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em os sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá, 2002.

como estudo.²⁴⁰

Para elucidar essa argumentação, propomos as considerações finais da professora Mello e Souza no que condizem com as explicações referentes a *Njinga*. A autora salienta que a rainha atravessou os mares, sendo evocada em autos populares realizados por todo o Brasil, ficando ligada à autonomia dos angolanos. Citando Glasgow, alude que “lições” de *Njinga* alojaram-se no “imaginário popular” e foram postas em prática pelos quilombolas de Palmares.²⁴¹ Conforme a contribuição presente no texto, “o fato é que há uma grande semelhança entre as táticas de guerrilha dos ambundos de Angola e as palmaristas”, pois, no século XVII, “os escravos embarcados para Pernambuco vinham de Angola, e entre eles haviam chefes guerreiros embarcados para o Brasil. Muitos podiam ter sido aliados ou partidários de *Njinga*, ou podiam ter ouvido falar dela.”

As considerações a respeito dos “quilombos africanos” e dos “quilombos brasileiros”, são evocadas na obra de Mello e Souza em apenas um parágrafo. Creemos que há todo um *continuum*²⁴² presente no termo quilombo ou quilombo²⁴³. A forma como é grafado e os documentos em que aparecem podem dar pistas sobre a disseminação do termo pelo mundo ibérico e americano. Essa tarefa caracteriza-se como um estudo exaustivo, e a possibilidade de considerar que escravizados teriam contato com *Njinga* acessando o relato que elencava ao quilombo dos jagas suas tenazes capacidades guerreiras, requer fontes apropriadas para aprofundar tão importante hipótese.²⁴⁴

²⁴⁰ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 35.

²⁴¹ GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 146.

²⁴² POCOOCK, John Greville Agard. *Op. Cit.*, 2003, p. 47.

²⁴³ O termo quilombo, exposto como a autora Marina de Mello e Souza grafa em sua obra, é aqui utilizado com a finalidade de distinguir os quilombos africanos dos quilombos estabelecidos em terras brasileiras.

²⁴⁴ POCOOCK, John Greville Agard. *Op. Cit.*, 2003, p. 11.

3.3 *Jinga*: Diplomata e hábil política

Formado pelo Instituto Rio Branco em 1957, Alberto da Costa e Silva serviu como diplomata em Lisboa, Caracas, Washington, Madrid e Roma, antes de ser embaixador na Nigéria, Benim, Portugal, Colômbia e Paraguai. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras no ano de 2000, ocupando a cadeira de número 9. No ano de 2002, publica pela editora Nova Fronteira a obra “*A manilha e o Libando: a África e a escravidão de 1500 a 1700.*” Compreendendo uma diversidade de temáticas, passando pelo escravo negro na antiguidade, pelas terras do islame, pelos reinos de Mali e Songai, Congo e Angola, pela região dos Grandes Lagos até Madagascar em cerca de mil e setenta páginas, possui notabilidade dentre os interessados por história da África.

Por ora, cabe neste trabalho, sucintas considerações sobre os capítulos de número onze e doze, intitulados “*Angola*” e “*A disputa pelo comércio transatlântico*”. Em ambos os capítulos há uma série de descrições sobre as guerras, relações comerciais e políticas entre africanos e portugueses. Por vezes, há detalhado algum banquete ou cerimônia realizada, ou ainda informações sobre um governador ou soba. Apesar de essas descrições comporem a maior parte dos capítulos, centrar-nos-emos não nesses fatos, mas nas treze páginas que corroboram a construção de uma *Jinga*. Assim, ela surge pela primeira vez no texto como vítima de seu irmão, tendo o filho assassinado para a ascensão de Ngola Mbandi. Segundo Costa e Silva, esse estava em paz com os portugueses, garantindo a incolumidade quando da realização das feiras na periferia do Ndongo.²⁴⁵

Entretanto, para os europeus, aquelas eram as terras portuguesas, por doação papal, conforme bula *Equum reputamus*, de 1534.²⁴⁶ Logo, as ações abusivas dos Ngolas deveriam ser castigadas, como queria o então governador Luiz Mendes de Vasconcelos, sempre formando exércitos e não evitando razias. Por manter atitudes

²⁴⁵ COSTA e SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 424.

²⁴⁶ SILVA, Luiz Gustavo Rebelo da. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1869.

intempestivas que prejudicavam as relações comerciais, Vasconcelos foi substituído por João Correia de Souza, que procurou buscar a paz com o Ngola Mbandi. Para tal negociação foi enviada *Jinga*, que protagonizou a seguinte cena:

“Durante as conversações, a princesa, recebida com toda a pompa, procurou desfazer em seus interlocutores a ideia que ali estava para declarar o rei do Dongo vassalo dos Felipes. Ao contrário, ali estava para tratar de igual para igual com os portugueses, na qualidade de representante de um estado soberano. Deixou isso claro desde o primeiro encontro com o governador. Como este a recebesse sentado e não lhe oferecesse cadeira, Jinga fez um sinal para uma de suas acompanhantes, possivelmente uma escrava. A mulher ajoelhou-se, pôs-se de bruços com as duas mãos no chão, para que a princesa sobre ela sentasse. Ao sair, a embaixadora abandonou a moça, deixando-a na sala, na mesma posição, como se fosse um banco. E porque o governador a avisasse disso, Jinga lhe respondeu que não pretendia voltar a sentar-se sobre aquele mesmo tipo de banco e, como dele tinha muitos, não o queria mais.”²⁴⁷

Em *“A Manilha e o Libambo”*, a cena é descrita com o foco narracional dividido entre *Jinga* e a exposição de sua competência política. É possível observar esse dado, se considerarmos a fluidez de sua diplomacia apresentada na passagem. Vale lembrar que, apesar de estarmos refletindo sobre elementos já expostos, os mesmos servem para observarmos o modo como o autor constrói sua *Jinga*, que permeará o texto sendo adjetivada em detrimento da recepção pelo governador em 1622 como *“hábil”*, porém *“temível”*,²⁴⁸ como quem causara uma ovação a sua *“altanaria”*, *“inteligência”* e *“poder verbal”*, a sua força de argumentação e astúcia.²⁴⁹

O autor informa as fontes de onde retira todas as informações em sua obra, ou seja, a maior parte delas advém de Oliveira Cadornega e do padre Cavazzi, inclusive a cena anteriormente citada, que é exposta em ambas as fontes.²⁵⁰ As adjetivações utilizadas pelo autor estão presentes de modo semelhante em Oliveira Cadornega. Entretanto, pretender uma rainha diplomata não aparece como opção

²⁴⁷ COSTA e SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 428.

²⁴⁸ COSTA e SILVA, Alberto da. *Op. Cit.*, 2002, p. 443.

²⁴⁹ COSTA e SILVA, Alberto da. *Op. Cit.*, 2002, p. 438.

²⁵⁰ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 157-9;

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U., 1965, V. II, p. 67-8.

interpretativa no texto do soldado, visto que o mesmo descreve histórias de batalhas depreciando os africanos e o exército de *Jinga* para justificar as derrotas lusas, justamente se utilizando dessas adjetivações que compõe a rainha e serão registradas no texto por vezes com cunho depreciativo. Ou seja, mesmo quando Cadornega descreve uma “*Valeroza amozana*”, uma observação desse fragmento descolado literalmente do texto, poderia corroborar um significado de cunho positivo; contudo, no contexto de inscrição, o sentido do termo é outro.²⁵¹

Os usos políticos dessas adjetivações por Oliveira Cadornega visam possibilitar um Portugal que prima pela boa relação com os africanos, contudo, é sempre levado às guerras por não ter outra opção. Logo, no texto do soldado, os motivos que fizeram Portugal se demorar tanto para adentrar no reino de Matamba e também na conversão de suas gentes, com esses artifícios textuais, se faz explicado. Dessa forma, pode-se perceber que as guerras angolanas de Cadornega escrevem uma história para El Rey, fazendo um Portugal que é diplomático e não o contrário.

Costa e Silva sopesa abrindo possibilidades para reflexão sobre as práticas ritualísticas jagas, que a rainha não se tornara líder com a morte de seu irmão, conforme relatou Cavazzi.²⁵² A rainha teria afogado seu sobrinho no rio Kwanza e após se dedicado a eliminar os demais pretendentes. Esse afogamento pode não ser apenas um meio para tirá-lo do caminho à sucessão, mas por ter incorporado os rituais jagas, crianças do sexo masculino não eram permitidas. Cavazzi descreve esse fato como uma qualidade bárbara e imoral, já Oliveira Cadornega, como uma tática bélica.²⁵³ Em ambas as leituras, não permitir crianças no grupo era uma característica dos jagas.

“Os súditos temiam-na por sua suposta virtude, mas muito mais pela maneira terrível como castigava qualquer falta, por pequena que fosse. Não era coisa extraordinária ver amarrados às dezenas os culpados e os inocentes na praça e, na presença dela, entre danças e tripúdios, serem os membros deles cortados, assados no fogo e comidos antes mesmo dos infelizes morrerem. [...] A toda a criança do sexo masculino que conseguia descobrir, por meio dos numerosos espiões, ela mesma arrancava o

²⁵¹ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 150.

²⁵² CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U., 1965, v. I, p. 64-86.

²⁵³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 54.

*coração e comia. Até, por vezes, nem aguardava o nascimento e abria as entranhas das mães, bebia o sangue e lançava as carnes aos mastins ou, fazendo-as assar, distribuía-as pelos vassalos.*²⁵⁴

Considerando o falecimento do sobrinho de *Jinga*, sua falta de matrilinearidade é colocada como responsável pelo acesso aos jagas. O autor atrela dados pertencentes aos imbundos como, por exemplo, a competitividade interna entre as linhagens, com características jagas, ou o despir-se ritualmente dos laços de sangue e a procura de integrantes apoiadores, como estrangeiros, pessoas sem vínculos familiares e ainda escravizados. A impressão que fica é a utilização de fragmentos de diferentes obras, pertencentes a contextos distintos, que expõem as complexidades das linhagens africanas, como âncora para a montagem de um mosaico.

*“Num estado cuja chefia estava aberta à competição de várias extirpes e no qual o rei, a fim de poder arbitrar os conflitos entre elas, era despido ritualmente de seus laços de sangue, um novo soberano procurava, ao assumir, organizar uma estrutura de poder própria, desvinculada das linhagens, juntando ao seu redor nem só estrangeiros que dele se faziam clientes e pessoas que haviam perdido o vínculo de família, mas também escravos. Deve ter sido com o apoio desses escravos reais, os quizicos (ou kijiko), que Jinga ascendeu a angola, tendo de enfrentar possivelmente a oposição das linhagens, as quais, se a custo aceitavam ter um rei que não fosse mais que um primus inter pares, não se resignariam com facilidade a ter um soberano que fosse, contra as normas tradicionais, uma mulher, uma arrivista sem matrilinearidade. Por faltar-lhe legitimidade, Jinga deve ter tido, por isso, desde o início, de sustentar-se sobre elementos de forma da periferia do mundo andongo.”*²⁵⁵

A compilação de documentos para que o historiador estabeleça um *corpus documental* se faz primordial para o trabalho do historiador. Contudo, para usar um termo cunhado por Elías José Palti, “*síndrome de ficheiro*”, em uma tradução livre “*febre*” ou “*síndrome de arquivo*”, pode não enriquecer a pesquisa histórica, visto o perigo de a mesma tornar-se uma sucessão de descrições.²⁵⁶ O arquivo se

²⁵⁴ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U., 1965, v. II, p. 75.

²⁵⁵ COSTA e SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 436.

²⁵⁶ PALTÍ, Elías José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 14.

transforma, nesse caso, em fonte de evidência documentada e fática. A imagem do arquivo como suplemento da experiência e da memória pode reverter-se, definindo-o como a forma de contato mais direta com a realidade, através de suas pegadas e resíduos materiais. Em suma, dizer que o historiador sabe o que ocorreu no passado porque acessou documentos em arquivos é uma ideia fictícia, e para citar mais uma vez Elías Palti, o historiador corre o risco de inalar os restos dos mortos e provocar uma enfermidade figurada, ou seja, uma espécie de febre de arquivo, um sinônimo de proteção inequívoca àquilo que a memória não é eficaz em recordar da forma “original”.²⁵⁷

A investigação histórica, autorreflexiva, deveria revisar a interação entre história, acontecimentos, experiências e a relação destas com os processos de inquirição do historiador. Nesse sentido, o arquivo é um suplemento, um artifício para a experiência e para a memória, atentando para todas essas peculiaridades que, por mais complexas que sejam, são as construtoras de documentações. O historiador, nesse caso, interpreta regras, códigos e sistemas implícitos nas escritas, na eleição do que é lembrado e colocado em palavras.

Ao expressar que a *Jinga* gostava que a chamassem de rei, recusando o título de rainha porque decidiu tornar-se socialmente homem, em virtude dos dessabores advindos de sua ilegitimidade enquanto mulher, Costa e Silva utiliza como fonte documental tanto Cavazzi quanto Oliveira Cadornega.²⁵⁸ Contudo, as fontes explicitam esse acontecimento com descrições que em nada aproximam-se ou sugerem um modo para a ascensão da rainha, como esboça Costa e Silva. Na obra de Cavazzi, essa descrição encontra-se em meio ao subtítulo “*Jinga*”, em que o autor descreve a rainha “*cheia de ira*”,²⁵⁹ “*o gênio feroz e cheio de orgulho*”,²⁶⁰ ou ainda, a crueldade acompanhada de sensualidade.²⁶¹

²⁵⁷ PALTÍ, Elías José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 15.

²⁵⁸ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p I, p. 416; CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U., 1965, v. I, 72.

²⁵⁹ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U., 1965, v. II, 71.

²⁶⁰ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Op. Cit.*, 1965, v. II, 82.

²⁶¹ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Op. Cit.*, 1965, v. II, 72.

Em Cadornega, a descrição vem no capítulo segundo da quarta parte do tomo de número um, que retrata o governo de Francisco de Souto Mayor. A *Jinga* voluptuosa nesse caso aparece, porque o soldado-escritor descreve que, em uma vitória dos portugueses, esses aprisionaram sua irmã, a infanta Dona Bárbara, muito bonita e ornada com anéis e colares. É elogiada, também, porque quando possuía prisioneiros portugueses os tratava com consideração,²⁶² diferentemente de *Jinga*. A descrição de Dona Bárbara serviria para compará-la com *Jinga*, e referir esta última como uma rainha que possuía concubinos, com vícios, cometedora de delitos em uma “*diabólica caça*”.²⁶³

O que se percebe na obra de Costa e Silva é um acoplamento de descrições sobre as vitórias e derrotas de *Jinga*, seja em guerras travadas contra os lusitanos, sua aliança com os holandeses, ou ainda nas narrações detalhadas sobre seu funeral. Sempre exprimindo grande volume documental, o capítulo de número doze é finalizado colocando *Jinga* como a diplomata que dedica a vida a uma missão: apossar-se do Ndongo. Assim, “*habilíssima, a rainha Jinga não fora apenas uma grande mestra de sobrevivência política. Ela soubera usar todos, ambundos, imbangalas, congos, portugueses, holandeses e até o jaga do Casanje, um após outro ou de forma orquestrada, para a manutenção e ampliação de seu poder.*”

²⁶² CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 414-5.

²⁶³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *Op. Cit.*, 1972, tomo I, p. 416.

Optamos por não repetir a citação, visto que a mesma encontra-se na íntegra nas páginas 28 e 29 deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma reconstituição puramente descritiva de um passado documental vai resultar em uma ficcionalização, que não trabalha de forma explícita com um papel dramaturgico; ao contrário, intenta representar uma realidade e confia exacerbadamente nas estruturas narrativas. Ou seja, são descrições advindas de interpretações de interpretações, e não problematizações de códigos, regras e sistemas implícitos na escrita, na seletividade do que foi lembrado e traduzido em palavras, item basilar quando se pretende trabalhar com alguma fonte documental.

Há, com isso, importância em sopesar os contextos de produção de cada obra, para somente então conseguirmos interpretar, com seus vocabulários e sintaxes, os sons de suas línguas mais que as palavras pronunciadas, dando tom aos discursos e aos contextos que os tornaram possíveis,²⁶⁴ desmitificando uma obra escrita enquanto fonte de proposições descritivas: o constante desafio do historiador, nesse caso, reside em interpretar os códigos, regras, sistemas implícitos nas práticas de escrever, na seleção do que é lembrado e posto em palavras.

John Pocock elucida esse movimento metaforizando-o, quebrando a noção de que a realidade pode ser representada de forma rígida. Exemplificando através de espelhos, o reflexo de um acontecimento advindo de um mundo exterior, no momento que ocorreu, deve ser substituído por espelhos que se autorrefletem em múltiplos ângulos, fundindo elementos externos e internos, refletindo uns aos outros. Enquanto alguns deles compartilham o mesmo espaço de tempo, outros estão situados em um passado e um futuro, reconhecendo que a percepção do novo só se faz possível se reconhecermos que ela se realiza ao longo do tempo e na forma de um debate sobre o tempo. As experiências e as formas de percebê-las entrariam, então, na baila da discussão historiográfica.²⁶⁵

A necessidade em expor as considerações supracitadas deu-se pelo fato das mesmas acompanharem-nos durante o processo de escrita deste trabalho de dissertação, possibilitando que refletíssemos sobre as fontes documentais não

²⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 121.

²⁶⁵ POCOOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 56.

apenas enquanto um documento que guarda, rigidamente, a verdade através dos tempos. Isso não quer dizer que negamos a obra “História Geral das Guerras Angolanas”, como importante para estudos sobre História da África que englobam o século XVII, os reinos de Ndongo, Matamba e adjacências, ou ainda sua personagem principal, a rainha *Ginga*. No entanto, a percebemos como um documento que possui um autor, e que este pode ser analisado enquanto um sujeito que não está descolado do tempo em que escreve, ao contrário, está atrelado a (con)textos específicos que influem diretamente na escrita de sua obra.²⁶⁶

Assim, no capítulo primeiro, traçamos um (con)texto de produção para a obra de Oliveira de Cadornega. Nessa etapa de pesquisa, a busca por subsídios em arquivos como o Nacional da Torre do Tombo ou a Biblioteca Digital Portuguesa, bem como as diferentes bibliografias utilizadas, possibilitaram que interpretássemos algo que pra nós, naquele momento, foi impressionante: o modo como Oliveira de Cadornega embarcou para África. Com isso, foi-se desvendando as implicações que possivelmente essa iniciativa conferiu a escrita da obra HGGA.

Igualmente interessante, foi perceber a dinâmica dos conflitos entre africanos, lusos e flamengos. Essas relações ainda precisam ser em muito estudadas, pois descortinam a utilização de expressões como “invasão holandesa” ou “expulsão dos flamengos” pelos lusos. Os holandeses não deixaram de comerciar após término oficial de sua administração em Luanda, tampouco os portugueses se faziam unos antes de 1648, e qualquer explicação reducionista para essas relações é inadequada.

Ainda sobre a complexidade das relações entre europeus e africanos, essas continuam sendo expressas na obra HGGA quando observamos o forjar de um sentimento de fidelidade do autor para com a Casa dinástica dos Bragança. Assim, o texto de Cadornega traz elementos orquestrados, como a menção dos serviços prestados pela sua família desde a geração de seu avô, ou o subsumir de qualquer informação sobre o paradeiro de sua mãe. Essas informações, ligadas com o sempre exaltar de homens ilustres, da epopeia dos descobrimentos portugueses traduzidas nos versos de Luís de Camões, são elementos (con)textuais que

²⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2006, p. 34.

possibilitam que observemos um sujeito que se movimentou e articulou para que seus propósitos obtivessem êxito.

Dentre esses propósitos, mencionamos a necessidade de permanecer em Luanda, mantendo os cargos militares e títulos angariados em quatro décadas de estada na África. Para tanto, o sentido da obra perscrutava a valoração da mão de obra nas colônias lusas e maximizava os sucessos bélicos de Portugal, pois necessitava ser eficaz aquele que lê, ou a Dom Pedro II. A utilização de uma personagem principal na obra HGGA, a rainha *Ginga*, por meio de caracterizações que a aloca como tirana, altiva e inimiga de Portugal, engendram uma realidade textual que justifica as insatisfações nas atividades do oficialato, como as demoradas entradas ao interior e conversão das almas.

A repetição de termos-chave ou a utilização de adjetivações que masculinizam a figura de *Ginga*, comparando-a com outras rainhas e seres mitológicos, exprimem caracterizações como *altiva*, *ardilosa*, *imortal* e *estadista*. Outras pegadas linguísticas são a utilização de termos indeterminados semanticamente, que ora nomeiam a rainha como inimiga, ora aliada e comungam com a argumentação de que as relações entre *Ginga* e europeus não eram de um todo hostis. Para tal elucubração, basta que consideremos o oscilar presente no fazer e desfazer de acordos.

Com igual importância, apesar de referir-se indiretamente a rainha *Ginga*, os vocábulos que aportuguesam um kimbundo no século XVII, auxiliam na corroboração do sentido da obra HGGA, visto que esse deveria ser inteligível ao que lê, para somente então ser capaz de exprimir os elementos condizentes com os anseios do autor. Com isso, inferimos que as múltiplas *Ginga* presentes no texto do soldado-escritor são passíveis de serem identificadas ao considerarmos os contextos de produção dos escritos de Cadornega. Esses possibilitaram a visibilização de fissuras, repetições, palavras chaves, tons e estilos, que observados exibem muito sobre os conteúdos e personagens tecidos dentro de uma obra.

Essas primeiras etapas analíticas foram fundamentais para que distinguíssemos os desdobramentos dessas implicações, ou o aparecimento de *Nzinga*, *Njinga* e *Jinga* em obras que compõem a Historiografia Brasileira. Observamos que na obra de Pantoja, Mello e Souza e Costa e Silva, há o emprego de adjetivações derivadas da obra de Oliveira de Cadornega que auxiliam a

caracterizar a(s) rainha(s). Contudo, apesar de acessar a obra “História Geral das Guerras Angolanas”, o que está corrente nos autores supracitados são interpretações literalizadas das adjetivações empregadas por Oliveira de Cadornega, como se o documento fosse capaz de guardar uma verdade rígida, materializada.

Logo, o contexto de produção da obra HGGA não foi considerado, e as adjetivações foram empregadas em uma leitura que não intenta compreender a realidade do século XVII, mas atende a perspectivas e experiências de autores que estão no século XX. Via de regra, o que pode ser visibilizado nas obras supracitadas é uma rainha mitificada, que por ser belicosa transcende os impedimentos advindos de sua matrilinearidade. Ou ainda, uma rainha inimiga dos portugueses, que também consegue ascender devido suas virtudes guerreiras. Por fim, também pode ser visibilizada uma rainha que mesmo inapta à liderança, dribla situações de rebaixamento com maestria diplomática e conquista posição de líder.

Essas significações não são projetadas na obra de Oliveira de Cadornega. O mesmo não traça uma rainha inapta por ser mulher, jaga ou descendente de escravos. Mesmo quando a rainha é alocada como inimiga dos portugueses na obra HGGA, entrando algumas tratativas, precisamos considerar o uso que o autor faz dessa caracterização. O que se percebe é uma colagem de adjetivações, que em alguma medida se equivocam, pois por vezes são associadas a caracterizações de outros escritores do mesmo período, como as obras do padre Antônio Cavazzi, ou ainda documentos extraídos da compilação de Antônio Brásio.²⁶⁷

Obviamente, o cruzamento de fontes documentais pode enriquecer um trabalho, mas precisamos sopesar qual o propósito desses documentos. Não basta nos livrarmos do anacronismo temporal, e cairmos na armadilha da incoerência de sentidos advinda de uma “febre de arquivo”, como explica José Palti.²⁶⁸ Suspeitamos que a “Jinga” arrolada na obra de Cavazzi, “demoníaca”, “pagã”, “ardilosa”, não é a mesma que aparece em documentos administrativos da compilação de Brásio, como

²⁶⁷ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965; BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952.

²⁶⁸ PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009, p. 14

Em suma, dizer que o historiador sabe o que ocorreu no passado porque acessou documentos em arquivos é uma ideia fictícia. O historiador corre o risco de inalar os restos dos mortos e provocar uma enfermidade figurada, ou seja, uma espécie de febre de arquivo, um sinônimo de proteção inequívoca àquilo que a memória não é eficaz em recordar da forma “original”.

a já citada carta de Fernão de Souza, que denuncia o porte de escravaria portuguesa em mãos da rainha, tomando-a como importante negociadora de escravos. Como observamos neste trabalho, tampouco a(s) rainha(s) em Cadornega corroboram essas descrições.²⁶⁹

Se há uma *Ginga* em Cadornega, mas também uma *Nzinga*, *Njinga* e *Jinga* em outros escritores, isso quer dizer que há apropriações diferenciadas sobre uma mesma personagem. Neste trabalho de pesquisa tentamos inferir a respeito dessa possibilidade, visibilizando ao leitor essas múltiplas rainhas enquanto constructos permeados por contextualizações. A *Ginga* de Cadornega está engendrada discursivamente no texto do soldado-escritor, pois é eficaz para configurar um sentido a obra HGGA. As obras de Pantoja, Mello e Souza e Costa e Silva, poderiam ser contextualizadas individualmente, e o esmiuçar desses (con)textos seguramente trariam informações ainda mais aprofundadas sobre as rainhas africanas existentes em cada obra.

Assim, este trabalho não intenta esgotar as análises referentes às obras relacionadas à historiografia brasileira, tampouco em relação ao texto do soldado-escritor, visto que os conteúdos dos tomos são exaustivos. Se abertas ficam muitas possibilidades de pesquisa e questionamentos, inclusive sobre as adjetivações que o autor emprega referentes a rainha *Ginga*, o desmistificar dessa personagem e o ofertar ao leitor um olhar diferenciado sobre a HGGA, que não intenta utilizar seus excertos de forma literalizada, é um modo de perceber a história criticamente, não mitificando personagens e compreendendo que eles estão meandrados em cada texto.

²⁶⁹ BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: A.G.U., 1952, v. 7, p. 361, 362e 417.

BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

Obra principal:

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972.

Outras obras:

ARAUJO, Domingos de. *Grammatica latina: novamente ordenada, e convertida em portuguez pera menos trabalho dos que começã aprender...* Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1627.

BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, v. 6, p. 278, v. 8.

BOLETIM GERAL DAS COLONIAS/BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR – Tomos I ao X.

BOLETIM OFICIAL DO GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE ANGOLA nº 642, de 16-1-1858 e nº 643, de 23-1-1858. “*Memória das coisas antigas acontecidas neste reino do Congo, e o modo com que nos veio a cristandade, e os bispos que nos vinham de Roma para governar este bispado do Congo, e [as igrejas que tem São Salvador], destruídas com as guerras. 1782.*”

CASTILHON, J. L. *Zingha, reine d’Angola*. Histoire Africane. Bourges: Edition de l’Association Gaymede, 1933.

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues. *Curiosas advertencias da boa Grammatica no compendio, e exposiçam do P. Manoel Alvarez, em lingua Portugueza / composto por Bartholameu Rodriguez Chorro, natural da Villa de Maçaõ*. Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra Impressor da Universidade, 1672.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza: comprehendendo todos os vocábulos da lingua usual, dos quais muitos não se encontrã em Bluteau e Moraes*. 7. ed. Paris : A.F. Carneiro Filho, 1859.

DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. Edição facsimilada do exemplar com data de 1888 da Biblioteca Digital Camões.

GAETA, Antonio da. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristo della regina Singa e del suo regno di Matamba*. Nápoles, Francisco de Maria Gioia, 1669.

HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a História de Angola no século XVII*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Weisbaden, 1985.

MARQUÊS DE SADE. *La philosophie dans le boudoir*. La bibliothèque électronique du Québec. Collection Libertinage. s/ano. Disponível em: *La philosophie dans le boudoir* Acesso em: 30. 08. 2013.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1885, liv. I, título XCVI VIEGAS, António Pais. *Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, e o modo que teve para eximirse da obediência del Rey de Castella, e tomar a voz do sereníssimo Dom João IV, e XVIII entre os reys verdadeyros deste reyno*. Lisboa, 1641.

PARADA, António Carvalho de. *Ivstificação dos portvgueses sobre a aççam de libertarem seu Reyno da obediencia de Castella*. Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1643.

PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão de. *História do Congo*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1877.

RIBEIRO, João Pinto. *Usvrpação, retenção, restavração de Portugal*, Lisboa, na Off. de Louenço de Anveres, 1642.

SILVA, Luiz Gustavo Rebelo da. *Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1869.

SOAREZ, Vicente de Guzmam. *Lvsitania Restavrada dirigida a sev Restavrador El Rey Dom João o Quarto Nosso Senhor*, Lisboa, 1641.

VIEIRA, Padre Antônio - *Obras escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, vol. VI.

TOVAR, José Pellicer de Ossau y. *Missione evangélica al reyno de Congo por la seráfica religion de los Capuchinos, dedicala al Rey nuestro Señor que Dios guarde*. Madrid: 1649.

Documentos avulsos

ABRANTES, Duquesa de. *Les Femmes célèbres de tous les pays, leurs vies et leurs portrait: Zingha Reine de Matamba et d'Angola*. par la duchesse d'Abrantès, p.6-25 (1835). Disponível em: <http://aflit.arts.uwa.edu.au/zingha/zingha01.html> Acesso em: 25/10/2009

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. Catálogo de Manuscritos - Série Vermelha, Publicações do II centenário da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1978, p. 31.

BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952, v. 7, p. 138-139; p. 361 e 362.

CARTA DA RAINHA NZINGA AO GOVERNADOR SOUZA CHICHORRO – 13/12/1655. Arquivo Histórico Ultramarino, Angola. Cx. 6, doc. N.º 34. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 14/03/2010

CARTA DE FR. SERAFIM DE CORTONA PARA O GOVERNADOR, de 21 de Março de 1657, escrita em Massangano, anexa à carta do Governador para o Rei, de 22 de Abril do mesmo ano. Arquivo Histórico Ultramarino, papéis avulsos de 1657, caixa n.º 6, Doc. N.º 119. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 30/04/2009

Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais, par Alfred Morel-Fatio. Imprimerie nationale, Paris: 1892. XVIII^e siècle - Papier. 3 volumes, 261, 241 et 191 feuillets. Peintures. 370 x 240 mm. Manuscrit en portugais. Bibliothèque nationale de France. Département des manuscrits.

Processo disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. N.º 9.939, folha 38, imagem 75, de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2301963> Acesso em: 06.10.2012

Regimento de 19 de janeiro de 1671. Forma de expediente dos requerimentos de mercês em satisfação ao serviço. Coleção cronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva. Legislação de 1657-1674, Lisboa, p. 186-189, 1856. Disponível em Fontes Históricas de Direito Português.: <http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/consulta.php> Acesso em: 23.09.13

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Carlos. *A natureza africana na obra de Giovanni Antônio Cavazzi - Um discurso sobre o homem*. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades, Centro de História de Além-Mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- ALTUNA, PE. Raul Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional banta*. Prior Velho: Paulinas, 2006.
- AMARAL, Ilídio. O Reino do Congo, os mbundu (ou ambundos), o reino dos Ngola e a presença portuguesa de finais do século XV a meados do século XVI. Lisboa: I.I.C.T., 1996.
- ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2000.
- ASSIS Jr. A. de. *Dicionário kimbundo-português: linguístico, botânico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos e Cia. Ltda., 1967.
- AZEVEDO, j. Lúcio. *Cartas do Padre António Vieira coordenadas e anotadas. 1608-1697*. Coimbra: Imprensa Univ. Coimbra, 1925, tomo I.
- AZEVEDO, João Maria Cerqueira de. *Jinga, Rainha de Matamba*, Braga: Oficinas Gráficas Augusto Costa, 1949.
- BAKER, Philip; BRUYN, Adrienne, *St. Kitts and the Atlantic Creoles* (Westminster: University of Westminster Press), 1998.
- BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Tradução: Centro Bíblico Católico. São Paulo, Ed. Ave Maria, 1982.
- BIDERMAN, Maria Tereza. *Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade*. Alfa, São Paulo, 47(1): 53-69, 2003.
- BIRGMINGAN, David. *The portuguese conquest of Angola*. London: Oxford Univ. Press, 1965.
- BIRMINGHAM, David. *Central Africa from Cameroun to the Zambezy*, In. The Cambridge History of Africa. Cambridge University Press, 1977, v. III.
- BOCAGE, Manoel Maria do. *Poesias. Pref. e notas Guerreiro Murta*. Lisboa, 1996.

BONFIM SOUZA, Grayce. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese de doutorado apresentada ao PPG História Social – UFBA, 2009.

BONTINCK, François. *Un mausolée pour les Jaga*. In: Cahiers d'études africaines. Vol. 20 N°79.p. 387-389.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

BOXER, Charles. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1986)*. São Paulo: Editora Nacional, 1973

BOXER, Charles. “Cadornega”. In. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984-2000, v. I.

BOXER, C. R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

BROWN, Michelle. *Glossary of Manuscript Terms*. Adaptado de Understanding Illuminated Manuscripts: A Guide to Technical Terms. 1994. <http://prodigi.bl.uk/illcat/Glossl.asp>

Disponível em: <http://prodigi.bl.uk/illcat/Glossl.asp> Acesso: 12.11.2012

CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, p. 13-57, jul. 2002.

CARVALHO, Flávia Maria. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental, In. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano IV - N° 07, Julho/2011.

CATROGA, Fernando. *Salazar e a ditadura como regime*. Cercles. Revista d'história cultural. ISSN 11 39-0158, n. 14, 2011.

CATROGA, Fernando. *A geografia dos afetos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2011.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In. TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CATROGA, Fernando. *Ensaio respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHILDS, Gladwyn Murray. *The peoples of Angola in the seventeenth century according to Cadornega*. *Journal of African History*, I, 2 (1960), p. 271-279

COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa, Caminho, 1987.

COSTA e SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares. *Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV -XVII*. *Revista Monumentos* 32: Lisboa, dez 2011. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=0ca6cf3d-2b89-41ea-b312-3ffade038703 Acesso em: 16.08.2012

CUNHA, Mafalda Soares da, “O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII”. In STUMPF, R.; CHATURVEDULA, N. (org.) *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, CHAM, 2012.

DAYRELL, JOÃO. *A Mãe Natureza e o pater potestas: breves considerações sobre Pentecosteia, de Heinrich Von Kleist*. In. *Em tese – PPG Estudos literários UFMG*. V. 18, n. 3, 2012.

DELGADO, Ralph. *A história de Angola. Primeiro e segundo período. 1482-1648*. Benguela: Journal de Benguela, 1948.

DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra *História Geral das Guerras Angolanas*. In. *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, Ventas y exenciones de lugares durante el reinado de Felipe IV, Anuario de Historia del Derecho Español, XXXIV, 1964.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. In: *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000.

FARIAS, Paulo F. de Moraes. *Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural*. *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 317-343.

FAUSTINO, Gitibá. *O comércio de escravos na obra de Antônio de Oliveira de Cadornega*. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre: v.16, n.1/2, p. 105-115, 1990.

FONSECA, Mariana Bracks. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012. (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2006.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Garaal, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GARCIA, C. A. *Paulo Dias d' Novais: o fundador de Angola* - Agência geral do Ultramar, Lisboa: 1970.

GALLEGO, Carla. *O conceito de vontade na introdução da filosofia do direito de Hegel*. Revista Dissertatio de filosofia-UFPEL, inverno/verão de 2008, p. 89-104. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/27-28/27-28-5.pdf>
Acesso: 12.03.2012.

GARRIDO, Luiz. *O Visconde de Paiva Manso*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1877.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GONÇALVES, António Custódio. *A história revisitada do Kongo e Angola*. Lisboa: Estampa, 2005.

GONÇALVES, Rosana Andréa. *África Indômita. Missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: 70, 1995.

HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o Português: uma história sociolinguística. In: TORRALBA, L.R.; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Misericórdias africanas no século XVII: a Misericórdia de Massangano*. In.: *África: passado e presente: II Encontro de estudos africanos da UFF*. Niterói: Editora UFF, 2010.

KLEIST, Heinrich Von. *Pentecostes*. Trad. Jean Robert Weisshaupt e Roberto Machado. http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/pentecostes_kleist.pdf
Acesso em: 9. 07. 2013.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. 3. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

KOSELLECK, R. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. *História em trânsito. Experiência, identidade, teoria crítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011.

LIMA, J. A. Pires de. *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Civilização, 1940.

LÓPEZ, José Luis Cortés. *Felipe II, III y IV, reyes de Angola y protectores del reino del Congo (1580-1640)*. In. *Studia histórica. Historia moderna*, IX (1991).

LOSSO, Rhiago. O sujeito do “Entre-Lugar” na literatura portuguesa: um diálogo entre Bhabha e Lobo Antunes. II Colóquio da Pós-Graduação em Letras. UNESP – Campus de Assis, 2010.

MAIA, António da Silva. *Dicionário complementar português-Kimbundo-Kigingo: línguas do centro e norte de Angola*. Cuvujães: Ed. do Autor, 1964.

MACEDO, José Rivair. *Os herdeiros de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), n.3, São Paulo, 2001, p. 101-132.

MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MACEDO, José Rivair. *Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no novo mundo*. In. Francisco das Neves ALVES (org). *Brasil 2000 - Quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas*. Rio Grande, RS: Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2000, pp. 9-28.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007.

MARTINS, Rui Cunha. Simultaneidade e historicidade: sobre os processamentos contemporâneos da mudança. In. PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo (Org.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

MARTINS, Rui Cunha. O cânone identitário em análise. In.: PAREDES, Marçal de Menezes (org.). *Portugal, Brasil e África – História, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Editoa Oikos, 2012.

MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*, Coimbra: Almedina, 2008.

MATA. Inocência. *A rainha Nzinga Mbandi. História, mito e rito*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MATOS, Sérgio Campos. Linguagem do patriotismo em Portugal: da crise do Antigo Regime à Primeira República. In. CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.

MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of African History, 16, n 2, 1975.

MILLER, Joseph. Mbangala lineage slavery. In. MIERS. S. E KOPYTOFF. I. (org.) *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison, University of Wisconsin Press, 1977.

MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

MELLO e SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

MELLO e SOUZA, Marina de. *A Rainha Jinga– África Central, século XVII*. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/> Acesso em: 17 mai. 2010.

MELLO e SOUZA, Marina de. *Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural*. Afro-Ásia, n. 28, 2002.

MELLO e SOUZA, Marina de. *“Religiões tradicionais e catequese na África central, século XVII”*. Phronésis (Campinas), vol. 8 n. 1, 2006, pp. 121-138.

MENDES dos REMÉDIOS. *Os judeus portugueses em Amsterdão*, Coimbra: França Amado Editor, 1911.

OLIVAL, Fernanda. *Mercado de hábitos de serviços em Portugal*. In. Revista Análise Social, v. XXXVIII (168), 2003.

OLIVER, Roland; ATMORE, Anthony – *Medieval Africa: 1250- 1800*. Published by Cambridge University Press (Virtual Publishing), 2003. <http://www.cambridge.org>

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Misericórdias africanas no século XVII: a Misericórdia de Massangano*. In.: *África: passado e presente: II Encontro de estudos africanos da OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998.

- PALTI, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PAREDES, Marçal de Menezes (org). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Oikos, 2012.
- PAREDES, Marçal de Menezes. *Memória de um ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em os sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá, 2002.
- PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- PECARIVA, Manuel Pedro. *Nzinga Mbandi*. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- PINTO, Estevão. *Paulo Dias de Novais*. Lisboa: SNI, 1965.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia. Ensayos sobre teoria y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009.
- RANGLES,W. G. L. *L'Ancien Royaume du Congo des origines à la fin du XIXe siècle*, Paris: Mouton, 1968
- RANGLES,W. G. L. *De la traite à la colonisation: les Portugais en Angola*. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 24e année, N. 2, 1969.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar. *Fazer a guerra nos trópicos, aprendizagens e apropriações: estado da Índia e Angola – século XVI e XVII*. Curitiba: Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses, 2011-2012.
- ROTH, Cecil A *History of The Marranos*. Meridian Books, Inc., and The Jewish Publication Society of America, October 1959. First printing September 1959.
- SANTOS. Mariana Lagarto dos. A escola de ideologia colonial. Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa. In. TORGAL, L.R; SARAIVA, António José. "Inquisição". In. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984-2000, v. II.

- SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. 3. ed. Porto: Inova, 1969.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SHAKESPEARE, William. *Antônio e Cléopatra*. Porto: Lello, 1948. PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989..
- STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini. (orgs.) *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.
- THORNTON, John. *Legitimacy and political power: queen Njinga, 1624-1663*. Journal of African History, 1991.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800*. Rio de Janeiro, Elsevier: 2004.
- THORNTON, John. *Elite women in the kingdom of kongo: historical perspectives on women's political power*. Journal of African History, 2006. MILLER, Joseph. *Nzinga of Matamba in a new perspective*. Journal of Afrincan History, 16, n 2, 1975.
- VAINFAS, Ronaldo. Tipologia do desengano: cristãos-novos portugueses entre Amsterdão e o Brasil holandês. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 7, 2007.
- VANSINA, Jan. *Les anciens royaumes de la savane: les etats des Savanes méridionales de l'Afrique centrale des origines à l'occupation colonile*. Republique du Congo, Université Lovaniun, 1965.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Nacionalismo e pós-nacionalismo na literatura angolana – O itinerário pepeteliano*. In. TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- WEBER, Priscila Maria. Nzinga Mbandi representada através da resistência ao domínio português. *Revista Cantareira (UFF)*. 15ª ed., jul.- dez. de 2011. (resenha).
- WEBER, Priscila Maria. *História da África e doa afrodescendentes no Brasil: Nzinga Mbandi em perspectiva*. Porto Alegre, Rígel, 2012.